

ALEXANDRO BIAZI GUARIZZO

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE:
REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE DE DUAS ESCOLAS
NO ESTADO DO AMAZONAS, UMA PESQUISA
REALIZADA NO PERÍODO DE 2023-2024**

SÃO PAULO | 2024



ALEXANDRO BIAZI GUARIZZO

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE:
REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE DE DUAS ESCOLAS
NO ESTADO DO AMAZONAS, UMA PESQUISA
REALIZADA NO PERÍODO DE 2023-2024**

SÃO PAULO | 2024



1.^a edição

ALEXANDRO BIAZI GUARIZZO

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: REFLEXÕES
SOBRE A REALIDADE DE DUAS ESCOLAS NO ESTADO DO
AMAZONAS, UMA PESQUISA REALIZADA NO PERÍODO DE
2023-2024**

ISBN 978-65-6054-116-0



ALEXANDRO BIAZI GUARIZZO

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE A
REALIDADE DE DUAS ESCOLAS NO ESTADO DO AMAZONAS, UMA
PESQUISA REALIZADA NO PERÍODO DE 2023-2024**

1.^a edição

SÃO PAULO
EDITORA ARCHÉ
2024

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença *Creative Commons Internacional* (CC BY- NC 4.0).



Revista REASE chancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP

Telefone: +55 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

1ª Edição- *Copyright*© 2024 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria de Lima n.º 1.384 - Jardim Paulistano.

CEP: 01452 002 - São Paulo - SP.

Tel.: 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br/rease>

contato@periodicorease.pro.br

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos

Ilustrações: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

EQUIPE DE EDITORES

EDITORA- CHEFE

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

CONSELHO EDITORIAL

Doutoranda Silvana Maria Aparecida Viana Santos- Facultad Interamericana de Ciências Sociais - FICS

Doutorando Alberto da Silva Franqueira-Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Doutorando Allysson Barbosa Fernandes- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Doutorando. Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinhama- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Fajardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albaronedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrada Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Editora Arché declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art.º 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *ecommerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

AGRADECIMENTOS

Aos professores da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amazonas. Ao meu orientador, Dr. Alderlan Souza Cabral. Aos professores e colegas da Universidad de La Integración de Las Américas. Meus agradecimentos.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às pessoas que contribuíram para o meu conhecimento, meus filhos: Alessandra, Pedro Henrique e Claidiane Guarizzo.

O diálogo é peça-chave em
qualquer relação de trabalho.

(ROSSO, 2020, p. 01).

AM	Amazonas
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro Geografia e Estatística
LDBEN	Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDB	Lei Diretrizes e Bases
MEC	Ministério de Educação e Cultura
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação Plano
PDE	de Desenvolvimento Escolar
PCE	Programa Ciência na Escola

RESUMO

A precarização do trabalho docente é um problema que afeta muitos estados no Brasil, incluindo o Estado do Amazonas. Essa questão envolve uma série de desafios e reflexões sobre as condições de trabalho dos professores na região. Uma das principais questões que contribuem para a precarização do trabalho docente no Amazonas é a remuneração insuficiente dos professores. Muitos educadores recebem salários baixos, o que dificulta sua qualidade de vida e motivação para desempenhar suas funções. Muitas escolas na região enfrentam problemas de infraestrutura, como salas de aula superlotadas, falta de material didático e precariedade das instalações físicas. Isso torna o ambiente de trabalho dos professores menos propício ao ensino de qualidade. A presente obra traz como temática: Precarização do trabalho docente: Reflexões sobre a realidade de duas escolas no estado do Amazonas, uma pesquisa realizada no período de 2023-2024. A pesquisa realizada caracteriza-se como exploratório-descritiva, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos”, estabelece relações entre as variáveis e possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática (TRIVINÓS, 1990). O enfoque, trata-se de uma abordagem, qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análises. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (FONSECA, 1986). Os principais resultados apresentam que para minimizar a precarização do trabalho docente no Amazonas, são necessárias ações governamentais e da sociedade civil. Investimentos na educação, melhoria das condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e apoio à formação continuada são algumas das medidas que podem contribuir para uma educação de qualidade na região.

Palavras-chave: Precarização do trabalho docente. Produtivismo intelectual. Estadodo Amazonas.

RESUMEN

La precariedad del trabajo docente es un problema que afecta a muchos estados de Brasil, incluido el Estado de Amazonas. Este tema involucra una serie de desafíos y reflexiones sobre las condiciones laborales de los docentes en la región. Uno de los principales problemas que contribuye a la precariedad del trabajo docente en Amazonas es la insuficiente remuneración de los docentes. Muchos educadores reciben salarios bajos, lo que perjudica su calidad de vida y su motivación para desempeñar sus funciones. Muchas escuelas de la región enfrentan problemas de infraestructura, como aulas superpobladas, falta de materiales didácticos y malas instalaciones físicas. Esto hace que el entorno de trabajo de los docentes sea menos propicio para una enseñanza de calidad. Este trabajo tiene como tema: Precariedad del trabajo docente: Reflexiones sobre la realidad de dos escuelas del estado de Amazonas, investigación realizada en el período 2023-2024. La investigación realizada se caracteriza por ser exploratoria-descriptiva, ya que “describe el comportamiento de los fenómenos”, establece relaciones entre variables y permite al investigador maximizar su conocimiento sobre un determinado fenómeno o problema (TRIVINÓS, 1990). El enfoque es un enfoque cualitativo y cuantitativo, adoptando la investigación documental y la encuesta operacionalizada a través del análisis como procedimiento técnico. De esta manera, a través de la clasificación de fuentes, se permite emitir un juicio cualitativo complementado con un “estudio estadístico comparativo” (FONSECA, 1986). Los principales resultados muestran que para minimizar la precariedad del trabajo docente en Amazonas, son necesarias acciones del gobierno y de la sociedad civil. Invertir en educación, mejorar las condiciones laborales, valorar a los profesionales de la educación y apoyar la formación continua son algunas de las medidas que pueden contribuir a una educación de calidad en la región.

Palabras clave: Precariedad del trabajo docente. Productivismo intelectual. Estado.

INTRODUÇÃO

É de suma importância para o crescimento e desenvolvimento dos docentes em sua vida profissional a sua valorização, pois possuem um papel fundamental no desenvolvimento intelectual, moral e afetivo das nossas crianças e dos jovens, preparando-os para a vida em sociedade. Situação Problema: O problema que motivou este estudo surgiu quando observou-se que os profissionais de ensino sofrem com muitos desafios para poder estar em sala de aula, a trajetória para as escolas, a qualificação dos professores, pois aqueles que são bem formados vão para o centro, fazendo com que algumas regiões fiquem com professores leigos, que não possuem condições de dar uma boa aula. Diante disso procurou-se saber:

Pergunta central: Qual a opinião dos professores sobre a precarização do trabalho docente e interferência em sua qualidade de vida, na escola Estadual José Seffair, localizada no Município de Manacapuru-AM/Brasil, no período de 2023- 2024? Estamos falando de uma mudança única que tem implicações negativas na função docente. Perguntas Específicas: Em que se pauta a precarização do trabalho docente na escola Estadual José Seffair, localizada no Município de Manacapuru-AM/Brasil, no período de 2023-2024? Como a precarização do trabalho docente impacta a qualidade de vida dos professores? Há projetos voltados para a melhoria das condições de trabalho do docente na escola foco desta pesquisa? A

sociedade dá uma grande responsabilidade aos professores, eles devem ser capazes de atrair os jovens e mudar a sociedade para melhor, mas muitas vezes o conhecimento não se torna tão atrativo quanto as redes sociais e tantos outros mecanismos que acabam distanciando o conhecimento dos alunos e termina em frustração.

Tem situações em que alguns educadores se sentem mal por não corresponderem às expectativas que lhes são colocadas. Conforme o tempo passa a profissão docente tem sofrido muitas mudanças que afetam as fronteiras históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas, forçadas a adaptar-se novas realidades e às exigências que lhes são colocadas.

Objetivo Geral: Analisar a visão dos educadores em duas Escolas Estadual sobre a precarização do seu trabalho e interferência em sua qualidade de vida, na escola Estadual José Seffair, localizada no Município de Manacapuru-AM/Brasil, no

período de 2023-2024. E como Objetivos Específicos: Compreender a realidade do docente em duas escolas Estadual, localizada no Município de Manacapuru- AM/Brasil, no período de 2023-2024; Apresentar o que causa a precarização do trabalho do docente com ênfase em duas escolas Estaduais localizadas em Manacapuru-AM/Brasil; Identificar a visão dos educadores sobre a importância da qualificação docente, e como os professores tem influenciado tal qualificação;

Trabalho precário é, portanto, um vocábulo utilizado para descrever a nova situação do mundo dos trabalhadores

especialmente com o desenvolvimento políticas neoliberais desde a década de 1970. Segundo Rosenfield (2011, p. 264), trabalho precário é “[...] trabalho socialmente pobre, não qualificado, não registrado, temporário e inseguro. O trabalho docente não foge a isso, interpretamo-lo como um dos trabalhos básicos das relações humanos, que possui características que determinam sua natureza, segundo Tardif e Lessard (2014, p. 35). Ensinar é um trabalho cujo objeto não é matéria inerte ou símbolos, mas relações humanas com pessoas que tenham iniciativa e tenham certa capacidade de resistir ou participar das atividades dos professores.

Justificativa: Em sua análise, Souza et al. (2021) reclama ao poder público se interessar mais pela valoração dos docentes e suas intempéries do ambiente de trabalho que impactam em sua qualidade de vida. Ao mapear a realidade desafiadora com difíceis cenários e submissões, evidencia a alta relevância em, sempre que possível, abrir novas discussões sobre esta realidade.

Como acadêmico, tenho como foco buscar nas referências bibliográficas novos olhares sobre a precarização da docência no Estado do Amazonas, assim como iniciativas para melhorar as condições de trabalho destes profissionais e o reflexo negativo em suas vidas.

Viabilidade: Este trabalho é viável devido a sua relevância como pesquisa, pois as questões a serem tratadas além de serem atuais é um tema que vem sido debatido nas próprias instituições

de ensino. Para a execução desta pesquisa, foi analisado a necessidade de aquisição de materiais que serão utilizados no decorrer do estudo. Estes recursos promovidos pelo pesquisador.

Consequências: O presente estudo contém cinco capítulos e as considerações finais. A parte introdutória, no qual apresenta-se os objetivos e a hipótese da pesquisa. No primeiro capítulo, se trará uma síntese da revisão bibliográfica realizada no âmbito das produções acadêmicas *Stricto Sensu*, dos

artigos e documentos de (BESSA, 2018), (SOUZA et al., 2021), (OSBORNE, 2019) (SANTOS, 2021) e (BRASIL, 2022). No segundo capítulo, acrescentar-se-á o percurso metodológico, discorrendo sobre a natureza do estudo, a caracterização do campo, os sujeitos envolvidos, os instrumentos de coletas de dados, e os procedimentos de aplicação do Instrumento.

No terceiro capítulo, encontra-se a análise dos dados coletados através do questionário sobre a precarização do trabalho docente. Apresentar-se-á como foi organizada a pesquisa e seus resultados, em seguida apresentar-se-á as avaliações dos resultados. Onde se analisará os dados das entrevistas, enfatizando a discussão das perspectivas, possibilidades e desafios apresentados pelos professores referentes ao uso dessa metodologia no ensino fundamental.

Por fim, as considerações finais, nas quais retorna-se a hipótese, tecerá alguns comentários acerca dos resultados encontrados e apresentar-se-á sugestões de estudos futuros. Bem

como as recomendações, referências e anexos.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01	23
CAPÍTULO 02	134
CAPÍTULO 03	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS.....	193
ÍNDICE REMISSIVO	215

CAPÍTULO I

A DOCÊNCIA, SUAS CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS

1. A DOCÊNCIA, SUAS CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS

A docência é um tema de grande relevância na pesquisa educacional e vem sendo investigado sob perspectivas diversas, tais como: docência como profissão, formação inicial e continuada de professores/as, prática docente, saberes docentes, identidade profissional, condições de trabalho, adoecimento, mal-estar docente e precarização. Nesse contexto, destaca-se alguns autores, a saber: Veiga (2008)¹, Alves (2006)², Tardif (2002; 2007)³ e Kuenzer e Caldas (2009)⁴.

O dicionário Aurélio de Língua Portuguesa traz em seu verbete “Docência”, a seguinte definição: “ato de ensinar; qualidade de docente”. E docente como “relativo a professores; que ensina”. Não há nada de errado, contudo, tais definições não conseguem dimensionar a complexidade do trabalho docente, que vai além do ato de ministrar aulas.

Contudo, a docência deve ser entendida para além da ministração de aulas, pois como aborda Veiga (2008), as funções formativas convencionais, como ter domínio teórico e técnicas sobre o conteúdo, se modificaram e tornaram a profissão docente mais complexa com o passar do tempo e com o surgimento de novas condições de trabalho, além das demandas sociais contemporâneas, que emergem nas escolas.

Por conseguinte, a docência está implicada com os processos de formação humana, mediada pelos processos de construção do

conhecimento, de transmissão, de questionamentos e de renovação da memória construída ao longo do tempo. Não se trata de onde, o que ou como se ensina, a priori, a essência está na relação docentes e discentes, ou seja, vai além de conteúdos e métodos. Havendo essa relação, a docência se estabelece, “numa interação intencionalmente mediada pelos processos de transmissão e de reinvenção da cultura e do conhecimento. ”(TEIXEIRA, 2007, p. 432)

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, em seu Art. 13, são incumbências dos docentes:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III - zelar pela aprendizagem dos alunos; IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

A descrição de tais atribuições serve de orientação e esclarecimento sobre a prática profissional dos/das docentes, visando qualidade na educação, a partir do trabalho dos professores juntamente com as outras esferas envolvidas, como o poder público, a gestão escolar, os alunos, a família e os demais funcionários.

Veiga (2008) também afirma que há aspectos fundamentais a respeito da docência, a formação profissional e a inovação. O

primeiro aspecto está ligado à ideia de docência como profissão, ou seja, função reconhecida e colaboradora na construção da sociedade. Esta profissão tem inerente a si, três elementos chaves: a profissionalização, a profissionalidade e o profissionalismo, que Lima (2018, p.20) sintetiza da seguinte forma:

Enquanto profissionalização refere-se a políticas educacionais, status e a autonomia docente, profissionalidade diz respeito à identidade pessoal e profissional que o professor constrói como agente ativo da educação, criando metas a serem atingidas por meio de uma melhor qualificação e, por fim, o profissionalismo no que concerne à ética e a competência que o profissional exerce sua função.

Já o segundo aspecto, a inovação, trata-se de ir além da prática conservadora escolar, que provoca a busca por novas possibilidades de escolhas teóricas e metodológicas, que inove a prática pedagógica, usando-se da sensibilidade de refletir sobre a realidade e intervir mediante as necessidades.

1.1 PROFESSÃO DOCENTE NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Os estudos dão conta de que a profissão docente é bastante antiga, e data do início da organização dos homens em sociedade, de quando estes começaram a sentir a necessidade de organizar, resguardar, preservar e transmitir (sobretudo transmitir) o conhecimento que produziam às gerações vindouras, como forma de sua afirmação e permanência social.

Gadotti (2006) lembra que, assim que perceberam as virtudes

do ato de ensinar, isto é, ao perceber a possibilidade de conhecer e aprender por meio do ensino, os homens iniciaram um processo de reflexão (ainda que sem intenção) que os ajudou a sistematizar e difundir os conhecimentos produzidos e acumulados. Nas palavras do autor:

A prática da educação é muito anterior ao pensamento pedagógico. O pensamento pedagógico surge com a reflexão sobre a prática da educação, como necessidade de sistematizá-la e organizá-la em função de determinados fins e objetivos. (GADOTTI, 2006, p. 21)

Tardif (2002) lembra que, durante muito tempo, a profissão de professor foivista como algo meramente vocacional, um ofício com um viés sacerdotal leigo ou mesmo um dom, razão por que era entendida como uma tarefa relativamente simples, sem a necessidade de maiores aprimoramentos no que diz respeito à formação e ao adequado exercício profissional. Aliás, nem mesmo *status* de profissão o magistério tinha. Pode-se deixar essa discussão para um pouco depois, mas para que não seja esquecido do que gera todo esse debate: o fato de que qualquer sujeito (como mínimos conhecimentos) se acha competente para lecionar. Por exemplo, um músico, um advogado, um médico, um vendedor de celular, qualquer pessoa pode (desde que domine razoavelmente o que se ensina) exercero ato de ensinar, ainda que não saiba nada de estratégias de ensino, de diversidades metodológicas, de sistemas de avaliação, etc.

Na antiguidade, a propósito, até filhos de prisioneiros se lançavam ao exercício de ensinar os filhos de seus senhores. Até hoje há no Brasil professores sem qualquer preparo, sem instruções adequadas e sem formação superior ensinando nas escolas. O resultado direto disso, numa forma simples de dizer, é que “se ensina o que não se sabe”; e o indireto, é que situações como essa contribuem para a falta de identidade profissional do professor. Esses poucos fatores são suficientes para explicar o porquê da polêmica em questão, isto é, ela tem razão de ser.

Segundo Brandão (2003), na antiguidade, os primeiros professores de que se têm conhecimento dominavam a retórica e possuíam conhecimentos relativos às artes, à música e à política. Esses mestres eram responsáveis pela instrução inicial dos filhos de seus senhores por meio do ensino da leitura, da escrita e da lógica-matemática. Ali surgiam as primeiras “lojas de ensinar”. Nas palavras de Brandão (2003, p.40), eis como se referiam aos professores: “Ali um humilde mestre-escola,

„reduzido pela miséria de ensinar” leciona as primeiras letras e contas”. Se analisarmos com cuidado, o conteúdo entre aspas nos diz muito sobre os primeiros mestres. Como se vê, a profissão docente sempre esteve permeada de certo estigma valorativo, sobretudo no início da institucionalização do magistério.

Durante a Idade Média, o ensino foi totalmente regido pela igreja, sendo ministrado pelos padres e clérigos das paróquias, que

também não tinham formação adequada para tal exercício, razão por que muitas vezes tinham que aprender a ler para exercer o ofício de professor. Com o advento das Reformas Religiosas ocorridas no século XVI, os ventos começaram a soprar noutras direções. Com a formação das chamadas “corporações de ofício” e das primeiras universidades, surgem então os aprendizes, que passam a receber dos mestres os ensinamentos das artes e ofícios que eram mantidos dentro dessas corporações. A este respeito, Romanowski lembra que:

As universidades formadas pelos mestres livres e clérigos vagantes nasceram sob a proteção da Igreja. Eram organizadas em torno de três campos de ensino: artes liberais, medicina e jurisprudência. Ali mestres e estudantes reuniam-se com a finalidade de aprender. (2007, p.29).

A ideia da criação de escolas destinadas à formação e preparo específico de professores, voltada para a formação de docentes efetivamente laicos (posteriormente aos jesuítas) está intimamente ligada à “[...] institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, à implantação e difusão das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população” (TANURI, 2000, p. 62)¹³. Isso tudo foi fortalecido no século XVII, pelo movimento da Revolução Francesa, que reiterou a concepção de institucionalização de uma educação como função do

estado, materializando a implementação de uma escola pública voltada para a formação de professores desvinculados da igreja.

A respeito desse período em que a Educação sofreu essa bipolaridade de domínio, ou seja, ora era regida pela igreja ora pelo Estado, Nóvoa (1995) entende que isso tudo se refletiu de forma negativa no processo de institucionalização da profissão docente, que neste caso contribuiu para que não se criasse um conjunto de normas próprias de uma profissão, a exemplo de como ocorreu em outras áreas. O autor diz que:

Contrariamente a outros grupos profissionais, os docentes não codificaram jamais, de maneira formal, um conjunto de regras deontológicas. Isso se explica por duas razões: primo, o comportamento ético lhes foi ditado do exterior, em princípio pela igreja, depois pelo estado; secundo, estas duas instituições exerceram uma após a outra, o papel de mediadores da profissão docente, tanto em suas relações internas quanto nas externas. (NÓVOA, 1995, p. 120).

No Brasil, após um longo período de domínio do ensino por parte dos jesuítas (mais de duzentos anos), a transferência para o estado da responsabilidade de ensinar trouxe consigo várias questões importantes. Com a função de instruir e catequizar o povo em diversos continentes, os jesuítas produziram vasto material no que se refere à organização de métodos de ensino e à instrução tanto

de alunos quanto de seus próprios padres e professores. Vale lembrar que, no Brasil, a luta pela institucionalização do magistério é marcada pela contribuição massiva e constante de professoras. As mulheres brasileiras tiveram papel fundamental na construção do ofício de ensinar.

Após a transferência de responsabilidade do ensino para o estado, conforme dito anteriormente, embora tenha havido tímidos avanços em relação à profissionalização da docência, ainda se estaria muito distante de uma genuína discussão ou preocupação a respeito da necessidade de formação e profissionalização de professores, como hoje ainda é tão distantes disso na prática, isto é, da formação profissional dos professores em geral.

Durante muito tempo, o quadro da Educação no Brasil esteve fortemente marcado por tímidos avanços e contínuos retrocessos, permanecendo praticamente inalterado. Foi somente a partir do advento da Revolução Industrial que o papel da escola passou a ser ampliado, recebendo maior destaque principalmente em função de seu caráter de regulação social. Isso se deu, sobretudo, no que diz respeito à instrução básica, na formação do operariado das fábricas, setor que era de fundamental importância para o processo de urbanização das cidades (TANURI, 2000, p. 62).

A partir daí é que a educação passou a ter papel de maior importância, visto que agora se tornara uma reivindicação de toda a

população, além de atender aos interesses das políticas desenvolvimentistas do período. Esse fato, então, aumentou consideravelmente a necessidade de um maior número de professores para atender a uma demanda crescente, o que, por sua vez, alterou o trato com a questão educacional e,conseqüentemente, com a profissão docente.

Após as intensas transformações ocorridas nas sociedades (o desenvolvimento industrial, as inovações tecnológicas e mais à frente o aprofundamento da crise na educação norte-americana), lançou-se novo olhar sobre as questões educacionais no Brasil e no mundo, inclusive sobre as concepções que se tinha acerca do ensino e do papel determinante da educação no processo de desenvolvimento das sociedades.

Desse modo, começou-se a buscar saídas de melhoria para o processo de formação dos professores que se tornavam, então, peças fundamentais para o desenvolvimento social ou para qualquer projeto social a ser implantado ou levado a cabo em qualquer sociedade. Mas isso ainda não foi suficiente para que se alcançasse a efetiva valorização e profissionalização do profissional da Educação. As mudanças vieram, mas foram tímidas, muito tímidas.

Ainda hoje, 2015, século XXI, o que se vê, num tempo em que deveria se educar na vida e para a vida, como afirma Imbernón (2011)¹⁶, é que o professor não dispõe de tempo para estudar (a

maioria dos municípios e estados não cumpre o tempo mínimo que deveria ser destinado ao planejamento, avaliação e à formação profissional, a saber, 33% da carga-horária), os salários são o fator número um de insatisfação entre os professores; a classe é suficientemente desorganizada, desarticulada, e até as famílias e a sociedade, de modo geral, abandonaram este profissional solitário, embora, paradoxalmente, está ainda seja, no imaginário coletivo, a profissão redentora da humanidade, a única capaz de provocar profundas e verdadeiras transformações sociais. Esteves (1999, p.104)¹⁷, por exemplo, chega a observar que “o julgamento dos professores tem vindo a generalizar-se [...] A falta de apoio e de reconhecimento social do seu trabalho é cada vez mais evidente”.

Portanto, não obstante as significativas transformações no que tange à necessidade de formação dos docentes, no que diz respeito às concepções sobre a docência e apesar das constantes oscilações no curso da história do magistério (algumas visivelmente positivas, ao passo que outras nem tanto), nota-se, com certa clareza, que o docente atual ainda enfrenta muitos (senão quase todos e os mesmos) problemas com os quais o ofício de ensinar nasceu; mas não se pode deixar de dizer, em meio a este cenário desestimulante, por vezes estarrecedor, que ser professor é encantar e reencantar pessoas, é despertar inteligências, é provocar sinapses, é modificar pensamentos e estruturas sociais; é viver o presente construindo efetivamente o amanhã, isto é, ser professor é ser um profissional

que participa e contribui diretamente com a evolução e com o desenvolvimento das sociedades. Eis aqui, certamente, o maior sentido e orgulho de ser professor. Vale lembrar o que nos diz Freire (1996)¹⁸ ao expressar que o ensinar não se limita apenas em transferir conhecimentos, senão também no desenvolvimento da consciência de um ser humano inacabado em que o ensinar se torna um compreender a educação como uma forma de intervir na realidade da pessoa e do mundo.

1.1.1 Identidade Profissional Docente

Todo o processo de formação docente está atrelado à construção da identidade profissional dos professores. Essa identidade trata dos sentidos e das configurações nas maneiras de ser e de estar na profissão (VEIGA, 2008)¹⁹. A identidade profissional está ligada à profissionalidade dos docentes, ou seja, ao desenvolvimento das competências da profissão, buscando uma exitosa postura profissional (profissionalismo).

Segundo Veiga (2008), a construção da identidade profissional docente possui três dimensões: o desenvolvimento pessoal, com relação à construção da vida do/da professor/a (história de vida); o desenvolvimento profissional, que diz respeito à profissionalização; e o desenvolvimento institucional, com relação aos investimentos das instituições e o envolvimento dos sujeitos para alcance dos objetivos. Assim, percebe-se que essa identidade é construída no

tempo e no espaço. Por isso não é estática, mas passível de mudanças a medida em que os professores experimentam e avaliam suas vidas, suas posturas, suas atividades, as experiências e os contextos aonde estão.

A visão holística dessa construção é defendida por Veiga (2008, p.20) ao afirmar que “A docência é, portanto, uma atividade profissional complexa, pois requer saberes diversificados. Isso significa reconhecer que os saberes que dão sustentação à docência exigem uma formação profissional numa perspectiva teórica e prática”, esses saberes também 28 podem ser denominados de conhecimentos ou competências e serão abordados no próximo tópico.

Essa identidade é fruto do desenvolvimento profissional docente, que também diz respeito a um processo “no qual se integram diferentes tipos de oportunidades e experiências, planejadas sistematicamente para promover o crescimento e desenvolvimento do docente” Garcia (2009, p. 7 apud XAVIER, et al., 2017)20. Essa construção de identidade tem pontos em comuns e individuais entre os docentes, como saberes pedagógicos comuns e experienciais distintos, respectivamente.

Ao lidar com a construção da identidade docente de um grupo de professores/as em específico, do Ensino Médio, abordar-se-á o que caracteriza a identidade comum desse grupo. Para isso, cita-se Lima (2012, p.149-150)21 explicando que,

Compreendemos o professor como profissional que se educa e forma-se no decorrer de sua existência, num processo de construção de si próprio como pessoa e na relação com os outros. Como sujeito histórico o professor tem a possibilidade de intervir, mediante seu trabalho, na transformação social, visto que sua profissão tem como objetivo a formação de outros seres humanos, uma atividade complexa para a qual se exige uma formação sólida e qualificada, não apenas inicial, mas contínua, que lhe dê condições de enfrentar os inúmeros desafios que o contexto educacional apresenta diariamente nas escolas.

Em todos os campos de atuação, os/as profissionais detêm um conjunto de saberes que os/as habilitam para o exercício de sua profissão, não diferente ocorre com os/as profissionais docentes. Com a função, a priori, de ensinar, será que os/as professores/as são apenas transmissores de saberes produzidos por outros grupos ou eles/as também são produtores de saberes.

Tardif (2002)²² aborda esses saberes e como se dá a relação desses com a prática dos professores e com base em sua pesquisa o tema será explanado. Porém, não apenas Tardif (2002), mas outros estudiosos também discutiram sobre essa temática, trazendo termos diferentes para também se referir a esse conjunto de capacidades necessário à prática docente, utilizando-se também dos termos, competências e conhecimentos. Puentes et al. (2009) em uma análise dessas diferentes tipologias e classificações, faz um levantamento de onze estudos que usam esses diferentes termos e traz a seguinte consideração

Na educação, particularmente no ensino, os conceitos

de “saberes”, “conhecimentos” e “competências” têm, muitas vezes, sentidos diferentes e um é complemento do outro e vice-versa. Aqui não. Independentemente do agrupamento feito das classificações e tipologias para uma melhor análise, foi possível perceber que o significado conceitual dos termos empregados, para referir-se ao conjunto de capacidades mais ou menos sistematizadas necessárias para pôr em prática a profissão de professor (“conhecimento”, “saberes” e “competências”), é quase o mesmo nos onze autores consultados. Para todos eles, a profissionalização da docência compõe-se de três ingredientes fundamentais, mas não suficientes: de saber, de saber-fazer e de saber-se apresentados na forma de saberes, de conhecimentos ou de competências. (PUENTES et al., 2009, p.182).

1.1.1.1 **Desafios da profissão docente**

São muitos os desafios enfrentados pela educação em nosso país atualmente, em todos os âmbitos. O professor como agente atuante deste sistema passa por inúmeras dificuldades desde a sua formação docente, seja quanto aos conteúdos formativos e seus currículos ou através das cobranças feitas aos professores e a responsabilização pelos processos vivenciados no meio educacional como o fracasso escolar e tantos outros aspectos. Mas o sistema educacional brasileiro não é composto apenas por professores, mas por todos que compõem nossa sociedade tendo como componente fundamental a família que se apresenta como a primeira escola, pois é nela que os alunos aprendem valor moral, social e afetivo ela deve incentivar seus filhos há buscarem cada dia mais o conhecimento, mas na maioria das vezes esses alunos veem de populações menos

favorecida de nossa sociedade, sendo vítima de preconceitos e discriminações muitos destes pais não tiveram acesso à educação, são analfabetos, alguns acabam não dando o devido valor a educação, desestimulando seus filhos a estudarem, não vendo como meio para um crescimento tanto na vida profissional como financeira, deixando toda responsabilidade pela formação intelectual, moral, social e afetivo para a escola e seus professores tendo estes que desempenharem um papel que não lhes são próprios. Hoje já observa-se um número considerável de pessoas que mesmo vindo de famílias carentes conseguiram concluir um curso superior e ter sucesso em todos os âmbitos de sua vida, principalmente nos cursos de licenciatura, ainda existem cursos em nosso país que são considerados da elite e poucos destes jovens conseguiram cursa-los.

Ainda existe uma redução no número de investimentos feitos pelos governos Federais, Estaduais e Municipais em relação à Educação Básica desde as Creches, a Educação Infantil, os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, esta falta de recursos influencia diretamente nos problemas enfrentados pela educação brasileira, muitas escolas encontram-se em péssimo estado de conservação, algumas não possuem espaço físico adequado para atender a grande demanda de alunos, falta o básico como: banheiros, os que têm na maioria das vezes estão deteriorados, água potável para os alunos, bibliotecas, quando existe

o número de livros são insuficientes para atender a demanda, sala de computação, acesso dos professores as tecnologia que são muito importantes como Datashow, acesso à internet, carteiras, livros didáticos, todos estes fatores contribuem para desqualificação de nosso sistema educacional proporcionando na maioria das vezes a evasão escolar.

Nas Universidades, é possível observar que esses problemas são amenizados e que se pode considerar que os cursos superiores apresentam uma qualidade representativa bem melhor que os alunos da Educação Básica que tem que conviver com essas situações precárias e na maioria das vezes não conseguem ter acesso ao ensino superior por não terem tido uma educação de qualidade (TARDIF, 2002)²³.

A corrupção faz com que a maior parte deste dinheiro seja desviado e não cheguem às escolas que, mas precisam. A Grande maioria dos governantes estão pouco preocupados em melhorar a qualidade de nossa educação, em formar cidadãos críticos que analisem as questões históricas, sociais e culturais que lhes cercam é mais interessante termos um povo alienado que vende ou troca seu voto por mesquinhas. Idealiza-se o dia em que será possível oferecer a todos os cidadãos brasileiros o direito de terem uma educação de qualidade em que todos possam ser assistidos em suas necessidades mais básicas, diminuindo as desigualdades sociais, mas a cada dia a situação piora.

É neste contexto que se encontram os professores, tendo que lidar com a complexidade existente nas escolas, buscando realizar da melhor forma possível o seu trabalho, enfrentando constantes desafios em relação a sua formação inicial e continuada, os planos de carreira e salário dos docentes da educação básica, as condições de trabalho nas escolas. Busca-se melhoria na qualidade da formação destes profissionais, segundo GATTI (2010, p. 1360)

Estamos assumindo que o papel da escola, e dos professores, é o de ensinar-educando, uma vez que postulamos que sem conhecimentos básicos para interpretação do mundo não há verdadeira condição de formação de valores e de exercício de cidadania.

Os professores tem uma função muito maior do que a de meros transmissores de conteúdos pré-estabelecidos, mas tem como papel fundamental formar cidadãos conscientes e comprometidos na construção de uma sociedade mais justa. A profissionalização tem como objetivo principal formar os professores para lidarem com as situações que lhes são apresentadas cotidianamente. Deve-se excluir alguns estereótipos utilizados para justificar o fazer docente e que não devem ser levados em consideração.

De acordo com GATTI (2010, p.1360).

Com estas conceituações, estamos saindo do improviso, da ideia do professor missionário, do professor quebragalho, do professor artesão, ou tutor, do professor meramente técnico, para adentrar a concepção de um profissional que tem condições de confrontar-se com problemas complexos e variados, estando capacitado para construir soluções em sua ação, mobilizando seus

recursos cognitivos e afetivos.

Alguns alunos dos cursos de licenciatura muitas vezes não se sentem vocacionados, mas veem a licenciatura como única opção para conseguirem concluir um curso superior, por viverem em cidades interiorana sendo a única alternativa para terem condições de emprego.

A maioria é proveniente de famílias que não tiveram a oportunidade de estudarem, alguns sendo analfabetos, para estes estudantes de licenciatura este é um processo de ascensão intelectual e profissional, pois, conseguiram mesmo com tantos desafios terem acesso aos benefícios que seus pais não tiveram. A maioria dos que procuram os cursos de licenciaturas são as mulheres, principalmente na pedagogia, antigamente elas eram recrutadas para trabalharem com as crianças.

Os cursos de licenciatura não preparam para a atuação nas escolas no lidar com os alunos, estão muito centradas na transmissão dos conteúdos referentes à determinada disciplina, deixando de lado a prática que é fundamental, dando muita ênfase ao teórico, são poucos os estágios que são proporcionados a estes licenciandos sendo oportunidade importantíssima de contato com o mundo escolar, com as realidades vivenciadas nas escolas que na maioria das vezes são muito difíceis de lidar. A consequência da falta de orientação destes professores ao chegarem às escolas, pois, eles ficam perdidos, nervosos, sem saber como lidar com as situações

difíceis porque não foram preparados para tais circunstâncias. A constatação é de que há uma insuficiência formativa evidente para o desenvolvimento desse trabalho.

De acordo com GATTI (2010, p.1371)25.

- a) o currículo proposto pelos cursos de formação de professores tem uma característica fragmentária, apresentando um conjunto disciplinar bastante disperso;
- b) a análise das ementas revelou que, mesmo entre as disciplinas de formação específica, predominam as abordagens de caráter mais descritivo e que se preocupam menos em relacionar adequadamente as teorias com as práticas;
- c) as disciplinas referentes à formação profissional específica apresentam ementas que registram preocupação com as justificativas sobre o porquê ensinar; entretanto, só de forma muito incipiente registram o que e como ensinar;
- d) a proporção de horas dedicadas às disciplinas referentes à formação profissional específica fica em torno de 30%, ficando 70% para outro tipo de matérias oferecidas nas instituições formadoras; cabe à ressalva já feita na análise das ementas, segundo a qual, nas disciplinas de formação profissional, predominam os referenciais teóricos, seja de natureza sociológica, psicológica ou outros, com associação em poucos casos às práticas educacionais;
- e) os conteúdos das disciplinas a serem ensinadas na educação básica (Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física) aparecem apenas esporadicamente nos cursos de formação e, na grande maioria dos cursos analisados, eles são abordados de forma genérica ou superficial, sugerindo frágil associação com as práticas docentes;
- f) poucos cursos propõem disciplinas que permitam algum aprofundamento em relação à educação infantil.

Existe grande desconexão entre a teoria e a prática, levando em consideração a teoria deixando de lado a prática. As disciplinas voltadas à profissionalização mais específica do professor ainda se fazem insuficientes, apresentando poucas disciplinas voltadas a Didática Geral, Didáticas Específicas, Metodologias e Práticas de Ensino (o “como” ensinar), além disso, as maiorias dos estágios estão voltados a observação, excluindo desta forma o contato direto destes licenciandos com o ambiente escolar. Tendo um currículo fragmentado que não prepara os licenciandos para sua vida profissional, sendo muito difícil para estes profissionais terem um bom desempenho.

De acordo com GATTI (2010, p. 1372).

Nas ementas observou-se um evidente desequilíbrio na relação teoria- prática, em favor dos tratamentos mais teóricos, de fundamentos, política e contextualização e que a escola, como instituição social e de ensino, é elemento quase ausente nas ementas, o que leva a pensar numa formação de caráter mais abstrato e pouco integrado ao contexto concreto onde o profissional-professor vai atuar.

Todos estes aspectos nos fazem refletir sobre a precariedade da formação dos professores em nosso país e sobre a situação da educação que ainda exclui grande parte da população de forma particular as mais carentes. O professor se apresenta como mediador da educação escolar tendo como fundamento a competência técnica. Segundo LELIS (2001, p.45)²⁶ “A competência técnica envolveria

tanto o domínio dos conteúdos de ensino pelo professor como o seu entendimento a respeito das relações entre os vários aspectos da escola, incluindo- se o peso da formação sobre o modo como percebe a organização da escola e os resultados de sua ação”. As deficiências no processo de formação dos docentes acabam gerando sérios problemas no que diz respeito aos conteúdos que são aprendidos de forma fragmentada ou a forma como será transmitido, pois estes não tiveram muito contato com o ambiente escolar, fazendo com que o professor perda o seu material de trabalho que se faz tão importante para seu desenvolvimento intelectual e o dos seus alunos.

Nessa perspectiva, o conhecimento viria de “fora para dentro”, tendo uma dimensão instrumentalizadora do ponto de vista político social. Ao professor, caberia a organização dos processos, de métodos, de modo a garantir a apropriação pelos alunos.

(...) um professor de história ou de matemática; de ciências ou estudos sociais, de comunicação e expressão ou literatura brasileira etc., tem cada um, uma contribuição específica a dar em vista da democratização da sociedade brasileira, do atendimento aos interesses das camadas populares, da transformação estrutural da sociedade. Tal contribuição se consubstancia na instrumentalização, isto é, nas ferramentas de caráter histórico, matemático, científico, literário, etc. que o professor seja capaz de colocar de posse de alunos. (SAVIANI, 1982, apud LELIS, 2001, p. 46).

Compreende-se que a função do professor vai muito além da de meros transmissores do conhecimento, mas tem um caráter de

formação para vida em sociedade, vivendo a democracia, sabendo fazer escolhas que tragam benefícios a sua vida profissional, intelectual, emocional. A teoria se faz fundamental, mas nos apresenta os processos educacionais de forma simplista, sem muitos detalhes, ai quando nos vem à realidade, descobrimos quão complexos são estes processos, e quantos são os desafios e dificuldades enfrentadas pelos professores, alguns acabam desistindo, pois não foram preparados para lidarem com certas situações.

Como se faz necessário que no ambiente escolar os estudantes desde a infância, tenham um contato com a sociedade, realizando trabalhos coletivos que estimulem a participação destes na vida social e cultural da comunidade onde vive, a escola tem por obrigação estimular e incentivar está relação.

A escola não educa a consciência social apenas através dos conteúdos críticos devidamente sequenciados e dosados que transmite. A consciência da criança não se desenvolve tão somente através de conceitos que ela assimila em seu contato com os detentores da cultura elaborada, mas as condições para o desenvolvimento desta consciência crítica são criadas pela participação da criança na experiência social coletiva, a qual se compõe, em parte, das experiências práticas que a escola propicia através de sua organização interna e do sentido que assumem suas relações internas. (BONAMINO, 1989, apud LELIS, 2001, p. 47).

A escola não estimula o interesse dos alunos em adquirirem conhecimentos, a maioria dos professores estão preocupados em

transmitir os conteúdos curriculares determinados pelo sistema educacional, sendo uma educação bancária onde os alunos têm a função de decorar estes assuntos e não são estimulados a buscarem o conhecimento de acordo com o que eles têm interesse em aprender.

conteúdos estão totalmente desvinculados da realidade dos alunos não tendo sentido, se tornando chato estudar e eles preferem tantas alternativas que se tornam estimulantes como as redes sociais, o trabalho que surge como fonte de renda fundamental para que eles possam ter acesso a bens materiais que seus pais não teriam condições de lhes proporcionar, sendo desta forma imediatista, não pensando nos benefícios futuros que a educação podem lhes proporcionar, a disputa é desleal, pois os alunos não se sentem motivados.(LELIS, 2001).

A educação está voltada as promoções ligadas as melhores notas, melhores alunos, recompensas e aqueles que não conseguem obter êxito são punidos, reprovados, isto faz com que eles memorizem e repitam aquilo que foi dito pelos professores fazendo com que eles se sintam inseguros pra darem sua opinião sobre determinados conteúdos. A educação deve se voltar à troca constante de conhecimento entre alunos e professores onde um aprende com o outro, não considerando os professores como donos da verdade absoluta que não deve ser questionada, esta troca de experiências ajuda muito na relação professor-aluno e no processo

de ensino-aprendizagem, por estes motivos se torna tão importante os contatos dos licenciandos com estas realidades para poderem lidar da melhor forma possível com estes processos.(LELIS, 2001)27

É muito fácil para os professores seguirem o currículo padrão, sem se preocuparem em pesquisar novas alternativas que possam facilitar a aprendizagem, a maioria mesmo querendo fazer o melhor se dedicarem não tem tempo, porque precisam trabalhar em vários estabelecimentos educacionais diferentes, pois o salário que ganham não é suficiente para terem apenas um emprego. O trabalho do professor vai além da sala de aula, são aulas para preparar, cadernetas para organizar e tantas outras funções está falta de tempo acaba prejudicando o sistema educacional, pois a acomodação destes profissionais propicia a falta de criatividade dos alunos, sendo o professor apenas um depositário de conhecimentos e não um incentivador do pensamento crítico e reflexivo.

O educador faz “depósitos” de conteúdos que devem ser arquivados pelos educandos. Desta maneira a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. O educador educandos. Os educandos, por sua vez, serão tanto melhores

Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicarou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p.14).

Num mundo cercado por tantos mecanismos tecnológicos, o nosso sistema educacional também está inserido neste meio, hoje se faz necessário que o professor esteja familiarizado com o ambiente virtual, os alunos estão imersos neste mundo virtual é os professores

precisam se atualizarem é utilizarem a tecnologia como facilitadores do processo da aprendizagem, a utilização de computadores promove atividades interativas, participativas que proporciona um maior entusiasmo por parte dos alunos. Ainda é pouco frequente a utilização dessas tecnologias em sala de aula, a maioria destes profissionais em sua formação acadêmica tiveram contato apenas com questões teóricas, na maioria das vezes não tiveram acesso as técnicas de como utilizar a internet como aliado no processo de ensino-aprendizagem, muitos nem ao menos sabem manusear estes instrumentos e acabam ficando acomodados, não buscando conhecer melhor, pois é mais fácil continuar se utilizando de uma metodologia tradicional que não busca novas alternativas que possam facilitar a aprendizagem, alguns que utilizam se sentem inseguros e despreparados para lidarem com este campo tão dinâmico e interativo, muitos já perceberam o potencial destas ferramentas e levam novidades para sala de aula, através de inúmeras alternativas, estes professores precisam orientar seus alunos na utilização desta grande quantidade de informações que nos são disponibilizadas pelo uso da internet, possibilitando um olhar crítico sobre estas informações não vendo-as como verdades absolutas, mas refletindo criticamente sobre as mesmas. Estes profissionais estão constantemente lendo os e-mails que os alunos enviam com dúvidas, sugestões, críticas, respondem a todos de uma forma que seja o mais compreensível possível, atualizam os sites,

blogs, ambientes virtuais que são mecanismos que facilitam a aprendizagem, diminuindo as distâncias entre os alunos e professores no ambiente fora da sala de aula.

As novas tecnologias exploram o uso de imagem, som e movimento simultaneamente, a máxima velocidade no atendimento às nossas demandas e o trabalho com as informações dos acontecimentos em tempo real. Colocam professores e alunos trabalhando e aprendendo a distância, dialogando, discutindo, pesquisando, perguntando, respondendo, comunicando informações por meio de recursos que permitem a esses interlocutores, vivendo nos mais longínquos lugares, encontrarem-se e enriquecerem-se com contatos mútuos. (Masetto, 2010, p. 137 apud Parcianello e Konzen, 2012, p. 3)

O processo educacional ocorre numa troca constante, pois o homem descobriu ao longo de sua história a capacidade de ensinar e aprender, ao mesmo tempo que ensina, aprende sendo desta forma um construtor do conhecimento, a função do professor consiste em instigar nos alunos o saber pensar criticamente, deve estimular a criatividade, curiosidade, a participação e motivação fazendo com que eles reflitam sobre as condições históricas, éticas e sociais elencadas por nossa sociedade, não sendo os professores meros transmissores de conteúdos pré- estabelecidos, mas eles são construtores e reconstrutores do saber ensinado, só assim o conhecimento terá uma razão para ser aprendido, pois os alunos se sentem como parte integrante do processo educacional que muitas vezes refletem as desigualdades em todos os aspectos de modo

particular no sistema educacional brasileiro para que refletindo sobre suas vivencias possam lutar por melhores condições de vida, vendo a educação como meio principal para diminuirmos as desigualdades que são enormes.

Alguns professores não se tornam críticos, mas apenas memorizadores e transmissores de frases e ideias já estabelecidas por outros profissionais, alguns leem muitos livros e apenas transmitem aquilo que leram sem fazer um relação com sua realidade, ou com aquilo que sua escola vivencia no cotidiano, a leitura detantos livros não acrescenta se não está articulado ao concreto se é algo distante, sem sentido, por isso Paulo Freire nos lembra que “é necessário para o professor pensar certo, ser um desafiador e ter uma visão crítica do mundo para poderinterferir no mesmo”

O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo. Mas, histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade. Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã (FREIRE, 1996, p. 14)

O ato de ensinar exige do educador o respeito aos saberes que o educando traz de sua vivencia histórica, social e ética, na vida familiar, todos que chegam a escola estão repletos de conhecimentos adquiridos na realidade de seu dia-a-dia, a partir do senso comum,

cabe ao professor saber explorar este conhecimento respeitando e trabalhando os conteúdos a partir destas realidades que são tão importantes e que acabam dando sentido a aprendizagem, pois não é algo distante, discutir a realidade concreta do aluno se torna essencial para podermos despertar o interesse e a participação dos alunos nas aulas.

A curiosidade é o que nos leva a uma busca constante por esclarecimentos, provoca a indagação a inquietação, está curiosidade histórica vivenciada pelo homem vem sendo construída e reconstruída, levou a grandes descobertas e a procura de respostas para tantas perguntas, por isso o professor deve ser um curioso, pois não há criatividade ou criticidade sem curiosidade.

A escola é o ambiente propício para colocar em prática o exercício e aprendizado da ética, que tem como objetivo formar indivíduos conscientes de seus direitos e deveres dentro de uma sociedade, através dela pode-se obter resultados positivos no processo educacional, melhorando o ambiente de trabalho, proporcionando uma relação de parceria entre todos que constituem o meio escolar como: professores, alunos, direção, funcionários e a família todos unidos buscando o melhor para sua escola, colocado em prática princípios éticos de respeito as diferenças e opiniões que possam ser divergentes.

As atitudes éticas que os professores devem ter em seu dia-

a-dia de sala de aula são: devem ensinar aos alunos o que é ética e qual a importância de colocá-la em prática em todos os âmbitos de suas vidas, esclarecer os métodos de ensino e avaliação, ouvir e respeitar a opinião dos alunos, não expor erros ou deficiência de alunos na frente de toda classe, mas conversar em particular com o aluno, ser justo na correção e avaliação de provas e trabalhos escolares, cumprir prazos na entrega de documentações e respeitar e ser educado com todos.

Não apenas os professores devem ter atitudes éticas, mas todos inclusive os alunos, que na maioria das vezes sabem quais são seus direitos, mas nunca refletem sobre seus deveres num ambiente educacional, algumas vezes acabam desrespeitando os professores ou até mesmo seus colegas, atrapalham as aulas com conversas paralelas, colam nas provas, utilizam trabalhos prontos da internet para entregar aos professores, não querem obedecer as regras estabelecidas pela instituição ensino, colocam apelido nos colegas e professores que podem causar mágoa, ferir sentimentos ou a autoestima.

O professor que realmente ensina, quer dizer, que trabalha os conteúdos noquadro da rigorosidade do pensar certo, nega, como falsa, a fórmula farisaica do “faça o que mando e não o que eu faço”. Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. Pensar certo é fazer certo. (FREIRE, 1996, p. 16)

Para Freire a ação do educador se faz importante muito mais

que as palavras é pelo exemplo, pois tem bem mais poder, ele deve se manter coerente em suas atitudes e em seu discurso usando o argumento como seu aliado nas situações de discordância, tratando com respeito aqueles que discordam de suas opiniões, não sendo concordando com uma determinada questão em um momento e depois se mostrar contra.

Na escola depara-se com um ambiente bastante diversificado, pessoas diferentes, de etnias, gênero, grupos socioeconômicos, orientação sexual, identidades territoriais diferentes e portadores de necessidades especiais, mesmo a escola sendo um ambiente de socialização do contato com as diferenças, algumas vezes esse ambiente acaba se tornando propício para os processos de discriminação e preconceito, muitas vezes alimentados no ambiente familiar, pelos pais que imputam nos seus filhos a falta de respeito para com as diferenças.

É histórico as situações de discriminação em nossa sociedade existiu e ainda existe de forma sutil, muitos afirmam não ter preconceito mas suas atitudes evidenciam que ainda está longe de acabar essa ações mesquinhas sem cabimento em relação principalmente aos negros que em nossa sociedade sofreram tanto e ainda sofrem, pois a maioria ainda vivem em situações deploráveis nas favelas das grandes cidades, sem direito de viverem dignamente, preconceito em relação a opção sexual, quantos assassinatos de casais homossexuais de pessoas que se acham melhores e com

direito sobre a vida destas pessoas, quantos casos nas redes sociais de discriminação contra nordestinos, praticado na maioria das vezes por pessoas das regiões Sudeste e Sul que não conhecem e por isso tratam mal falam com desprezo deste povo que tanto contribuiu e contribuem com o desenvolvimento do nosso país, preconceito contra pessoas portadoras de necessidades especiais, usam apelidos e tantas outras formas para enfuscarem estes.

Outra formas são as questões socioeconômicas num país como o nosso de tanta desigualdade social, onde a maioria não tem o suficiente para sobreviver com dignidade ao lado de sua família, a minoria dispõe de grandes riquezas, essa maioria vive em situação precária sem direito a uma educação de qualidade, a saúde, a segurança, a saneamento básico, vivem em uma situação bem difícil e é vítima de preconceito por parte daqueles que possuem o poder e as riquezas do nosso país. É triste perceber que ao logo do tempo não tem-se melhorado em relação a discriminação daqueles que são diferentes de nós, as pessoas são muitas vezes desumanas, é difícil pensar que as escolas aceitam e mesmo sem perceber de gestores que agiram de forma preconceituosa. É preciso conhecer, conviver com o diferente para poder respeitar a dignidade do outro, vendo que mesmo com diferenças mas é possível conviver em harmonia respeitando as diferenças, a escola tem um papel primordial neste processo pois, ela é o espaço da convivência, lugar do espírito democrático, a escola tem a função de problematizar e desnaturalizar

as situações de preconceito existentes em nossa sociedade, fazendo com que eles possam refletir sobre as situações de preconceito, organizando projetos pedagógicos que promovam a interação entre as pessoas de diferentes etnias, gêneros, grupos socioeconômicos, portadores de necessidades especiais, de diferente orientação sexual, de diferentes identidades territoriais etc. Sem a convivência, não há possibilidade de quebrar as predisposições afetivas negativas, essa superação de qualquer tipo de discriminação de qualquer esfera no ambiente escolar se faz fundamental para podermos caminhar rumo a uma sociedade realmente democrática, onde a diversidade cultural possa ser defendida e valorizada por todos.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu. (FREIRE, 1996, p.18)³³

A identidade cultural do indivíduo deve ser respeitada, sua individualidade, pois cada um tem suas diferenças e traz consigo ensinamentos que adquiridos a partir das experiências vivenciadas em todos os âmbitos como o histórico, social, político e cultural, é necessário união tendo como objetivo principal construir uma

sociedade mais justa e igualitária onde todos possam viver com dignidade, tendo como fundamento a democracia e não o autoritarismo daqueles que pensam ser os donos da verdade. Como pode ser significativo um simples gesto de um professor para com seu aluno, algo que para o professor pode ter sido insignificante, mas que o aluno lembrará para o resto da vida, por isso a importância de incentivarmos, elogiarmos, motivarmos e sempre utilizarmos palavras que aumente a autoestima dos alunos que muitas vezes se sentem inseguros, sem objetivos de vida e uma simples palavra ou gesto pode promover uma mudança radical na vida destes, mas quantos professores sabem apenas criticar ou expor os erros cometidos, a falta de entusiasmos, de vontade de aprender, o que na maioria das vezes acaba se tornando desestimulante para os professores esse desinteresse que muitos demonstram. O ambiente escolar vai muito além de um espaço onde se transmite conteúdos, nela se tem um espaço de socialização, onde a todo momento é possível aprender na vivência entre os professores, alunos, direção, funcionários, nas experiências informais nas ruas, nas praças, nas salas de aula, nos pátios dos recreios, e que são todos humanos e que devem reconhecer os valores ligados as emoções, a afetividade, a sensibilidade, o respeito e carinho que deve existir entre todos que compõem a escola de forma especial na relação professor-aluno, onde a insegurança é substituída pela segurança e o medo pela coragem.

O professor crítico está sempre disposto a mudanças, a aceitar o diferente, tendo consciência de que os seres são inacabados em constante transformação, segundo Freire (1996)

Somos seres éticos capazes de intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de escolher, capazes de grandes ações, de dignificantes testemunhos, mas capazes também de impensáveis exemplos de baixa e de indignidade.

O homem ao mesmo tempo que podem ter atos de bondade, de solidariedade, alguns são capazes de atos terríveis provocando guerras, destruindo populações inteiras, devastam e poluem a natureza pensando apenas nos lucros que um sistema capitalista pode proporcionar-lhe, não pensando em como será o futuro, mesmo agindo muitas vezes de forma irracional, os seres humanos trazem em si a esperança de que dias melhores virão e eles podem interferir para que estes sonhos possam ser concretizados.

A invenção da existência envolve, repita-se, necessariamente, a linguagem, a cultura, a comunicação em níveis mais profundos e complexos do que o que ocorria e ocorre no domínio da vida, a “espiritualização” do mundo, a possibilidade de embelezar como de enfeitar o mundo e tudo isso inscreveria mulheres e homens como seres éticos. (FREIRE, 1996, p. 22)

O educador deve respeitar a autonomia e dignidade do educando, já que são seres éticos e inacabados, o professor não pode desrespeitar a curiosidade do educando, seu gosto, sua inquietude e a sua linguagem, mas pelo contrário deve ajudá-lo no processo de descobertas que ele vivencia cotidianamente

sendo um suporte para os mesmos, não é aceitável que no sistema educacional ainda se encontra professores autoritários que ironizam, que minimiza e retiram toda liberdade do aluno de participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem, provocando a insegurança e falta de estímulo dos educandos, neste processo deve existir um maior diálogo entre professores e alunos, o respeito mútuo e a promoção da liberdade.

Ensinar exige bom senso, é ele que faz com que os educadores reflitam sobre as decisões que devem ser tomadas no dia-a-dia de sala de aula, sobre a autoridade que o professor deve ter na sala de aula, diferente do autoritarismo que propicia um ambiente de conflitos nesta relação entre alunos e professores, orientando as atividades, este bom senso me diz que devo respeitar a dignidade, a autonomia e a identidade do educando, sem impor aos mesmos as vontades do educador, é o bom senso que me permite fazermos uma avaliação dos acontecimentos que nos envolve, tomar posição sobre as questões do nosso cotidiano, é ela que nos ajuda a refletir sobre o comportamento de determinados alunos que podem estar passando por problemas no ambiente familiar ou social e que se reflete no ambiente escolar, que se deve compreendê-los e procurar ajudá-los, pois a escola não pode estar desvinculada da família, dos vizinhos e das condições sociais, culturais e econômicas dos seus alunos.

O professor autoritário, o professor licenciado, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum desses passa pelos alunos sem deixar sua marca. Daí a importância do exemplo que o professor ofereça de sua lucidez e de seu engajamento na luta em defesa de seus direitos, bem como na exigência das condições para o exercício de seus deveres. O professor tem o dever de dar suas aulas, de realizar sua tarefa docente. Para isso, precisa de condições favoráveis, higiênicas, espaciais, estéticas, sem as quais se move menos eficazmente no espaço pedagógico. Às vezes, as condições são de tal maneira perversas que nem se move. O desrespeito a este espaço é uma ofensa aos educandos, aos educadores e à prática pedagógica. (FREIRE, 1996, p. 27)

São muitas dificuldades enfrentadas pelos professores que realmente estão preocupados com a educação do país e que buscam doar o melhor de si, para que se tenha uma educação de qualidade, estes estão constantemente em formações, precisam encontrar tempo para prepararem bem suas aulas, se dedicarem realmente ao trabalho docente. Mas deve-se lembrar que eles são humanos é que precisam de um tempo para descansar, ter momentos de lazer, participar de atividades sociais junto com a

família e os amigos, se divertir, mas muitas vezes esses direitos essenciais da vida de uma pessoa, lhes são negados pelo fato de terem que trabalhar em inúmeras escolas, preparar aulas para todas elas, pois, o salário de apenas uma escola não é suficiente para sustentar a família, então esses profissionais acabam ficando estressados, não fazendo bem o seu trabalho.

A maioria dos professores gostariam de proporcionar aos seus alunos, aulas diversificadas, prazerosas, onde os alunos participam, dão suas opiniões, sugestões, fazer aulas de campo, mas muitas vezes a falta de estrutura das escolas, de mecanismos tecnológicos, de tempo, acabam contribuindo para que as aulas continuem nos moldes tradicionais pois dão menos trabalho e tornam-se a opção preferencial dos professores, precisa-se valoriza-los, pois eles são a base da sociedade.

É importante refletir sobre os desafios que vem sendo enfrentados pelos/as profissionais da educação, tendo em vista o reflexo que os mesmos causam na dinâmica do trabalho docente e nas relações com os discentes, ou seja, no processo de ensino aprendizagem.

Uma concepção interessante na diferença entre dificuldades e desafios é apresentada por Pasqualotto e Lörh (2015 apud GUISSO, 2017)³⁶, entendendo que as dificuldades são comuns a qualquer profissão. Contudo quando essas dificuldades são entendidas como desafios, gera possibilidades de superação e

aprendizado por parte dos que estão envolvidos. “Desse modo, entende-se que o desafio leva ao movimento, à busca, à aprendizagem, à superação” (GUISSO, 2017,p. 21).

Com a profissão docente não é diferente. O trabalho docente está imbricado de outras tarefas além do ensinar e formar e que vão além da sala de aula, envolve responsabilidades relacionadas a planejamento, gestão escolar, relação família/escola e outras. Além disso, o cenário contemporâneo marcado pela globalização dos mercados, segundo Carvalho (2015), trouxe consequências e exigências para a formação advinda da escola, afetando seus professores, quais sejam:

Esse conjunto de transformações, por sua vez, desencadeou a intensificação das interações econômicas, políticas e culturais, inaugurando um novo modelo de desenvolvimento social que tem reflexos na escola contemporânea. Novos currículos, novos papéis docentes, novas necessidades dos educandos são trazidas à tona. (CARVALHO, 2015, p.118)³⁷

Com isso, a autora ressalta a necessidade de reflexão, alterações, permanência e rupturas no trabalho docente a fim de que o processo escolar seja compatível com a sociedade atual. Mas traz duas problemáticas que inviabilizam essas tomadas, a saber: o conservadorismo extremo de alguns professores e também a falta de políticas educacionais que atendam a essa necessidade de mudanças.

Outro ponto mencionado por Carvalho (2015) é o mal-estar

docente causado, como explicado por Esteve (1995, p.106 apud CARVALHO, 2015, p.119), pela “[...] massificação do ensino e o aumento das responsabilidades dos professores que não se fizeram acompanhar de uma melhoria efetiva dos recursos materiais e das condições de trabalho em que se exerce a docência.” E conclui seu artigo considerando que os/as professores/as devem rever suas práticas, estratégias e modos de desenvolver seus trabalhos para buscarem maneiras de alcançar a emancipação dos alunos.

Diante desse conjunto de mudanças, o professor Carlos Roberto Jamil Curyda, PUCMINAS (2010) entende que os professores precisam saber “costurar” as informações e atribuir sentido para as mesmas diante das realidades dos alunos a quem lecionam, para poder definir maneiras de trabalho. Contudo, não são só os desafios intrínsecos à sala de aula que atingem os docentes, há os desafios ligados às condições de trabalho, à desvalorização social e salarial, à carga horária de trabalho e a outros, que se relacionam com causas extrínsecas a sala de aula.

Alguns desses desafios enfrentados pelos professores são discutidos por Kuenzer e Caldas (2009) no texto Trabalho docente: comprometimento e desistência, em pesquisa realizada na Rede Municipal de Educação de Curitiba. As pesquisadoras trazem como principais desafios a desvalorização da educação e, conseqüentemente, do profissional da educação e de sua

remuneração; as condições de trabalho, muitas vezes precárias, tanto em relação a infraestrutura quanto ao material pedagógico, exigindo do/a professor/a ações que “superem” tais situações; a carga mental do trabalho docente, podendo ser ocasionada por carga horária de trabalho excessiva, que, dentre outros aspectos, gera o mal estar docente, ou Mal-estar docente: “expressão utilizada para descrever os efeitos permanentes de caráter negativo que afetam a personalidade do professor como resultado das condições psicológicas e sociais em que se exerce à docência.” até mesmo pela violência presente no meio escolar; além das relações dentro do trabalho, onde podem ser encontradas divergências nas posturas dos profissionais das comunidades escolares, gerando conflitos e mal estar. (GUISSO, 2017).

Quanto aos desafios intrínsecos, são destaques: indisciplina e falta de interesse (motivação) dos alunos, reflexo de contextos social e familiar onde vivem, causas emocionais, falta de perspectivas sobre a escola etc.; a falta de apoio familiar, ligada às diferentes formas e contextos das famílias, a falta de tempo por conta do trabalho e outros fatores; a atualização de práticas pedagógicas, limitada devido à falta de uma política de formação continuada ou de oportunidades de formações de qualidade; o domínio e a utilização de tecnologias pelos/as docentes, que pode ocorrer por falta de oportunidades e recursos para aprender ou até mesmo a resistência por parte deles/as em aprender e utilizar novas

tecnologias. (GUISO, 2017³⁹; LIMA, 2012; FINO, 2008⁴⁰; CONCEIÇÃO; SOUSA, 2012)⁴¹

Outro aspecto intrínseco importante, diz respeito à heterogeneidade de aprendizagem dos alunos, que torna complexa o planejamento e a vivência de estratégias adequadas para atender a todos, tanto de forma mais individualizada como no coletivo, bem como a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas salas regulares, apontada como um desafio por muitos/as professores/as, principalmente pela falta de formação adequada para trabalhar com esse público (LIMA, 2012)⁴².

Diante do exposto, constata-se que os/as professores/as enfrentam uma realidade complexa, repleta de desafios internos e externos à sala de aula. Como diz Guimarães (2005, p.90 apud LIMA, 2012, p.163)

[...] não é fácil, no Brasil, sobreviver dessa profissão (salários baixos, jornada extensa e condições materiais difíceis) nem, tampouco, sobreviver nessa profissão, considerando o desgaste físico, emocional e cultural (pouco tempo e estímulo para se atualizar) a que os professores são, em geral, expostos em sua trajetória profissional. Essa realidade torna-se bem mais explícita diante das recorrentes “novas exigências” criadas para cumprimento pelos professores. Nesse contexto, não é fácil ao professor desenvolver uma imagem positiva da profissão docente. Mais difícil ainda se os próprios cursos reforçarem essa imagem negativa do ser professor.

Apesar de tantos desafios, a formação de qualidade aliada ao compromisso pessoal e profissional, ainda é o caminho para tais

enfrentamentos, ao menos os que estão diretamente (MARTINEZ, s/d). 37 ligados ao fazer do professor, os intrínsecos, na perspectiva da busca pela qualidade do ensino-aprendizagem. Compreende-se que as formações, inicial e continuada, nunca irão ensinar e preparar para tudo que a realidade exige, mas sem elas é impossível avançar. Como afirmam Alarcão e Tavares (2001, p.103 apud VEIGA, 2008, p.16)

[...] nesta sociedade emergente, começa a ser cada vez mais urgente formar e preparar as pessoas para o incerto, para a mutação e para as situações técnicas e até chocantes que lhes exijam um maior esforço para a paz e o desenvolvimento de maiores capacidades de resiliência.

1.2 PRECARIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE

A partir dos anos 70 do século XX, essa situação de precarização do trabalho escolar foi agravada no país, devido ao acentuamento das condições econômicas desfavoráveis e à deterioração do sistema público de ensino, apesar da sua expansão significativa nesse período. Esses problemas tiveram efeitos desastrosos no funcionamento das escolas, especialmente nas grandes cidades urbanas (Paiva *et al.* 1998).

Essa precarização do trabalho escolar pode ter diversas origens e impactos negativos na educação do país. Alguns dos fatores que contribuem para essa situação incluem a falta de investimento adequado na educação pública, a carência de infraestrutura nas escolas, a baixa remuneração e condições de trabalho desfavoráveis

para os professores, a falta de políticas educacionais eficientes e contínuas, entre outros (Paiva *et al.* 1998).

Para reverter esse cenário, são necessárias políticas públicas sólidas e sustentáveis que visem melhorar a qualidade da educação, valorizar os profissionais da área e garantir que as condições de trabalho e de ensino sejam adequadas para que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade. Além disso, a participação da sociedade civil e o engajamento de todos os setores envolvidos na educação são fundamentais para superar esses desafios e promover uma educação mais inclusiva e equitativa no país (Paiva *et al.* 1998).

A precarização do trabalho docente no Brasil é um fenômeno que tem sido observado desde o período do regime militar (1964-1985), durante o qual ocorreram diversos ataques aos direitos trabalhistas e repressão aos movimentos sindicais. No contexto da educação, os professores enfrentaram condições adversas, salários baixos e falta de autonomia para exercerem suas atividades pedagógicas (Paiva *et al.* 1998).

No entanto, a situação se intensificou a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394/96, que é a legislação que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no Brasil. Essa lei trouxe uma série de mudanças no sistema educacional brasileiro, algumas das quais impactaram o trabalho dos docentes.

Entre os fatores que contribuíram para a intensificação da precarização do trabalho docente após a LDB de 1996, podem-se destacar os seguintes:

- 1) Desvalorização da carreira docente: A LDB não trouxe medidas que valorizassem adequadamente os profissionais da educação, como planos de carreira bem estruturados e salários condizentes com a importância da função;
- 2) Jornada extenuante: Muitas vezes, os professores têm que trabalhar em múltiplas escolas ou em cargos temporários para complementar suas rendas, levando a uma sobrecarga de trabalho e menor tempo disponível para a preparação de aulas e acompanhamento dos alunos;
- 3) Falta de infraestrutura: Escolas em condições precárias, falta de recursos e materiais didáticos, bem como a ausência de suporte adequado ao professor, dificultam o exercício da docência de forma eficaz;
- 4) Falta de formação e capacitação adequadas: Muitos professores não recebem o suporte necessário para atualização de suas práticas pedagógicas, o que pode comprometer a qualidade do ensino oferecido;
- 5) Pressão por resultados: O foco excessivo em avaliações padronizadas pode levar a um ensino voltado para o cumprimento de metas e conteúdo específicos, em detrimento de uma educação mais abrangente e formativa.

Esses são apenas alguns dos aspectos que contribuíram para a intensificação da precarização do trabalho docente após a aprovação da LDB de 1996. É importante ressaltar que essa precarização pode variar em diferentes estados e municípios brasileiros, uma vez que a gestão da educação também é responsabilidade das esferas estaduais e municipais, e cada região pode adotar políticas próprias relacionadas à educação e ao trabalho dos docentes.

A reestruturação dos parâmetros universitários na década de 1970, em âmbito global, foi motivada por uma série de modificações na dimensão do trabalho. Esse processo levou a mudanças que resultaram na

precarização e intensificação das cobranças no ambiente acadêmico, com foco no cumprimento de metas e excelência na produtividade (Paiva *et al.* 1998). A precarização do trabalho no contexto universitário está relacionada ao processo de reestruturação produtiva, que busca flexibilizar os vínculos empregatícios, as relações entre os trabalhadores, a jornada de trabalho e as condições de trabalho, entre outros aspectos (Borsoi, 2011).

Essa reestruturação produtiva nas universidades pode ter várias dimensões, tais como:

Flexibilização dos vínculos empregatícios: As instituições de ensino passam a contratar mais professores temporários, bolsistas de pesquisa e colaboradores eventuais em vez de efetivar docentes em cargos fixos;

1) Intensificação da cobrança por produtividade: Há um aumento na pressão para que os professores e pesquisadores produzam mais resultados acadêmicos, como artigos, pesquisas e projetos, muitas vezes em detrimento de outras atividades, como o ensino;

2) Jornada de trabalho extensa e flexível: Os docentes podem ser exigidos a cumprir uma carga horária extensa, incluindo atividades extracurriculares, e com horários não rigidamente definidos, o que pode afetar a qualidade devida e o equilíbrio entre vida pessoal e profissional;

3) Condições de trabalho precárias: As universidades podem enfrentar cortes orçamentários e falta de investimentos, resultando em infraestrutura inadequada, escassez de recursos e falta de suporte para os docentes desenvolverem suas atividades.

Essa reestruturação produtiva no ensino superior foi influenciada por diversos fatores, como mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram no final do século XX. A globalização, a competição internacional, as políticas neoliberais e a busca por eficiência e redução de custos foram alguns dos elementos

que contribuíram para esse cenário.

É importante ressaltar que essas mudanças também tiveram impacto sobre os estudantes universitários, que passaram a enfrentar uma maior pressão por desempenho acadêmico, um ambiente de ensino mais competitivo e, em alguns casos, dificuldades para conciliar estudos e trabalho.

Precarização do trabalho docente, descompromisso e desfinanciamento contínuo por parte do Estado, venda de “mercadorias-conhecimento” (assessorias, pesquisas, produtos técnicos...) para entidades privadas, constituição de complexos processos avaliativos definidores de benefícios, dentre outros aspectos, tornam-se alicerces do ensino superior. Todo um conjunto de novos aparatos e mecanismos de motivação e controle, toda uma nova lógica de gestão/ produção (produtividade) toma corpo no interior da universidade (Lopes, 2006, p. 36).

Pinto et al. (2018) aborda a configuração do trabalho docente e sua relação com a construção de identidades, sentidos e significados. O trabalho docente, ao envolver a interação com os alunos, colegas e o sistema educacional, é uma atividade que vai além da mera transmissão de conhecimentos. Nesse contexto, os professores têm a oportunidade de construir suas próprias identidades profissionais, dar sentido ao que ensinam e atribuir significados aos conteúdos, práticas pedagógicas e às suas próprias experiências no ambiente educacional.

Atribuições sociais, políticas e estatais providas em forma de mercadoria faz-se referência ao fato de que as atividades docentes

muitas vezes são influenciadas por questões sociais, políticas e governamentais. A educação é um setor altamente regulado e influenciado pelas políticas públicas, o que pode impactar diretamente o trabalho dos professores. Além disso, a educação pode ser vista como uma mercadoria, sendo muitas vezes tratada como uma prestação de serviço no sistema econômico, o que pode gerar tensões entre os objetivos educacionais e os interesses comerciais.

O trabalho docente pode ser marcado por uma série de desafios e satisfações. Algumas situações podem gerar prazer, como o sucesso dos alunos em aprender e progredir, o reconhecimento pelo trabalho realizado ou o sentimento de contribuição para a sociedade. Por outro lado, também pode haver situações de sofrimento, como a sobrecarga de trabalho, a falta de recursos, problemas com a gestão escolar ou o desinteresse dos alunos.

O ambiente de trabalho e as relações interpessoais têm um impacto significativo na saúde mental e física dos professores. Relações favoráveis, como o apoio de colegas e gestores, podem contribuir para um ambiente mais saudável, enquanto relações desfavoráveis, como conflitos, pressões excessivas ou falta de reconhecimento, podem levar a problemas psicossomáticos, que envolvem a interação entre aspectos emocionais e físicos da saúde.

O reconhecimento do trabalho docente é um fator importante para a motivação e o bem-estar dos professores. Quando os esforços e a dedicação dos professores são reconhecidos, isso pode aumentar

a satisfação no trabalho. Por outro lado, a falta de reconhecimento pode levar a táticas defensivas por parte do coletivo de trabalho, como mecanismos de proteção diante de um ambiente desfavorável ou pouco valorizado.

Em resumo, o trabalho docente é uma atividade complexa que envolve a construção de identidades profissionais, a atribuição de significados ao trabalho, o enfrentamento de desafios e prazeres, além de ter um impacto significativo na saúde e bem-estar dos professores. O reconhecimento e o ambiente de trabalho desempenham papéis importantes nesse contexto. É fundamental que as políticas educacionais e as práticas institucionais levem em consideração essas questões para promover um ambiente de trabalho mais saudável e propício ao desenvolvimento profissional dos docentes.

Os autores Soratto e Olivier-Heckler (1999) apontam a importância das condições de trabalho dos professores e destacam que a valorização profissional é mais importante do que uma boa remuneração. Eles enfatizam que o desgaste físico, emocional e intelectual enfrentado pelos professores pode levar a um maior risco de adoecimento e perda de qualidade de vida no trabalho em comparação com outros fatores.

A valorização profissional engloba diversos aspectos, como o reconhecimento da importância do trabalho do professor na sociedade, o apoio das instituições educacionais, a oferta de

oportunidades de desenvolvimento profissional e a criação de um ambiente de trabalho saudável e estimulante.

É comum que os professores enfrentem desafios em sua profissão, como a sobrecarga de trabalho, a falta de recursos e infraestrutura adequados, a falta de apoio das famílias dos alunos, a burocracia, entre outros. Esses fatores podem contribuir para o desgaste físico e emocional dos educadores, afetando negativamente sua saúde e bem-estar no trabalho.

Investir em melhorias nas condições de trabalho dos professores é fundamental para garantir a qualidade da educação e o bem-estar desses profissionais. Isso inclui a implementação de políticas que promovam a valorização dos professores, o oferecimento de suporte emocional e psicológico, a redução da carga de trabalho excessiva e a busca por soluções para os desafios enfrentados no ambiente educacional.

Valorizar os professores não apenas por meio de remuneração adequada, mas também por meio de reconhecimento e condições de trabalho favoráveis, é essencial para manter uma educação de qualidade e garantir o desenvolvimento pessoal e profissional desses profissionais tão importantes para a sociedade.

Mesmo que as atividades dos docentes impliquem uma intensa exigência cognitiva e eles despendam tempo em jornadas que, muitas vezes, ultrapassam 40 horas semanais, o resultado de seu esforço é, em geral, impalpável. Ministrar aulas, pesquisar, participar de reuniões deliberativas, orientar estudantes - tudo isso faz parte de uma produção quase sempre invisível aos

olhos da própria comunidade acadêmica e, em particular, aos daqueles que estão fora dessa coletividade. Muitas de suas tarefas são, de fato, não produtivas e apenas furtam tempo significativo de uma jornada, nada acrescentando ao docente e à instituição. Isso é caracterizado como extremamente oneroso e é percebido como uma demanda que “emperra a produção acadêmica”. Mas não apenas isso. Esse “emperrar” a produção acadêmica conduz o docente a se sentir improdutivo, apesar de considerar que trabalha em demasia (Borsoi, 2012, p. 98).

O trabalho precário é definido como um tipo de emprego que é socialmente empobrecido, desqualificado, informal, temporário e inseguro. Essas condições de trabalho são uma consequência de um processo social de institucionalização da instabilidade no mercado de trabalho. Em outras palavras, as formas precárias de trabalho tornaram-se mais comuns e aceitas na sociedade, tornando-se parte da estrutura laboral.

Os trabalhos precários muitas vezes envolvem tarefas de baixa complexidade ou baixa qualificação, o que pode levar a uma sensação de desvalorização profissional.

A informalidade refere-se a trabalhos sem contratos formais, proteções trabalhistas e benefícios.

Muitos trabalhos precários são temporários, o que significa que os trabalhadores não têm estabilidade no emprego e enfrentam incertezas em relação à duração do contrato de trabalho.

A falta de proteções trabalhistas e contratos sólidos pode levar a uma sensação de insegurança, pois os trabalhadores estão

mais expostos a demissões e outros riscos laborais.

A terceirização é uma forma de trabalho precário em que os trabalhadores são contratados por empresas intermediárias, o que pode levar à redução de benefícios e piorar as condições de trabalho.

Mudanças na legislação trabalhista podem enfraquecer os direitos dos trabalhadores, permitindo que as empresas tenham mais liberdade para impor condições desfavoráveis.

A instabilidade no mercado de trabalho pode levar a altas taxas de desemprego e, quando empregos estão disponíveis, eles podem oferecer salários baixos e precários.

Com o enfraquecimento das leis trabalhistas e a precarização do trabalho, os sindicatos muitas vezes enfrentam dificuldades para representar efetivamente os interesses dos trabalhadores.

Essas condições de trabalho precário podem ter impactos negativos sobre a qualidade de vida dos trabalhadores, aumentando a desigualdade social e econômica na sociedade. O tema do trabalho precário tem sido objeto de debate e preocupação de sindicatos, pesquisadores e formuladores de políticas públicas em muitos países. A busca por soluções para garantir condições de trabalho mais justas e seguras para os trabalhadores continua sendo um desafio em muitas partes do mundo.

A precarização do trabalho docente é um fenômeno preocupante que tem sido amplamente estudado e discutido na

literatura acadêmica. Esse processo refere-se à degradação das condições de trabalho dos professores, com implicações negativas para o seu desenvolvimento profissional e bem-estar.

Refere-se à flexibilização das condições de trabalho, muitas vezes resultando em jornadas extensas e sobrecarga de tarefas, dificultando a conciliação entre vida pessoal e profissional.

O aumento da carga de trabalho e da pressão por resultados pode levar ao aumento da sobrecarga e estresse dos professores.

A precarização pode levar ao descumprimento de direitos e normas trabalhistas e educacionais, prejudicando a qualidade do ensino.

A adoção de contratos temporários e precários torna a estabilidade e segurança no emprego um desafio para muitos docentes.

A precarização pode diminuir a autonomia dos professores em relação ao currículo e à metodologia de ensino.

O trabalho docente precarizado pode estar associado a baixos salários, o que impacta diretamente a qualidade de vida dos professores.

A pressão por resultados e avaliações de desempenho pode aumentar a competição entre os professores e comprometer o ambiente colaborativo.

A precarização pode levar a uma desvalorização da profissão docente, com reflexos negativos na formação e no

reconhecimento dos professores como profissionais qualificados.

Condições de trabalho precárias podem levar a problemas de saúde física e mental, além de desmotivação e desengajamento.

A precarização pode levar a uma visão utilitarista da educação, em que os docentes são vistos apenas como instrumentos para a formação de mão de obra para o mercado, desconsiderando seu papel social e formativo.

A pressão, a insegurança e a falta de reconhecimento podem levar a problemas psicológicos e à sensação de alienação por parte dos professores em relação ao seu trabalho.

É importante ressaltar que a precarização do trabalho docente não é um fenômeno isolado e pode variar de acordo com o contexto político, econômico e social de cada país ou região. Enfrentar essa problemática requer ações e políticas que valorizem a profissão docente, promovam condições de trabalho adequadas e respeitem os direitos e a dignidade dos professores. Para compreender o processo de desvalorização docente é necessário abranger os principais conceitos que integram a questão. Para tal, faz-se necessário retomar, de modo pontual, o contexto histórico até aqui. "A passagem de um sistema de elite para um sistema de ensino de massas implica um aumento quantitativo de professores e alunos, mas também o aparecimento de novos problemas qualitativos, que exigem uma reflexão profunda." (ESTEVE, 1999, p.96)⁴³.

Principalmente, a partir do final da II Guerra Mundial, a

“escola de massa” (TARDIF; LESSARD, 2005; NÓVOA, 1995; SACRISTAN, 1995) passa a ser aberta para todos. Essa escola está sobre a responsabilidade direta dos Estados que implementaram reformas importantes nas estruturas escolares, nos currículos e nas pedagogias (TARDIF; LESSARD 2005)⁴⁶. Com essa “escola de massa” veio a necessidade de novos professores.

A lei 5.692/71 ampliou a escolaridade mínima para oito anos e tornou profissionalizante, obrigatoriamente o ensino de segundo grau [ensino médio]. A evolução quantitativa do primeiro grau [ensino fundamental] não foi acompanhada de melhoria qualitativa. Ao contrário, a expansão da oferta de vagas, nos diversos níveis de ensino, teve como consequência o comprometimento da qualidade dos serviços prestados, em razão da crescente degradação das condições de exercício do magistério e a desvalorização do professor. (LIBÂNEO, 2003, p.144)

O aumento expressivo na quantidade de estudantes trouxe a necessidade de mais professores para atender a esse incremento estudantil, mão de obra esta que não estava disponível na quantidade exigida. Não havendo tantos profissionais preparados para o aumento da demanda muitos programas educacionais foram implantados e a tarefa do professor era apenas aplicá-los, podendo admitir-se, então, professores com o mínimo de formação. (LIBÂNEO, 2003).

Como consequência, “mudaram-se as expectativas em relação ao papel da educação, do professor e do aluno.” (GATTI, 2009, p.103)⁴⁸. O ensino massificado mostrou-se incapaz de

assegurar, em todas as etapas de ensino, um trabalho adequado ao estudante, diminuindo a sua motivação em relação à própria aprendizagem, aumentando a desvalorização social do sistema educativo e da figura do professor.

A visão dos motivos do processo da desqualificação da profissão docente também é reforçada com a perda de autonomia, pois “vendo limitada sua possibilidade de tomar decisões, o docente já não precisa das capacidades e dos conhecimentos necessários para fazê-lo” (ENGUIITA, 1991, p.48), tendo para tal a “contribuição” dos “fabricantes de livros didáticos e de outras mercadorias educacionais.”

Outro problema da massificação do ensino é que o fato de ter tornado a categoria do professorado numerosa, tem inviabilizado mudanças econômicas significativas na profissão, o que afeta diretamente na qualidade de vida dos professores (GATTI, 2009)⁵⁰. Um sentimento de insegurança diante das perspectivas e exigência leva o professor ao desencanto com sua profissão. Os professores sentem-se desmotivados diante do trabalho docente que vai além da aptidão e da qualificação profissional.

Exige-se equilíbrio psicológico diante de uma profissão que envolve situações estressantes, e, carga horária de trabalho excessiva, carga burocrática elevada, relações de conflito entre professores/estudantes/pais, /gestores, aliado a baixa

remuneração e parcelamento de salários. É notório que “há um autêntico processo histórico de aumento das exigências que se fazem ao professor, pedindo-lhe que assuma um número cada vez maior de responsabilidades.” (ESTEVE, 1995, p.100)⁵¹.

O processo de desvalorização, entendido como depreciação ou perda do valor profissional e social, também está relacionado com a percepção que a sociedade tem da importância do papel do professor ou da necessidade desses na sociedade. Isso reflete na identidade do professor e na sua autoestima, pois o mesmo se vê sem apoio, prestígio e ascensão social. Aliado a esses fatores, tem-se a desvalorização econômica que impacta fortemente na qualidade de vida do professor, uma vez que exige maior demanda de trabalho para que tenha condições melhores de vida. (BORCK; OLIVEIRA; FRIZZO, 2019).

Diante do cenário exposto,

A situação do professor é comparável à de um grupo de atores, vestidos com o traje de uma determinada época, a quem sem prévio aviso se mudao cenário [...] para uma encenação pós-moderna, colorida e fluorescente, que oculta a anterior, clássica e severa. A primeira reação dos atores seria surpresa. Depois tensão e desconcerto [...]. As reações perante esta situação seriam muito variadas; mas, em qualquer caso a palavra mal-estar poderia resumir os sentimentos. (ESTEVE, 1999, p.97)

O mal-estar docente que afeta a vida dos professores e os processos de ensino e de aprendizagem é visto como um fenômeno da contemporaneidade, que deve ser entendido como

um desafio a todos aos que exercem sua profissão em tempos de significativas mudanças sociais. “A expressão mal-estar docente [...]emprega-se para escrever os efeitos permanentes de caráter negativo, que afetam a personalidade do professor [...] devido à mudança social acelerada.” (ESTEVE,1999, p.98).

Todos os fatores discutidos têm afetado a percepção do professor e também da sociedade sobre a importância da profissão docente e tem influenciado a decisão dos jovens pelo ingresso nos cursos de licenciaturas. “Passando por tempos difíceis,de desprestígio social, de salários aviltados, com péssimas condições de trabalho, a profissão de professor já não atrai mais a juventude, e, muitas escolas e inúmeras áreas do conhecimento sentem a falta desse profissional.” (LIBÂNEO, 2003,p.276)⁵⁴.

1.2.1 Satisfação e Insatisfação Profissional

Independentemente da área de atuação, o trabalho é uma importante atividade na vida de qualquer indivíduo, pois, além de fornecer meios para a manutenção do estilo de vida, oferece recursos que são imprescindíveis para a satisfação de suas necessidades pessoais e para a formação e manutenção de valores. No entanto, precárias condições de trabalho podem inibir essa satisfação e formação, e o desempenho profissional. Lyra et al (2013, p. 735-736)⁵⁵ comentam que precárias condições de

trabalho do professor, como ausência de recursos materiais e humanos, limitações no espaço físico, carga de trabalho, condições salariais e problemas de comportamento dos alunos, afetam seu desempenho e saúde. Nessa análise, Lyra et al. (2013) incluem como outro fator a pouca valorização do professor, comparada ao trabalho que desempenha, e apontam algumas características observadas nos professores que vivenciam essas precárias condições de trabalho, que indicam um processo de insatisfação e de desgaste: baixa expectativa em relação à profissão, baixa autoestima, sensação de um trabalho improdutivo, sentimento de impotência e frustração, e o desprestígio.

Assim, é possível implicar a autoestima na análise da satisfação profissional. Um aspecto psicológico significativo nessa implicação, do ponto de vista do professor, está no reconhecimento de si e de como leciona. De acordo com Alves (1997)⁵⁶, a satisfação profissional docente é apresentada como “um sentimento e forma de estar positivos dos professores perante a profissão, originados por fatores contextuais e/ou pessoais e exteriorizados pela dedicação, defesa e mesmo felicidade face à mesma” (p. 84).

Para Cardoso (2017), “a satisfação profissional se reflete na eficácia do trabalho desempenhado, promove o bem-estar

psicológico e permite um melhor desempenho das atividades docentes”. Segundo esses autores, a satisfação profissional envolve fatores intrínsecos como sentimentos, emoções, experiências, e fatores extrínsecos, como condições de trabalho, reconhecimento, oportunidades etc. Para Cardoso (2017),

são fontes de satisfação/insatisfação dos professores, no fator econômico, os salários; no nível institucional, a pressão que o caráter centralizador- conservador exerce na instituição; no âmbito pedagógico, as condições de trabalho, os êxitos e os fracassos dos alunos; no fator relacional o relacionamento com os alunos e com os pares; no fator social, o status social conferido à profissão.

Assim, satisfação e insatisfação têm particularidades que as distinguem no modo de se sentir e pensar experiência com a docência. Essa distinção tem aspectos subjetivos e objetivos em sua formação. A insatisfação envolveria pressões institucionais, o fator econômico, as condições de trabalho e, especialmente, anção de sucesso e de fracasso na profissão, e a satisfação envolveria a atitude psicológica perante a profissão, combinando fatores pessoais e contextuais nessa avaliação, ou fatores intrínsecos e extrínsecos. Apesar de se distinguirem em suas particularidades e origem, pode-se observar que satisfação e insatisfação se inter- relacionam, conceitualmente.

Para desenvolver mais essa questão, conforme o objetivo deste trabalho, o desafio está em discernir teoricamente que condições regulam a correlação entre autoestima e

satisfação/insatisfação docente. Reconhece-se que esses conceitos ou fatores não são as únicas questões que explicam ânimo/desânimo com a profissão docente, ou o nível de investimento ou desinvestimento na carreira docente. A qualidade do envolvimento e do desenvolvimento do professor com a atividade docente tem muitos fatores e repercussões psicológicas, dentre elas a saúde do professor. Essa questão passa, entre outros aspectos, pela análise da relação entre trabalho docente e sofrimento psíquico, no desenvolvimento psicológico do professor com sua profissão. Reis et al. (2006) comentam que “ensinar é uma atividade em geral altamente estressante, com repercussões evidentes na saúde física, mental e no desempenho profissional dos professores” (p. 231). Segundo Reis et al. (2006, p 230-231), as repercussões mais relatadas são: doenças cardiovasculares, distúrbios advindos do estresse, labirintite, faringite, neuroses, fadiga, insônia e tensão nervosa, acompanhados de fatores psicológicos ligados ao estresse como ansiedade, depressão, irritabilidade, hostilidade e exaustão emocional. Reis et al. (2006, p. 245) ressaltam a relação não linear ou mecânica entre o físico (o corpo), o mental e o desempenho esperado, na saúde do professor, influenciada pela excessiva carga horária e alta demanda laboral, pelas exigências da atividade docente, pelas relações conflituosas com outros professores e pelas tensões produzidas pelas demandas dentro e fora da sala de aula.

Uma possibilidade vem de Schultheisz e Aprile (2013), ao

comentarem queo conceito de autoestima não se refere apenas ao que o sujeito atribui de valor ao que pensa e sente, às suas crenças, mas também a como estas se ligam às situações vividas e ao contexto social e cultural existente:

A definição de autoestima é altamente complexa uma vez que envolve valoração de crenças, percepção do “mundo interno” e do mundo externo. Trata-se de um constructo interno e pessoal fortemente influenciado pelo contexto social e cultural em que se insere o indivíduo (SCHULTHEISZ; APRILE, 2013, p. 39).

A conscientização do ser e do fazer docente, e a satisfação/insatisfação profissional, envolvem medidas de valor e crenças pessoais, mas, como comentado anteriormente, estas questões não prescindem de critérios formais, de valores e do julgamento do outro ou de referências sociais. Na perspectiva dialética que se adota, isso envolveria tanto os desafios e tensões da atividade docente nas condições concretas, institucionais, em que ela é promovida, quanto os processos psíquicos do professor (sua percepção, motivação, interesse, pensamento etc.), e sua saúde. Envolveria também a influência de fatores sociais e culturais determinantes, porque o sujeito não é indiferente aos indicativos da vida social, que também podem causar efeitos na autoestima docente e na satisfação/insatisfação profissional. Assinala-se que um desses indicativos é a percepção da valorização/desvalorização social da profissão docente. Segundo Hagemeyer (2004, p.70)⁶⁰, “a profissão docente, nas últimas décadas, se depara com um processo de

valorização/desvalorização, crítica e perda de identidade”. Esse problema persiste atualmente e continua sendo alvo de pesquisas. Num trabalho mais recente, Lucyk e Graupmann (2015, p. 25) comentam que o problema da desvalorização do professor vem sendo estudado nos últimos 20 anos, e continua atual, apesar do importante papel do professor na sociedade e de sua luta para reconquistar sua valorização. Para essas autoras, os professores fazem parte de um grupo desvalorizado socialmente, enfrentando muitas situações adversas no seu trabalho.

Diante disso, nos pergunta-se se a maneira particular como o professor percebe a valorização e a desvalorização social da profissão docente, acaba se tornando uma espécie de modulador psicológico entre a autoestima docente e a satisfação/insatisfação profissional, e que relação pode ser estabelecida com ânimo/desânimo do professor com a docência.

1.2.2 Valorização e Desvalorização Docente

Scheibe (2010) indica pontos sobre os quais a valorização docente pode ser objetivamente construída. Para essa autora, valorização docente passa pela elaboração de políticas educacionais claras, compostas por ações que valorizem a atuação e formação do professor, contendo a promoção de programas de formação inicial e continuada mais articuladas como o magistério, vendo-se o

professor como um agente de mudança. Para tanto, é importante considerar, junto a esses fatores, que devem ser melhoradas as condições de trabalho, de carreira e de remuneração, empreendendo a construção do docente como intelectual com autonomia para entender as bases políticas que sustentam seu trabalho, e as ambiguidades e desafios de sua prática docente. Para Scheibe (2010)⁶³, essa discussão envolveria não apenas a competência técnica e política do trabalho docente, mas também a perspectiva social. Em sua análise, Scheibe (2010, p. 987) concebe dois componentes fundamentais para a construção da valorização docente:

- 1) formação inicial e continuada articulada com o magistério, vendo-se o professor como agente de mudança;
- 2) melhores condições de trabalho e de remuneração.

Esses elementos vêm ligados à criação de políticas educacionais claras, coerentes com a realidade educacional. Contudo, esses são pontos delicados e críticos. Sobre o primeiro componente, concorda-se que a formação de professores seja vista como fator fundamental para se alcançar objetivos propostos pela educação, sendo também via de transformação educacional e de suas práticas, especialmente em nível de formação continuada. Nesse sentido, acredita-se que, com a formação continuada, os professores potencializariam o trabalho docente, tornando cada vez mais efetiva a educação, fortalecendo o processo ensino- aprendizagem.

Assim, a formação continuada pode ser um importante vetor psicológico de valorização docente, permitindo a criação de novos meios e de novas formas para os professores se reinventarem e trabalharem, surtindo efeito no modo como se avaliam e se reconhecem como professores, e como significam os resultados de seu trabalho, surtindo, possivelmente, efeitos na autoestima docente. Mas, para se constituir esse vetor, é preciso também considerar como aspectos subjetivos se entrelaçam com as transformações e mudanças na educação, nos meios para o exercício da profissão e no trabalho pedagógico.

Para Hagemeyer (2004, p. 83), os professores devem lidar com questões como construção de conhecimento e formação humana, formação profissional, saberes docentes, entre outros, mas também com o velho e o novo no trabalho pedagógico. De acordo com Ludke e Boing (2015)⁶⁵, no trabalho docente, o professor enfrenta inúmeros desafios, dentre eles, as novas tecnologias e a intensificação da informatização na escola, que vem tendo grande impacto administrativo e pedagógico, e que o professor precisa dominar. Fidalgo (2008)⁶⁶ abordam essa questão, comentando que os professores têm sido confrontados com o avanço e disseminação das tecnologias de informação e comunicação, das tecnologias digitais, compondo o dia a dia dos processos pedagógicos, que precisam saber usar. Para esses autores, essas mudanças exigem da formação inicial e continuada, porque “a cada dia, são novas

ferramentas, novos instrumentos, novas técnicas a serem dominadas.

O que implica necessariamente em construir novos saberes, habilidades e competências docentes a cada instante” (Fidalgo, 2008). Contudo, a formação continuada também tem questões históricas e pedagógicas que precisam ser vistas e analisadas. Altenfelder (2005)⁶⁷ comenta que o conceito e a prática da formação continuada no Brasil têm problemas próprios que, antes de tudo, precisam ser enfrentados.

Estes problemas vão desde sua concepção e definição, passando pela diversidade de tendências que as conformam (crítica, crítica-reprodutivista, tradicional, tecnicista, escola novista), até os problemas da conjuntura histórica e social que as permeiam e reproduzem seus tipos. Para Gatti (2016), a preocupação com a qualidade da formação de professores no Brasil deveria envolver mais a discussão das desigualdades sociais, e as próprias condições do exercício da profissão, assim como melhores condições de vida para todos. Essa autora ressalta que, compreender e discutir a formação, as condições de trabalho e carreira dos professores, e, em decorrência sua configuração identitária profissional, se torna importante para a compreensão e discussão da qualidade educacional de um país, ou de uma região (GATTI, 2016, p. 163).

Uma formação continuada nesses moldes esbarraria em pelo menos 2 problemas ou desafios atuais. O primeiro diz respeito à necessidade de investimento governamental adequado à formação de

professores e a configuração do mundo do trabalho. O segundo se coloca na própria formação continuada, como proposta formativa. Como mencionado anteriormente, os diferentes modelos de formação podem resolver problemas metodológicos, mas podem também não desenvolver o professor como agente transformador, se ficarem apenas na dimensão técnica. Mesmo assim, Altenfelder (2005)⁶⁹ coloca a importância da formação continuada, desde que seu conteúdo não seja reduzido a fatores cognitivos ou racionais, e implique também: as condições sociopsicológicas e culturais da existência das pessoas; os eventos sociais, políticos, econômicos e culturais da vida grupal ou comunitária; o trabalho docente e as relações estabelecidas na escola; e a ultrapassagem da dicotomia entre teoria e prática. O segundo ponto “melhores condições de trabalho e de remuneração”, mostra-se como um desafio ainda maior. Depende de fatores políticos e econômicos complexos. Essas melhorias podem aumentar a valorização da profissão, mas não sendo alcançadas devidamente, seus resultados podem levar a mais desvalorização. Assim, a desvalorização docente, e do profissional docente, é uma outra face do problema da docência.

De acordo com Melo (2016, p. 8)⁷⁰:

Em geral, são diversos fatores que contribuem para a desvalorização desse profissional, como: formação, condições de trabalho e remuneração. Em se tratando das condições de trabalho, o exercício do magistério exige uma carga horária extensa, além das atividades em sala de aula, esse profissional tem que dar conta das

demandas extraclasse, correção de atividades, planejamento de aulas, reuniões com os segmentos da escola.

Portanto, é inquestionável a importância da formação continuada, desde que se envolva também os problemas da educação e do trabalho docente, e, principalmente, se auxilia de fato a professora se ver como um real agente de mudança. Se não, muito ainda precisa ser feito. Somam-se a esse desafio, as condições de trabalho e de remuneração. Outro aspecto importante, que pode vir combinado ao que foi comentado acima, é a conformação do professor como trabalhador, em face de determinantes sociais e econômicos vigentes. Estes podem influenciar em sua formação. Possomai (2014, p. 61) comenta que um problema, nesse sentido, está em se formar apenas professores para o mercado de trabalho, sem uma necessária formação crítica para o desenvolvimento da sociedade. Com base no exposto, entende-se que, se por um lado a valorização pode ser construída sobre determinados patamares, como os mencionados por Scheibe (2010), por outro sua sustentação demanda ajustes que não são simples, por envolver variáveis econômicas, sociais e políticas complexas. Mesmo complexos, esses ajustes são necessários e precisam, ao menos, ser discutidos. Não sendo enfrentados esses desafios e problemas, ou ao menos discutidos seus ajustes, incluindo formação continuada, o contraponto pode ser a desvalorização da profissão docente. Santos

(2015, p. 351-357)⁷³ reflete sobre 5 tipos de desvalorização da profissão docente:

- (1) desvalorização econômica, que afeta a profissão, os dependentes e a família do professor, impedindo até mesmo seu desenvolvimento profissional;
- (2) desvalorização social na forma de desprestígio profissional, que afeta a autoestima do professor e a percepção de sua importância social;
- (3) desvalorização de tipo psicológico, que afeta o significado e o sentido de sua função profissional, acarretando graves consequências para a construção da identidade profissional e a perspectiva de satisfação profissional;
- (4) desvalorização em termos de risco de obsolescência mercadológica, ou de métodos e modos de sua prática profissional, que depende também do tipo de investimento governamental na profissão;
- (5) desvalorização em nível de desqualificação da profissão, que afeta sua própria razão de ser, na medida em que desqualificar é um modo de tirar da profissão o que fazer ser ela mesma, o que determina sua natureza.

Dentre os 5 tipos elaborados, Santos (2015) analisa a desvalorização social no âmbito psicológico, como autodesvalorização. Esta ocorre quando o próprio profissional perde o sentido e o significado de sua função, sua referência profissional e sua capacidade reativa. Santos (2015) coloca como alguns dos sintomas desse processo:

O adoecimento do profissional, a perda de perspectivas, de satisfação com os afazeres da profissão, desprazer, fadiga, desilusão, falta de orgulho e vontade em exercer a profissão, o que no conjunto, e com o tempo, gera a autodesqualificação profissional (SANTOS, 2015, p. 355).

Observa-se que Santos (2015)⁷⁴ qualifica os problemas acima, como sintomas psicológicos. O exame de um sintoma é comum na clínica médica ou nos estudos da psicopatologia geral. Considera-se do ponto de vista semiológico, um sintoma é um elemento de diagnóstico, e diz respeito ao que uma pessoa relata ou informa de suas vivências e percepções. Com base nessas discussões de Santos (2015), observa-se valorização/desvalorização docente como um fator construído socialmente, mas psicologicamente assimilado pelo docente. Assim, ela pode se tornar uma espécie de modulador da postura do professor sobre o que pensa acerca da docência, de como se vê nela, e como ela é percebida socialmente, compondo com a autoestima docente e a satisfação/insatisfação profissional.

Assim, conclui-se tratar de um modulador, não na forma de um mecanismo psicológico automático. A questão é de relação dialética entre subjetividade docente e condições objetivas da profissão, e suas tensões, elaborada internamente pelo professor. Autoestima docente e satisfação/insatisfação profissional, impregnados dos sinais de valorização/desvalorização social da profissão docente, pesariam nas atitudes e posturas do professor frente aos problemas e desafios da docência, e de sua realização nela, cujos resultados nem sempre são previsíveis.

Por isso, sua forma final não se pode generalizar. Nessa

altura do trabalho, pode-se salientar que, das questões que se discute sobre docência, ao redor dos conceitos tratados (e suas correlações), retira-se indicativos teóricos de que o professor desenvolve certa autoestima docente e vive certa satisfação ou insatisfação profissional, também em função de um determinado contexto. Isso porque padrões, crenças e valores são socialmente construídos, e a vivência docência não é significada sem incluir certa mirada do olhar do outro, de avaliações externas e de controle institucional e social. Mas, o professor também elabora sua compreensão sobre o que é e o que faz como docente, frente as possibilidades e os problemas da docência, e pensa sobre o que o anima e o incita a ela, e o que o desanima e o faz querer desistir, se posicionando como sujeito ativo. Para desenvolvermos mais essas análises, será discutido situações concretas, reais, e vivências docentes, apresentadas em relatos de experiência, reportagens e informes.

A formação e o trabalho docente é uma questão importante uma vez que o mesmo deve estar consciente que sua formação deve ser contínua e está relacionada ao seu dia-a-dia, segundo Nóvoa (2003 p.23)⁷⁵ “O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente”. Para este estudioso a formação continuada se dar de maneira coletiva e depende de experiência, reflexões como instrumentos de análise.

O docente não pode se privar de estudar, grande são os desafios que o profissional enfrenta, mas manter-se atualizado e desenvolver prática pedagógica é indispensável para que haja maior mobilização na formação de professores, é necessário criar condições favoráveis tanto na formação continuada quanto na valorização do mesmo.

Para Romanowski (2009,p. 138)

A formação continuada é uma exigência para os tempos atuais. Desse modo, pode-se afirmar que a formação docente acontece em continua, iniciada com a escolarização básica, que de pois se complementa nos cursos de formação inicial, com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mundo e no mercado de trabalho”.

As universidades vêm ocupando um papel essencial, mas não é o único, para a formação de professores. O desenvolvimento profissional não corresponde só a cursos de formação de professores, mas soma ao conhecimento adquiridos ao longoda vida. A formação não conduz só no saber na sala de aula é preciso garantir uma gestão escolar de qualidade e diversas práticas pedagógicas e na perspectiva histórico, sociocultural.

Os docentes precisam de qualificação tanto na área pedagógica como nos campos específicos do conhecimento. A formação inicial deve passar por reformulação profundas. Isso implica em garantir ao profissional um conhecimento básico para a sua atuação no âmbito escolar, pois a aprendizagem ocorre quando por meio de uma

experiência muda-se conhecimento anterior sobre uma ideia, comportamento ou conceito. Nesse sentido procura-se sempre adquirir conhecimentos seja através de uma graduação, pós-graduação, seminários, palestras, encontros pedagógicos em fim todos os cursos que venham contribuir para a formação pessoal e profissional. Além disso, coloca-se em prática o que se aprende no exercício da profissão com o desejo de contribuir para um melhor desempenho, uma melhor aprendizagem dos alunos.

Com efeito, o grande pensador tem contribuído muito no processo educacional, sabe-se que muitos tem procurado desvendar problemas que ora para muitos profissionais da educação não sabiam como resolver, lidar com determinados problemas enfrentados na prática pedagógica. E é perceptível que muitos tem procurado por em prática essas teorias e tem obtido resultados satisfatórios pois sabe-se que por trás de cada professor, em qualquer sala do mundo, estão séculos de reflexões sobre o ofício de educar e o trabalho desses profissionais vem sendo desenvolvidos através das ideias desses teóricos que passaram a ser incorporadas a prática pedagógica desses profissionais.

Na teoria de desenvolvimento intelectual de Vygotsky, sustenta que todo conhecimento é construído socialmente, no âmbito das relações humanas. Essa teoria tem por base o desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sócio histórico enfatizando o papel da linguagem e da aprendizagem nesse desenvolvimento,

sendo essa teoria considerada, histórico social. O conhecimento que permite o desenvolvimento mental se dá na relação com os outros. Nessa perspectiva o professor constrói sua formação, fortalece e enriquece seu aprendizado. Portanto é importante ver a pessoa do professor e valorizar o saber de sua experiência. Nesse sentido para Nóvoa (1997.p.26)⁷⁷.

A troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenharsimultaneamente, o papel de formador e de formando.

Estudos indicam que existe necessidade de que o professor seja capaz de refletir sobre a sua prática e direcioná-la segundo a realidade em que atua, voltada aos interesses e das necessidades dos alunos. Nesse aspecto, Freire, (1996, p.43)⁷⁸ afirma que: “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem é que pode melhorar a próxima prática”. Dessa forma há uma necessidade de o educador adequar o conteúdo ao nível cognitivo e a experiência das crianças para que os mesmos possam ser compreendidos por qualquer aluno.

Para maior mobilização de conceito de reflexão na formação de professores é necessário criar condições de trabalho em equipe entre discente. Sendo assim isso sugere que a escola deve criar espaço para seu crescimento. Além de bons salários e de formação adequada é preciso garantir uma gestão escolar competente, onde acabe com o isolamento da sala de aula. Nesse sentido, Shôn (1997,p.87) nos diz que

[...] O desenvolvimento de uma prática reflexiva eficaz tem que integrar o contexto institucional. O professor tem que se tornar um navegador atento a burocracia. E os responsáveis escolares que queiram encorajar os professores a tornarem-se profissionais reflexivos devem criar espaços de liberdade tranquila onde a reflexão seja possível. Estes são os dois lados da questão, aprender a ouvir os alunos e aprender a fazer da escola um lugar no qual seja possível ouvir alunos e devem ser olhados como inseparáveis”.

A formação de professores socialmente legitimada é feita em espaços destinados especialmente para esses fins. Trata-se de espaços externos da escola, em tempos que divergem do efetivo trabalho do professor. Nessa mesma linha de pensamento, a formação dos professores é questionada e colocada em xeque sempre que surge um novo método ou uma nova política imposta pelo Estado.

Nesse contexto a consequência mais imediata que o professor é constantemente submetido a cursos de capacitação para aprimorar e reavaliar seus saberes. Carvalho (1990, p.19-20)⁷⁹ aponta que, para os investigadores:

Os professores são agentes ativos na construção de sua própria prática (sem esquecer que estão em interação com os demais e imersos nas limitações da escola) e que adquirem e utilizam um corpo de conhecimento, as vezes chamado profissional ou destreza, em suas atividades docentes.

O conhecimento profissional docente tem sido caracterizado como complexo dinâmico e multifacetado. O conhecimento de si mesmo e de seu processo pessoal de aprendizagem profissional da docência também tem sido identificado como componente do conhecimento profissional do

professor.

De certa forma, o repensar a concepção da formação dos professores, que até pouco tempo objetivava a capacitação, através da transmissão do conhecimento, a fim de que “aprendessem” a atuar eficazmente na sala de aula vem sendo substituído pela abordagem de analisar a prática que este professor vem desenvolvendo, enfatizando a temática do saber docente e a busca de uma base de conhecimentos para os professores, considerando os saberes da experiência.

Considerando que a tarefa do professor tem como característica ser um trabalho interativo, a dificuldade de trabalhar com os saberes formalizados sugere assim contribuir para o aperfeiçoamento da prática docente e formação de professores. FRIGOTTO (2009)⁸⁰ discute a necessidade de que a reorganização dos cursos de formação seja pensada num contexto de transformação de todo o sistema escolar, para que tais cursos não tenham que se converter., simplesmente em um espaço de compensação de déficit deixados por uma diferente educação. Dessa forma, FRIGOTTO (2009,p.131)⁸¹ afirma que :

[...] A aprendizagem dos professores não começando primeiro dia de sua formação como professor Começa em sua infância, no lar e quando esse futuro professor vai à escola. O mau sistema escolar forma não só maus alunos, como maus professores que, por sua vez, reproduzirão o círculo vicioso e empobrecerão cada vez mais a educação. Hoje, começa-se enfim a reconhecer que uma profunda reforma escolar é

necessária, também do ponto de vista da formação do professorado, não apenas do ponto de vista dos alunos. Assim como a reforma escolar não é possível sem mudança da formação docente, esta é impossível desacompanhada de uma reforma escolar. Ambas são interdependentes. Somente a partir da compreensão desses processos será possível repensar os cursos de formação, de modo que possam promovê-los.

Diante disso, se fala muito em educação de qualidade, e que para isso acontecer precisa-se do compromisso de todos para que essas mudanças venham ocorrer de fato. Sabe-se que muito já mudou na educação, principalmente relacionados a formação do educador, onde a maioria não possuía uma formação adequada de acordo com a LDB, hoje já se percebe essa mudança.

No entanto, somente a formação do professor não é o suficiente para a melhoria do ensino, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas que visem melhorar todo o sistema educacional, desde: servidores, recursos didáticos infraestrutura, enfim, tudo que contribui para melhorar o interesse e o desempenho do aluno na escola. Além disso, é necessário o envolvimento da família, escola e comunidade pois isso também interferem no processo de aprendizagem escolar.

Todos esses fatores, o modo como a família vê a escola e fala dela é um dos principais fatores no processo. Segundo Perrenoud, o valor que a família dá à unidade de ensino, a forma como os pais vivenciaram a própria escolarização e as expectativas em relação aos filhos influem muito no sucesso das crianças.

Dessa forma, é necessário um trabalho em equipe onde a escola possa desenvolver projetos que venham envolver família, escola e comunidade. Pois sabe-se que para uma educação de boa qualidade não depende só do educador, só da formação continuada dos mesmos, mas de todo o sistema social.

1.3 PERSPECTIVAS DO TRABALHO DOCENTE

As recentes transformações no campo do trabalho têm, de fato, provocado impactos significativos nos trabalhadores e na maneira como eles se relacionam com o contexto laboral. Algumas dessas mudanças têm sido impulsionadas por fenômenos como a reestruturação produtiva, flexibilização da legislação trabalhista, precarização das rotinas de trabalho e novas formas de gestão das organizações (Vilela; Garcia; Vieira, 2013; Lancman, 2008; Mendes et al., 2007)⁸².

A reestruturação produtiva refere-se à reorganização das empresas para aumentar sua eficiência e competitividade. Isso geralmente envolve a adoção de novas tecnologias, automação, terceirização de atividades, entre outros. Essa mudança tem impactado as relações de trabalho, uma vez que pode levar à redução de postos de trabalho, exigindo dos trabalhadores maior adaptabilidade e atualização de suas habilidades para se manterem relevantes no mercado (Vilela; Garcia; Vieira, 2013; Lancman, 2008; Mendes et al., 2007)

Em muitos países, tem havido uma tendência de flexibilizar as leis trabalhistas, permitindo maior liberdade para as empresas negociarem contratos de trabalho, salários e benefícios. Embora isso

possa trazer maior agilidade ao mercado de trabalho, também pode levar à precarização das condições de trabalho, com a redução de direitos e garantias para os trabalhadores (Vilela; Garcia; Vieira, 2013; Lancman, 2008; Mendes et al., 2007).

Com a flexibilização das leis trabalhistas e a crescente competição, muitos empregadores têm adotado práticas que precarizam as rotinas de trabalho dos funcionários. Isso pode incluir contratos de trabalho temporários, jornadas extenuantes, falta de estabilidade no emprego e pressões para aumentar a produtividade sem o devido suporte (Vilela; Garcia; Vieira, 2013; Lancman, 2008; Mendes et al., 2007).

As organizações têm adotado novos modelos de gestão, como o trabalho em equipe, a gestão por resultados e o uso de tecnologias para monitorar o desempenho dos funcionários. Essas mudanças podem afetar a subjetividade dos trabalhadores, gerando ansiedade, estresse e pressão para atingir metas cada vez mais ambiciosas (Vilela; Garcia; Vieira, 2013; Lancman, 2008; Mendes et al., 2007).

Todos esses aspectos têm consequências para a subjetividade dos trabalhadores, ou seja, como eles percebem a si mesmos, seus papéis e sua identidade dentro do contexto laboral. Essas mudanças podem gerar insegurança, desmotivação e insatisfação no trabalho, afetando o bem-estar emocional e psicológico dos trabalhadores (Vilela; Garcia; Vieira, 2013; Lancman,

2008; Mendes et al., 2007).

Além disso, as transformações no trabalho não afetam apenas um segmento específico de trabalhadores, mas alcançam numerosas categorias profissionais, desde trabalhadores da indústria até profissionais de serviços e do setor tecnológico. Portanto, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas e estratégias empresariais que visem garantir condições de trabalho justas e dignas, promovendo o desenvolvimento profissional e o equilíbrio entre vida pessoal e profissional dos trabalhadores. Isso é essencial para enfrentar os desafios decorrentes das mudanças no mundo do trabalho e para promover uma sociedade mais justa e sustentável (Vilela; Garcia; Vieira, 2013; Lancman, 2008; Mendes et al., 2007).

Borsoi (2011) destaca uma mudança na lógica do trabalho docente nas rotinas acadêmicas, que está baseada na aceleração e intensificação das atividades, além do regime de urgência permanente. Essa nova lógica busca estimular a produtividade, mas também pode ter efeitos negativos, incluindo a reprodução de características do trabalho flexível no âmbito universitário. Essa situação pode ser apontada como uma das causas de doenças físicas e psíquicas entre os docentes.

A aceleração e intensificação de atividades sugere que os professores estejam enfrentando um aumento na quantidade e na velocidade das tarefas e demandas acadêmicas. Isso pode levar a

uma sobrecarga de trabalho e dificuldade em equilibrar as obrigações profissionais com a vida pessoal. Também aponta o regime de urgência permanente, por meio da necessidade constante de resolver problemas e atender às demandas imediatas pode levar a altos níveis de estresse, deixando pouco espaço para reflexão e planejamento adequado (BORSOI, 2011)⁸⁴.

As características do trabalho flexível, geralmente se refere a um modelo em que os profissionais têm mais autonomia sobre sua carga horária e local de trabalho. No contexto acadêmico, isso pode significar horários irregulares, prazos apertados e a pressão para estar disponível o tempo todo (BORSOI, 2011).

O aumento das exigências de trabalho e a pressão constante podem contribuir para o surgimento de problemas de saúde física e mental entre os docentes. Isso pode incluir fadiga crônica, ansiedade, depressão e outros problemas de saúde relacionados ao estresse (BORSOI, 2011).

Essa situação não é exclusiva do âmbito universitário e pode ser observada em diversas profissões que enfrentam um ambiente de trabalho cada vez mais competitivo e exigente (BORSOI, 2011).

Para lidar com esses problemas, é fundamental que as instituições de ensino reconheçam os desafios enfrentados pelos docentes e implementem medidas para melhorar as condições de trabalho. Isso pode incluir a oferta de suporte psicológico, programas de gerenciamento de estresse, políticas mais flexíveis para promover

o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, além de incentivos para a capacitação e formação continuada dos docentes, a fim de aprimorar suas habilidades e conhecimentos (BORSOI, 2011).

Além disso, é importante que a cultura acadêmica valorize não apenas a produtividade, mas também o bem-estar e a qualidade de vida dos docentes, reconhecendo que um ambiente de trabalho saudável é fundamental para o bom funcionamento das instituições de ensino e para o desenvolvimento positivo dos estudantes (BORSOI, 2011)⁸⁵.

Borsoi (2011) discute as consequências da economia capitalista flexível no cotidiano do trabalho docente no contexto das universidades públicas. Essas repercussões têm como resultado a precarização do trabalho docente em várias dimensões, sendo elas consideradas de acordo com Borsoi (2011), a possibilidade observar nas universidades públicas um aumento das contratações temporárias de professores em detrimento das contratações efetivas e estáveis. Essa prática pode levar a uma instabilidade profissional, além de criar um ambiente de insegurança para os docentes, que muitas vezes não têm garantias trabalhistas adequadas.

A flexibilização da economia capitalista muitas vezes exige uma maior carga de trabalho dos docentes. Com o aumento da competição e pressão para produção científica, publicações e atividades de extensão, os professores podem enfrentar uma sobrecarga de responsabilidades, o que pode afetar negativamente

a qualidade de ensino e a saúde mental dos profissionais (BORSOI, 2012).

A economia capitalista flexível tende a enfatizar a flexibilidade nas relações de trabalho. Nesse sentido, os professores podem ser pressionados a se adaptarem a novas demandas e formatos de ensino, muitas vezes sem o devido suporte institucional, o que pode gerar incertezas e desgaste profissional (BORSOI, 2012).

Novas atribuições aos professores: Em decorrência das mudanças na economia e nas políticas educacionais, os docentes podem ser solicitados a assumirem novas funções e responsabilidades que vão além do ensino em si. Isso inclui a participação em projetos de pesquisa, atividades de extensão, gestão acadêmica, entre outras atribuições. Essa sobrecarga de tarefas pode prejudicar o tempo dedicado ao ensino e à pesquisa (Borsoi, 2012).

Em suma, o trabalho docente no ensino superior tem sido impactado pela lógica da economia capitalista flexível, resultando em consequências negativas como a precarização do trabalho, insegurança profissional e sobrecarga de responsabilidades. É importante que essas questões sejam reconhecidas e debatidas, buscando formas de garantir melhores condições para os professores e, conseqüentemente, uma educação de qualidade para os estudantes (Vieira *et al.*, 2020).

Na perspectiva de Coutinho, Magro e Budde (2011)⁸⁷ a conjuntura produtivista nas últimas décadas tem influenciado a

forma como o trabalho docente é organizado e gerenciado. Esse contexto é impulsionado pela lógica capitalista, que busca aumentar a produtividade e, por consequência, a rentabilidade das instituições educacionais. Essas mudanças têm impacto significativo na vida dos professores, resultando na intensificação e ampliação das cobranças das atividades laborais.

Os professores estão enfrentando uma série de desafios decorrentes dessa pressão por produtividade. Eles muitas vezes se veem sobrecarregados com tarefas administrativas, burocráticas e de planejamento, além de suas obrigações de ensino em si. Como resultado, os professores podem enfrentar problemas de saúde física, como estresse, fadiga, dores musculares e até mesmo distúrbios do sono devido às longas jornadas de trabalho (Coutinho; Magro; Budde, 2011).

Além dos impactos na saúde física, a pressão por produtividade também tem consequências na saúde mental dos docentes. A elevada carga de trabalho e a responsabilidade pela qualidade do ensino podem levar a problemas emocionais, como ansiedade, depressão e esgotamento profissional (burnout). Sentimentos de inadequação e frustração também podem surgir quando os professores se veem incapazes de corresponder às expectativas impostas pela instituição ou pelo sistema educacional (Coutinho; Magro; Budde, 2011).

Outro aspecto importante é a percepção que os professores

atribuem à sua condição de trabalho. A valorização da profissão e o reconhecimento social são fundamentais para o bem-estar dos docentes. No entanto, quando o trabalho docente é submetido a uma lógica excessivamente produtivista, o profissional pode sentir-se desvalorizado, o que afeta negativamente sua motivação e satisfação no trabalho (Coutinho; Magro; Budde, 2011)⁸⁸.

Para mitigar esses impactos na saúde dos professores e melhorar suas condições de trabalho, é necessário repensar as práticas educacionais e promover políticas que valorizem e respeitem o papel dos educadores na sociedade. Isso inclui a redução de carga horária excessiva, o incentivo à formação contínua, o suporte emocional e psicológico para os professores e o estabelecimento de um ambiente de trabalho mais saudável e colaborativo. É essencial que a sociedade como um todo reconheça a importância do trabalho docente para o desenvolvimento da educação e, conseqüentemente, da sociedade como um todo (Coutinho; Magro; Budde, 2011).

As mudanças no mundo do trabalho ao longo do tempo têm sido influenciadas por uma série de fatores complexos, e o modelo capitalista certamente desempenhou um papel significativo nesse processo. O capitalismo é um sistema econômico que se baseia na propriedade privada dos meios de produção e na busca de lucro por meio da produção e venda de bens e serviços. Esse sistema tem sido dominante em muitas partes do mundo, especialmente nas últimas décadas (Maués; Souza, 2016)⁸⁹.

Os principais impactos do modelo capitalista no mundo do trabalho incluem que a produção em larga escala, contribui para que o capitalismo incentive a produção em grande quantidade para maximizar

os lucros. Isso levou ao desenvolvimento de técnicas de produção em massa, como a linha de montagem, que aumentaram significativamente a eficiência da produção. No entanto, esse enfoque na produção em larga escala também pode levar a questões relacionadas à exploração de recursos naturais e problemas ambientais.

Nas relações de trabalho, sob o modelo capitalista, as relações de trabalho são frequentemente marcadas por uma divisão entre empregadores (que detêm os meios de produção) e empregados (que vendem sua força de trabalho em troca de salários). Essa relação pode ser desigual, com o trabalhador tendo menos poder de barganha em muitos casos.

Neste sentido a precarização do trabalho vai em busca de redução de custos e aumento da competitividade, algumas empresas adotaram práticas de precarização do trabalho, como a terceirização e contratos temporários. Isso pode levar a condições de trabalho mais instáveis e inseguras para os empregados.

Com o avanço tecnológico, impulsionado em parte pelo capitalismo, trouxe automação e robotização para muitas indústrias. Embora isso tenha melhorado a eficiência e a produtividade, também gerou preocupações sobre o deslocamento de trabalhadores e o aumento do desemprego estrutural.

No modelo capitalista muitas vezes pode reduzir a subjetividade do trabalhador, tornando-o uma parte substituível do

processo de produção. A alienação do trabalho, conceito explorado por pensadores como Karl Marx, descreve essa sensação de distanciamento entre o trabalhador e o produto final, bem como a perda de conexão com o significado do trabalho.

Embora o capitalismo tenha gerado inovações e melhorias significativas na produção e no padrão de vida em muitos lugares, também levantou críticas e preocupações sobre desigualdade, exploração e impactos ambientais. Existem diversos debates sobre como adaptar e reformar o sistema para lidar com essas questões e garantir uma distribuição mais justa dos benefícios do trabalho e da produção. O papel do Estado, a proteção social, a educação e a conscientizaçõesão algumas das áreas em que se busca promover mudanças para melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida das pessoas em uma sociedade capitalista.

A globalização é um processo que envolve a crescente interconexão e interdependência entre países e regiões em diferentes aspectos, como comércio, finanças, cultura e tecnologia. O capitalismo é um sistema econômico que se baseia na propriedade privada dos meios de produção e na busca pelo lucro. Esses dois conceitos estão frequentemente associados, pois a globalização tende a promover o aumento das trocas comerciais e dos investimentos internacionais, favorecendo o capitalismo em muitas partes do mundo.

No contexto da globalização, é comum observar o

crescimento do consumo, impulsionado pela disponibilidade de produtos e serviços provenientes de diferentes partes do globo. Isso pode levar ao fenômeno do superconsumo, em que as pessoas são encorajadas a adquirir mais bens e serviços do que realmente precisam.

A superprodução, por sua vez, pode ocorrer quando as empresas buscam atender à crescente demanda global e produzem mais do que o necessário. Essa superprodução pode levar a crises econômicas, pois a oferta excedente pode não ser absorvida pelo mercado, resultando em quedas nos preços, demissões e instabilidade econômica.

Em muitos países, o aumento da competição global pode levar a uma disputa por empregos, pois as empresas podem buscar mão de obra mais barata em outras regiões, muitas vezes em detrimento das condições de trabalho e dos salários dos trabalhadores locais.

Quanto às perdas das condições de manutenção social, a globalização também pode impactar o estado de bem-estar social e a segurança social em alguns lugares. A busca por maior competitividade e redução de custos pode levar a cortes em programas sociais e serviços públicos, afetando os mais vulneráveis da sociedade.

Em relação à fome e miséria, a globalização pode ter efeitos ambíguos. Por um lado, o aumento do comércio internacional pode

facilitar o acesso a alimentos e recursos de outros países. No entanto, também pode haver consequências negativas, como o deslocamento de comunidades rurais tradicionais devido à expansão de atividades agroindustriais, por exemplo.

É importante reconhecer que os efeitos da globalização e do capitalismo variam de acordo com o contexto e as políticas implementadas em cada país. Além disso, diferentes autores podem ter perspectivas e interpretações distintas sobre o assunto. Fidalgo, Oliveira e Fidalgo (2016)⁹⁰ compreendem o trabalho docente dentro do contexto mais amplo do modo de produção capitalista e suas influências sobre essa atividade. Segundo os autores Fidalgo, Oliveira e Fidalgo (2016), o trabalho docente é uma dimensão concreta inseparável do sistema capitalista, sendo responsável pela produção de valores de uso e/ou troca. Nesse contexto, o professor é o produtor desse valor por meio de um trabalho “não material”, que resulta em aulas e produções científicas.

Apesar do trabalho docente ser programado, os autores destacam a presença da autonomia nessa atividade. Essa autonomia é evidenciada na capacidade do professor de adaptar métodos, técnicas e transposição didática para atender às necessidades dos alunos e do contexto educacional em que está inserido. Essas adaptações dão ao docente certo controle sobre o desenvolvimento do seu trabalho.

Essa autonomia permite que os professores sejam flexíveis

e criativos no processo de ensino, tornando possível a adaptação às diferentes realidades dos estudantes e das situações de aprendizagem. Essa liberdade de ação é importante para que o professor possa lidar com a diversidade de alunos, estimular o interesse pela aprendizagem e tornar o ensino mais eficaz.

No entanto, é essencial ressaltar que essa autonomia do professor pode ser influenciada por diversos fatores, como políticas educacionais, pressões sociais, condições de trabalho, entre outros elementos externos. Assim, mesmo que haja uma autonomia relativa, é importante considerar o contexto mais amplo em que o trabalho docente ocorre e as condições em que os professores desenvolvem suas práticas pedagógicas.

Em suma, o trabalho docente é uma dimensão concreta dentro do modo de produção capitalista, onde o professor é o produtor de valores de uso e/ou troca por meio de um trabalho “não material”, que se manifesta nas aulas e nas produções científicas. Ainda que o trabalho docente seja programado, a presença da autonomia permite que os professores tenham certa flexibilidade para adaptar suas práticas pedagógicas, o que é fundamental para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem. Contudo, é importante considerar as influências e condicionantes externos que podem afetar essa autonomia.

O trabalho do professor, à semelhança do que tem ocorrido no campo das organizações, vem recebendo as consequências do processo de reestruturação do setor

produtivo e da diminuição do papel do Estado. Entre elas, destaca-se a adoção do paradigma da gestão flexível, que propaga a necessidade da formação de profissionais competentes, flexíveis e polivalentes (Fidalgo; Oliveira; Fidalgo, 2016).

De acordo com a descrição dos autores Maués e Souza (2016)⁹², a organização do trabalho é impactada por uma revolução tecnológica e informacional. Essa revolução caracteriza a sociedade do conhecimento, onde o conhecimento e a informação se tornam recursos fundamentais para a produção de bens e serviços. Nesse contexto, o conhecimento é transformado em uma força produtiva, ou seja, torna-se um fator essencial para o processo de produção econômica.

Essa transformação coloca uma ênfase significativa na produção de ciência e tecnologia, que deve ser sempre geradora de inovação. A inovação torna-se uma necessidade para as empresas e organizações, pois é por meio dela que podem se manter competitivas no mercado. Portanto, a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias e abordagens são vitais para acompanhar as demandas e as mudanças do mercado (Maués; Souza, 2016).

Essa integração do conhecimento, ciência e tecnologia à dinâmica do mercado torna-se um aspecto crucial na sociedade do conhecimento, onde a produção está diretamente ligada à capacidade de inovar e se adaptar às demandas do mercado em constante evolução. A revolução tecnológica e informacional

influência a forma como as empresas operam, os produtos que oferecem e a maneira como se relacionam com os clientes, clientes esses que também são afetados e influenciados por essa mesma revolução. Portanto, essa transformação impacta profundamente a economia, a sociedade e a própria organização do trabalho (Maués; Souza, 2016).

De acordo com Pinto *et al.* (2018)⁹³ uma categoria central de análise no contexto das políticas públicas e educacionais está ligado ao processo de análise considera que a subjetivação das pessoas é influenciada pela

O trabalho é uma atividade realizada por indivíduos em troca de remuneração ou benefícios e desempenha um papel crucial na vida das pessoas, tanto em termos econômicos quanto sociais e psicológicos (Pinto *et al.*, 2018)⁹⁴.

A subjetivação refere-se ao processo pelo qual os indivíduos desenvolvem sua subjetividade, identidade, valores e compreensão do mundo. É a forma como as pessoas se constituem como sujeitos, influenciadas por uma variedade de fatores, como a cultura, a sociedade, as experiências pessoais e as instituições (Pinto *et al.*, 2018).

A mercantilização é o processo de transformar bens, serviços ou até mesmo aspectos da vida social em mercadorias, ou seja, em objetos que podem ser comprados e vendidos no mercado. No contexto do trabalho, a mercantilização pode se referir a uma

abordagem que trata o trabalho como uma mercadoria, desvalorizando aspectos humanos e enfatizando apenas a lógica do lucro e da produtividade (Pinto *et al.*, 2018).

O modelo gerencialista é uma abordagem de gestão que enfatiza o uso de práticas e técnicas de gerenciamento empresarial em diferentes contextos, incluindo as políticas públicas e educacionais. Esse modelo pode introduzir lógicas típicas do setor privado na administração de instituições públicas, enfocando eficiência, controle, metas quantitativas e resultados mensuráveis (Pinto *et al.*, 2018).

Portanto, no âmbito das políticas públicas e educacionais, o processo de subjetivação das pessoas está sendo moldado e influenciado pela lógica da mercantilização do trabalho e pela aplicação de modelos gerencialistas. Isso pode levar a uma visão do trabalho como uma mera mercadoria e a uma abordagem gerencial que pode afetar a forma como as pessoas se percebem e se relacionam com seu trabalho e suas instituições (Pinto *et al.*, 2018).

Entende-se que esse processo pode ter implicações importantes no âmbito educacional, nas políticas de emprego e nas relações de trabalho, podendo influenciar a satisfação e o bem-estar dos trabalhadores, a qualidade dos serviços públicos oferecidos e as dinâmicas sociais mais amplas. A crítica a essa abordagem gerencialista e mercantil do trabalho pode surgir de perspectivas que valorizam mais a dignidade humana, a participação democrática

e a promoção de valores sociais e éticos (Pinto *et al.*, 2018).

O modelo gerencialista, conforme descrito por Pinto et al. (2018)⁹⁵, é um conceito de gestão que se baseia em uma racionalidade econômica e busca aplicar princípios econômicos em todas as áreas da atividade humana. Isso significa que as abordagens de gestão nesse modelo são fortemente influenciadas pelo pensamento econômico, com foco em eficiência, produtividade e resultados mensuráveis.

Segundo Ball (2005)⁹⁶, a viabilização do gerencialismo ocorre por meio da implementação de políticas que enfatizam a competição e o individualismo. Em outras palavras, o modelo gerencialista favorece abordagens de gestão que estimulam a competição entre indivíduos ou departamentos dentro de uma organização, bem como a busca por metas individuais em vez de metas coletivas.

Além disso, o gerencialismo também tende a promover uma cultura performativa, o que significa que as pessoas são incentivadas a demonstrar constantemente seus resultados e desempenho. Isso pode levar a uma maior ênfase em indicadores quantitativos e métricas de desempenho, em vez de valorizar aspectos qualitativos e menos tangíveis do trabalho (Ball, 2005).

O modelo gerencialista de gestão enfatiza a aplicação de princípios econômicos em todas as áreas da atividade humana, promovendo a competição e o individualismo através de políticas e incentivando uma cultura focada no desempenho mensurável. É

importante notar que esse modelo de gestão não é o único existente, e diferentes abordagens podem ser mais adequadas para diferentes contextos organizacionais (Ball, 2005).

A performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que serve de críticas, comparações e exposições como meios de controle, atrito e mudança. Os desempenhos de sujeitos individuais ou organizações servem de parâmetro de produtividade ou de resultado, ou servem ainda como demonstrações de “qualidade” ou “momentos” de promoção ou inspeção (Ball, 2005, p. 543).

Um modelo de gestão social que está associado à forma de valor ou mercadoria, à expropriação e alienação do trabalho. Esse modelo tem sido caracterizado por um processo histórico de desmonte dos direitos trabalhistas ao longo dos séculos XIX e XX, o que levou a um aumento da precarização do trabalho, impulsionado pela reestruturação produtiva (Ball, 2005)⁹⁷.

A acumulação flexível de produção tem sido uma abordagem adotada para apoiar esse processo de precarização, resultando na flexibilização da legislação trabalhista, na precarização das rotinas de trabalho e no surgimento de novas formas de gestão nas organizações. Essas mudanças tiveram consequências significativas para a subjetividade dos trabalhadores, aumentando o volume de trabalho e impactando suas condições de trabalho e bem-estar (Ball, 2005).

1.3.1 A docência no Estado do Amazonas

Segundo IBGE (2017), a Província do Amazonas foi criada por D. Pedro II, em 1850. Tendo, como principal atividade a exploração da borracha durante o início do século XX. Ao vivenciar anos de decadência econômica, a partir de 1950 o Governo Federal criou a Zona Franca de Manaus (1967), introduzindo a industrialização naquela região. É considerado o maior estado do Brasil e sua área ocupa 1.559.146,876 km², fazendo fronteira com a Venezuela, Roraima, Colômbia, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Peru e Acre.

Ainda segundo os dados estatísticos do IBGE (2010), o último censo realizado em 2010 contabilizou 3.482.985 pessoas. Em 2021 contava com 8.765 escolas oficiais (entre Ensino Infantil, Fundamental e Médio) e 51.193 docentes, também das três categorias de ensino (IBGE, 2021).

A trajetória histórica da educação amazonense se mistura com a histórica política da região. O registro da primeira escola foi em 1800. Em 1838 foi fundada a primeira escola no ensino primário na Vila de Manaós e em 1948. A primeira escola de ensino secundário foi uma instituição educacional denominada Seminário São José (Bessa, 2018).

Dando um salto na história, Gonçalves e Carvalho (2020)⁹⁹, realizam releitura de vários estudos que abrangem os desafios da docência amazonense. Seja pela multiplicidade da região, pelas realidades plurais dos municípios ou pelas políticas que impactam

o trabalho dos docentes. Apesar de não se referirem diretamente à qualidade de vida dos profissionais da educação, ou mesmo a depreciação de sua valoração como personagem principal do processo educacional, abre campo para análise e diálogo para o seu papel na sociedade.

Barros (2018)¹⁰⁰ compõe seu estudo abrangendo os desafios da docência praticada na área rural do Amazonas e, ao pesquisar a realidade de alguns professores compreendeu que, entre as principais dificuldades no exercício de sua profissão, estão: dificuldade no trajeto devido à distância, falhas na comunicação com os educandos devido à heterogeneidade das realidades vivenciadas, entre outras. Podendo acarretar desmotivação das duas partes caso não haja manutenção do interesse legítimo do alcance e troca e conhecimentos.

1.3.2 A precarização do trabalho do docente no Estado do Amazonas

A educação brasileira por si só é cerceada de desigualdades e lutas pela valoração do educador há muitos anos. Tanto o processo político, estrutural, social tornam a tarefa de educar uma dualidade entre realização e frustração. Dedicar-se a instigar o outro a buscar conhecimentos e manter-se centrado na busca de aprimoramento é influenciado por fatores externos fazendo com que muitos professores se percam em sua missão e tornem-se mecanizadores de repetições e processos decorativos de informações (Souza *et al.*,

2021).

Ainda segundo Souza *et al.* (2021, p. 3), o termo precarização pode ser entendido como um “trabalho socialmente empobrecido, desqualificado, informal, temporário e inseguro”. Ao estudar a realidade da docência amazonense, autores vinculam a depreciação do seu trabalho ao cenário pandêmico mundial e como ele foi afetado, estrutural, financeira e didaticamente. A necessidade de buscar alternativas para dar continuidade ao processo educativo em meio ao caos que se formou, apresentando novas formas de ensinar e também novas exigências a uma carga que já era pesada. Em suma, é ressaltada a importância de proporcionar meios de atualização dos profissionais de educação diante desta nova realidade e, principalmente, a consciência do seu valor educacional e social.

Outro fator de destaque à desvalorização do trabalho do docente é a realidade do professor substituto, que não é uma situação nova em universidades brasileiras e muito menos no Estado do Amazonas. No entanto, é levantada uma ressalva à alta quantidade de professores substitutos, representando 20% do quadro efetivo da Universidade Federal do Amazonas, o que pode interferir na qualidade do ensino e depreciar a atuação do efetivo (Osborne, 2019).

Weil, Diógenes e Schweickardt (2017)¹⁰², para analisar os aspectos que precarizam a atuação do educador, instauram uma

visão mais regionalista, limitando-se à cidade de Paritins/AM. Em suma, entendem que os fatores de depreciação da atuação do docente da Educação Básica deste município são: “instabilidade e sobrecarga de trabalho, desvalorização salarial e ausência de recursos para o desenvolvimento das atividades”. Ressaltando impactos físicos e mentais que interferem na qualidade de vida destes profissionais.

1.3.3 Precarização e qualidade de vida dos docentes amazonenses

Para Santos (2021)¹⁰³ os desafios dos professores amazonenses, principalmente os que atuam nos municípios do interior, iniciam pela falta de recursos básicos da população, como saneamento básico, saúde, comunicação e até mesmo cultura. Num cenário de universidade, a diferença cultural dos educadores com seus educandos é pontuada como fator de dificuldade para adaptação, comunicação e impacto na qualidade de ensino.

O deslocamento dos professores também foi visto como fator de risco para sua profissão, saúde e segurança. Por serem muitas as dificuldades na sua chegada até as instituições de ensino e, principalmente por não terem um tipo de transporte adequado. A falta de internet, energia elétrica, água potável, livros didáticos, salas adequadas prejudicam, tanto a qualidade do ensino quanto a qualidade de vida destes profissionais submetidos às condições

impróprias de trabalho. Acrescentando que a maior frustração se dá porque “o professor cria a expectativa de ingressar em uma escola como docente com a narrativa e o entusiasmo de um transformador [...]” e, quando se depara com esta desestruturação e desvalorização do seu trabalho, “é obrigado a se enquadrar nas regras estabelecidas por conveniências das heranças locais somadas à falta de materiais e equipamento” que, além de prejudicar seus resultados, lhe submete a uma realidade sub-humana (Santos, 2021, p11)¹⁰⁴.

1.3.4 Projetos de melhorias nas condições de trabalho do docente do Estado Amazonas

Com objetivo de atender a alta demanda das várias regiões do Amazonas, o Governo instaurou o Programa Educa + Amazonas com novas propostas curriculares, tanto para o ensino fundamental quanto o médio, com quatro posicionamentos: “qualificação e reconhecimento dos profissionais da Educação, recuperação da aprendizagem dos estudantes, preparação do estudante para o futuro e meio ambiente e sustentabilidade”.

Vinculado a ele, existem mais 13 projetos prioritários: Mestre Qualificado (curso de pós-graduação para 15 mil professores do Ensino Fundamental de anos iniciais dos 62 municípios); Educação Premiada (pagamento de 14º e 15º salário, vinculado a metas pré-determinadas); Trilhas do Saber (potencialização da qualificação dos educadores); Cepen Digital (formação continuada); Pronto Aula (materiais de apoio à prática educativa); Contra Turno

Digital (reforço escolas por aulas remotas); Fazer para Aprender (atividades práticas experimentais para os alunos da rede estadual); Da Escola Para o Trabalho (cursos profissionalizantes para estudantes da 2^a e 3^o séries do Ensino Médio); Educação Empreendedora (parceria com a Base Nacional Comum Curricular, BNCC, para desenvolver habilidades de negócios nos alunos do Ensino Médio); Escola da Floresta (educação ambiental) e Fazenda Escola (atividades ligadas à agricultura, agropecuária e extrativismo para alunos do Ensino Fundamental).

Apesar de o projeto ser bem amplo, ele gerou polêmica ao ser denunciado por envolver ações já desenvolvidas em outras gestões e também por já constar no Plano Estadual de Educação (PEE-AM) e resultar em mais gastos públicos, conforme reportagem da denúncia do Deputado Dermilson Chagas, divulgada pela redação do Informe Manaus (2021). O que remete ao questionamento dos reais interesses em melhorar a qualidade da educação e, conseqüentemente, a proporcionar um melhor ambiente de trabalho e qualidade de vida ao educador.

Como citado em outra oportunidade deste estudo, o Deputado Roberto Cidade (PV), apresentou o Projeto de Lei (PL) 72/2022, que propõe ações para melhorar o ambiente de trabalho e também do emocional, físico e psíquico dos professores amazonenses (Brasil, 2022).

Nos dias de hoje, a educação tem acompanhado um grande

processo de mudanças, para a melhor formação de um novo sujeito, capaz de tomar suas próprias decisões, tornando-se mais crítico e objetivo. O conhecimento, no entanto, não é apenas nos livros que se encontra, mas nos diálogos, nas trocas de experiência, onde a nossa reflexão deve ser constante.

Além disso, se tem discutido muito a respeito da formação continuada dos professores, onde o mesmo passa de docente para aluno, a partir desse princípio, abandona-se o conceito de formação docente como processos de atualização que se dão através da aquisição de informações científicas e didáticas, para adotar um conceito de formação que consiste na construção de conhecimentos e teorias sobre a prática, a partir da reflexão crítica.

Sobre esta orientação, Imbernón afirma:

A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de auto avaliação que oriente seu trabalho. A orientação para esse processo de reflexão exige uma proposta crítica da intervenção educativa, uma análise da prática do ponto de vista dos pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes. (2001 p. 49)

O conhecimento, no entanto é um conjunto de conceitos, teorias, valores e crenças, que se vai adquirindo através das experiências obtidas no seu dia a dia, mas o mesmo não pode esquecer-se de se qualificar, em busca de um maior desempenho profissional, por sua vez Garcia afirma que:

A formação apresenta-se nos como um fenômeno complexo e diversos sobre o qual existem apenas escassas conceptualizações e ainda menos acordo em relação às dimensões e teorias mais relevantes para a sua análise. [...] Em primeiro lugar a formação como realidade conceptual, não se identifica nem se dilui dentro de outros conceitos que também se usam, tais como educação, ensino treino, etc. Em segundo lugar, o conceito formação inclui uma dimensão pessoal de desenvolvimento humano global que é preciso ter em conta face a outras concepções eminentemente técnicas. Em terceiro lugar, o conceito formação tem a ver com a capacidade de formação, assim como com a vontade de formação (GARCIA,1999, p. 21-22)

Viver em uma época de muitas transformações, momentos de muitas incertezas, neste contexto está inserida a figura do educador, que deve estar sempre se inovando e se reciclando, para acompanhar as mudanças na educação nos dias de hoje, pensar em formação com qualidade, onde o professor tenha total controle do conhecimento que irá passar a seus alunos.

Muito se tem discutido a respeito da formação continuada dos professores, que faz com que o docente se torne aluno, levando o ao campo de pesquisa, buscando novas técnicas para fazer de suas aulas uma troca de conhecimento, tornando as mais produtivas e atrativas para os alunos, pois, os mesmos tem a função de transmitir experiências, fazendo com que os discentes busquem o aprendizado de forma dinâmica, para compreensão do que se aprende em sala de aula.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -

(LDBEN) - 9394/96 Art. 61, estabelece que:

A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos :1º- a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; 2º aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituição de ensino e outras atividades.

No entanto para ser um professor que esteja apto a praticar o conceito de reflexão, o mesmo deve estar aberto a novas maneiras de exercer sua profissão, modificando o modo de trabalhar os conhecimentos, pois, a prática de refletir deve ser constante em sua formação, podendo dessa forma ter uma visão mais crítica sobre sua atuação como educador, de acordo com Freire (2002, p. 43)

[...] é fundamental que, na prática da formação docente o aprendiz de educador assume que o indispensável pensar certo não é presente de deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o processo formador

Sendo assim com base no que diz Freire (2002) “que a educação é uma forma de intervenção no mundo”, entende ser que a formação continuada dos professores, é o caminho na busca de novos conceitos, novas tecnologias para uma formação de melhor qualidade.

De acordo com o dicionário Aurélio de Língua Portuguesa,

o vocábulo “formação” deriva do latim *formatione* e tem o sentido de formar, construir, que por sua vez, está em processo de interação e de transformação de conhecimentos. O educador Freire (1996) já se referiu à formação como um fazer permanente que se refaz constantemente na ação, certo que a formação não se dá apenas por acúmulos de conhecimentos, mas também em conquistas construídas com a ajuda de livros, mestres, das conversas entre professores, da internet, Freire já dizia que ninguém forma ninguém, cada um forma a si mesmo, é possível compreender que o conceito de formação esta suscetível de inúmeras perspectivas, mas se tem associados ao desenvolvimento pessoal e profissional, a respeito da questão pessoal, também Garcia tem a esclarecer que:

O processo de desenvolvimento que o sujeito humano percorre até atingir um estado de plenitude pessoal [...] Inclui problemas relativos aos fins e/ou modelos a alcançar, os conteúdos / experiências a assumir, às interações sujeito-meio, aos estímulos e plano de apoio no processo. Mantém relação com o ideológicocultural, como espaço que define o sentido geral dessa formação como processo. (GARCIA, 1999, p. 19)

Além de sua formação acadêmica, o docente deve estar disposto a inovar, buscar um diferencial para suas aulas, através de prática pedagógica com a utilização do lúdico e do concreto, estimulando o aluno em sua aprendizagem, fazendo com que o estudante ligue o conteúdo à prática, por isso a formação continuada se torna tão importante.

Segundo Libâneo (2013, p.227),

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.

O docente precisa tomar consciência de que esse processo deverá estar presente em toda a sua vida profissional, enriquecendo sua prática, e proporcionando mudanças ao longo de sua carreira, enriquecendo o seu currículo profissional e colaborando na formação de um indivíduo mais crítico, criativo, capaz de ir buscar um futuro melhor, tendo assim uma melhor qualidade de vida.

Muitas vezes os estudantes de cursos de licenciatura, e até colegas de profissão apontam uma grande dificuldade em investir na formação continuada, alguns por falta de oportunidade e outros por acreditar ser desnecessário, porém é preciso entender que na maioria das vezes a maior resistência se dá pelos docentes mais antigos, onde eles não eram vistos como portadores de conhecimento, e sim considerados reprodutores de um longo currículo escolar, que não favorecia em nada o desenvolvimento do conhecimento do aluno, não havia práticas que fizessemos estudantes refletirem por determinado assunto como as que se

tem nos dias de hoje, Perrenoud (1999 s/p)¹¹⁰, afirma que:

A reflexão possibilita transformar o mal-estar a revolta, o desânimo, em problemas, os quais podem ser diagnosticados e até resolvidos com mais consciência, com mais método. Ou seja, uma prática reflexiva nas reuniões pedagógicas, nas entrevistas com a coordenação pedagógica, nos cursos de aperfeiçoamento, nos conselhos de classe, etc...- leva a uma relação ativa e não queixosa com os problemas e dificuldades.

O docente deve ter consciência de que sua formação não acabou junto com sua formatura, mas que será contínua, para que possa ser um bom profissional. Acontece que muitos se formam em licenciatura não por ter convicção na profissão esim por falta de opção e muitas vezes por não ter condições financeiras para outra formação, ou seja, algo com o qual ele se identifique melhor, pois esse curso é mais acessível. “Um dos aspectos importantes para o conhecimento de um projeto de formações de professores é procurar saber se (e como) o curso propicia o vínculo dos alunos com a profissão, e identificação profissional”. (Guimarães, 2006, p.90). A formação continuada do professor pode ser caracterizada como uma atividade de mediação, entre docente e discente, fazendo um elo, entre os conhecimentos de ambos, trocando ideias, informações, experiências Guimarães afirma que:

O que se deve mover para a discussão dessa temática e o empenho na formação desse profissional é a convicção de que a educação é processo imprescindível pra que o homem sobreviva e se humanize e de que a escola é instituição ainda necessária nesse processo. Enfim, a relevância dessa temática está na

compreensão da urgência, da complexidade e da utopia do projeto de qualidade para uma sociedade efetivamente mais democrática. (Guimarães, 2006, p. 31).

No entanto, para os docentes na maioria das vezes fica difícil em ter uma formação continuada, pelo seu baixo poder aquisitivo, levando-o a perder o entusiasmo pela profissão, deixando-o sem motivação para exercer de forma plena sua profissão. Guimarães reforça que:

Sabemos que não é fácil, no Brasil, sobreviver dessa profissão (salários baixos, jornada extensa e condições materiais difíceis) nem, tampouco sobreviver nessa profissão, considerando o desgaste físico, emocional e cultural (pouco tempo e estímulo para se atualizar) a que os professores são, em geral, expostos em sua trajetória profissional. Essa realidade torna-se bem mais explícita diante das recorrentes “novas exigências “criadas para cumprimento pelos professores. Nesse contexto, não é fácil o professor desenvolver uma imagem positiva da profissão docente. Mais difícil ainda se aos próprios cursos reforçarem essa imagem negativa do serprofessor. (Guimarães, 2006, p. 90).

Com isso, pode-se observar a importância de continuar na busca de aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos ao longo da nossa formação. História da Formação de Professores no Brasil

Para a compreensão da formação continuada, necessário se faz lançar um olhar à história da educação no Brasil fazendo uma análise de sua trajetória refletindo sobre aspectos que fundamentaram a atividade docente.

As primeiras menções de formação docente são datadas do século passado.

De acordo com Tanuri (2000, p. 63)

Antes que se fundassem escolas especificamente destinadas à formação de pessoal docente, encontra-se nas primeiras escolas de ensino mútuo - instaladas a partir de 1820 - (Bastos, 1997) - a preocupação de não somente ensinar as primeiras letras, mas de preparar docentes, instruindo-os no domínio do método. Essa foi realmente a primeira forma de preparação de professores.

Após a Revolução Francesa, os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” trazem em seu bojo a educação para as massas e, por consequência os primeiros cursos para formação docente nas “escolas normais”, cujas trajetórias foram frágeis até a obrigatoriedade da instrução primária em 1870.

A partir do século XIX, incorpora-se a cultura escrita à vida social presente em contratos, documentos, assinaturas.

[...] o acesso à escola passa a ser considerado como um direito de todo cidadão e, como tal, um dever do Estado. O cumprimento desse dever assume, no final do século XIX, a forma da organização dos sistemas nacionais de ensino, entendidos como amplas redes de escolas articuladas vertical e horizontalmente tendo como função garantir a toda a população dos respectivos países o acesso à cultura letrada traduzido na erradicação do analfabetismo através da universalização da escola primária considerada, por isso mesmo, de frequência obrigatória [...] Foi somente após a Revolução de 1930 que a educação no Brasil começou a ser tratada como uma questão nacional dando-se precedência, porém, ao ensino secundário e superior já que foi só em 1946 que viemos a ter uma lei nacional relativa ao ensino primário. (Saviani, 2000, p.2)

Quanto ao conteúdo formativo, esclarece Libâneo (2013)

Já na década de 60 podiam ser identificados treinamentos em métodos e técnicas para desenvolver a consciência do “eu” e dos outros, habilidades de relacionamento interpessoal, dinâmica de grupo, sensibilidade para captar as reações individuais e grupais, utilizando técnicas de sensibilização do docente para os aspectos afetivos da relação pedagógica [...] Durante os anos 70 foi forte a preocupação dos sistemas de ensino com as habilidades de elaborar planos de ensino, desenvolver habilidades em técnicas de ensino, instrução programada, recursos audiovisuais, técnicas de avaliação. (In: Revista de Educação AEC, Ano 27 - n. 109. AEC do Brasil).

No final dos anos 80, com o término do período da ditadura militar, várias reformas educacionais ocorrem no Brasil e a organização de movimentos de educadores torna-se mais consistente na busca por um projeto de formação docente voltado à melhoria da educação.

A Constituição Federal de 1988, (artigo 206, inciso V) resultado da luta por uma “educação básica de qualidade”, estabelece a obrigatoriedade de ingresso no magistério via concurso público e aponta a necessidade de planos de cargos e carreira, com piso salarial profissional, por meio do princípio da valorização dos profissionais do ensino.

Em 1990, na Tailândia, acontece a Conferência Mundial de Educação para Todos, marco para a elaboração e execução de políticas educacionais destinadas prioritariamente à educação básica e à formação docente como tentativa de corrigir a ineficácia

do sistema educacional mundial.

A mais recente reforma do Ensino se instaura pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96)¹¹⁴ e a formação de professores ganha um capítulo próprio:

Art.67- os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais de educação, assegurando-lhes: [...] aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico para esse fim; [...] período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho. [...] a atualização, o aprofundamento dos conhecimentos profissionais e o desenvolvimento da capacidade de reflexão sobre o trabalho educativo deverão ser promovidos a partir de processos de formação continuada que se realizarão na escola onde cada professor

trabalha e em ações realizadas pelas Secretarias de Educação e outras instituições formadoras, envolvendo e equipes de uma ou mais escolas. (Referenciais para a Formação de Professores - Brasil, 1999c, p.131).

A LDB estabelece como uma das competências da União: “elaborar o Plano Nacional de Educação” (PNE) e estipula como meta o prazo de dez anos para que os professores sejam “graduados ou formados por treinamento em serviço”, apontando esta última como forma acelerada de “corrigir” a escassez dos cursos de formação inicial em nível de graduação.

O PNE (BRASIL, 2001, p.95)¹¹⁵, trata da formação continuada dos professores como uma das formas de valorização do magistério e melhoria da qualidade da educação:

É fundamental manter na rede de ensino e com perspectivas de aperfeiçoamento constante os bons

profissionais do magistério [...] A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento, e a busca de parcerias com as Universidades e Instituições de Ensino Superior. (p. 40).

“Com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e alunos” (Portal MEC 2006), o Ministério da Educação e Cultura cria em 2003 a Rede Nacional de Formação Continuada para a Educação Básica formada por Universidades e Centros de pesquisa para desenvolver projetos na área de formação continuada de professores.

Outras ações desencadeadas pelo MEC apostam na formação continuada: o ‘Pró-letramento (Mobilização pela qualidade da Educação para professores das séries iniciais do ensino fundamental) e o Programa de Incentivo à Formação continuada de professores do Ensino Médio. Há ainda o Fundescola (financiado pelo Banco Mundial) que desenvolve projetos como o PDE (Plano de Desenvolvimento Escolar) e o Programa de Apoio à leitura e escrita.

Percebe-se também maior empenho por parte das Secretarias Municipais e Estaduais em dinamizar ações que resultem em uma formação continuada mais efetiva com vistas à melhoria da qualidade da educação.

Entretanto, na prática, o caminho da formação contínua do professor, que teoricamente deveria ser responsável por minimizar ou mesmo extinguir as deficiências conceituais, práticas e epistemológicas da formação inicial deste profissional, assim como oferecer novos

caminhos oriundos dos avanços científicos, tecnológicos e econômicos da sociedade, vem também sendo objeto de críticas... (GRANVILLE, 2007, p.168)

É consenso que, historicamente servindo a interesses da classe dominante, atualmente, a formação inicial dos professores não constitui base suficiente para as demandas da prática educativa. Percebe-se que a escola ao perder sua função social, não necessita que o professor aprofunde seus conhecimentos.

Entretanto, mesmo não pretendendo esgotar esta discussão, este artigo revela subsídios para compreendermos a influência das políticas neoliberais na formação docente no Brasil levando-nos à reivindicação de uma formação continuada que possa ser devidamente compreendida e operacionalizada

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

2 METODOLOGIA

2.1 PROJETO DE PESQUISA

A presente pesquisa deu-se em duas escolas Estaduais, localizada no Município de Manacapuru-AM/Brasil, no período de 2023-2024. Conhecidas pelo nome de “Escola Estadual José Seffair e Escola Estadual Nossa Senhora de Nazaré.”

Nessa perspectiva, a *Escola Estadual José Seffair* comunga das ideias freirianas no que se refere a busca por uma educação pautada na ética, na esperança, na curiosidade epistemológica e pelo respeito ao educando, ao educadore à educação. Assim como, se aporta aos pressupostos vygostskyano enquanto ao papel fundamental da escola na formação dos conhecimentos científicos dos/as estudantes, proporcionando a estes, conhecimento sistemático de algo que não está associado à sua vivência direta, auxiliando o/a estudante em seu amadurecimento.

A Escola José Seffair, se preocupa com uma educação de qualidade e acredita na transformação, posto que as mudanças necessárias ao mundo passam perpassam pela educação. Nesse sentido, se empenha e busca sempre estar conectado às novas tecnologias, metodologias e estudos educacionais.

Nesse panorama, a prática desses aspectos permitirá ao discente uma visão mais adequada do mundo em que vive com uma interpretação dos fenômenos sociais e científicos mais condizentes

com o seu momento de vida. Permite, ainda, a ampliação da compreensão da natureza e da sociedade, a aquisição de atitudes e convicções que o levem a posicionar-se frente aos problemas e desafios da vida prática e, por último, a expressão elaborada dos acontecimentos que correspondem aos interesses da maioria da sociedade, inserindo-se ativamente nos movimentos de transformação.

A instituição escolar que almejamos é isonômica, organizada e acessível a todos, facilitando aos seus usuários a aquisição de conhecimentos sistematizados já construídos no decorrer do tempo. A posse destes conhecimentos permitirá todos os benefícios sociais acumulados, sendo preciso que haja uma preocupação maior como aumento da escolarização, possibilitando o acesso e permanência destes educandos na escola.

A Escola Estadual Nossa Senhora de Nazaré leva em conta a trajetória da sua comunidade escolar, a história e cultura, não só para garantir um percurso formativo de sucesso para as crianças e os estudantes, como também para cumprir seu compromisso com a sociedade, em prol de uma educação que busca elevação da qualidade formal e política.

Esse aparato legal das instituições educacionais é um instrumento fundamental de promoção do saber científico escolar, é tomado numa concepção de multintegração ampla, gerando a necessidade da interdisciplinaridade, passando a ser também

objetivo da Instituição a reflexão, análise e redefinição curricular com fins de ajustá-lo às constantes mudanças da realidade, à complexidade das exigências profissionais e à rapidez das transformações e inovações científicas e tecnológicas. É claro que não se esgota na análise curricular, mas estende-se à dimensão política e social da socialização do conhecimento e no compromisso do colégio com a comunidade.

Sabemos, contudo, que a escola busca o trabalho coletivo e cooperativo através da gestão democrática/participativa na construção do Projeto Político Pedagógico que tem o objetivo buscar um encaminhamento mais coerente para todoo processo educativo e pedagógico do trabalho com os alunos da educação Básica, em particular o Ensino Médio. A prática educativa tem, nesse sentido, uma ação intencional com sentido explícito e o compromisso com a comunidade escolar.

Nesse contexto, tomamos a educação em três perspectivas que se completam: como *Instituição Social*, inserida num momento histórico político; como *Produto*, que resulta da ação educativa a partir de objetivos sociais e políticos, e como *Processo*, pela sua característica de dinamismo, de transformações sucessivas, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento do sujeito que sofre a ação, como de desenvolvimento histórico do contexto onde acontece a ação.

O exercício dessas perspectivas permitirá ao aluno uma visão

mais adequado mundo em que vive com uma interpretação dos fenômenos sociais e científicos mais condizentes com o seu momento de vida. Permite, ainda, a ampliação da compreensão da natureza e da sociedade, a aquisição de atitudes e convicções que o levem a posicionar-se frente aos problemas e desafios da vida prática e, por último, a expressão elaborada dos acontecimentos que correspondem aos interesses da maioria da sociedade, inserindo-se ativamente nos movimentos de transformação.

A escola que queremos é democrática, organizada e acessível a todos, facilitando aos seus usuários a aquisição de conhecimentos sistematizados já construídos no decorrer do tempo. A posse destes conhecimentos permitirá todos os benefícios sociais acumulados, sendo preciso que haja uma preocupação maior como aumento da escolarização, possibilitando o acesso e permanência destes educandos na escola. Alguns fatores interferem nos baixos índices de acesso e permanência dos educandos associados à estrutura e funcionamento do sistema escolar, estando em constante revisão, de modo que os educadores possam propor novas práticas didáticas e metodológicas, selecionar conteúdos adequados ao desenvolvimento integral dos educandos numa perspectiva de promovê-los como cidadãos, seja em relação a si mesmo, seja em relação à comunidade e à sociedade em geral, tornando-se assim a meta primordial deste projeto, além da revitalização da escola.

Não obstante, existem alguns fatores que interferem nos baixos

índices de acesso e permanência dos educandos associados à estrutura e funcionamento do sistema escolar, estando em constante revisão, de modo que os educadores possam propor novas práticas didáticas e metodológicas, selecionar conteúdos adequados ao desenvolvimento integral dos educandos numa perspectiva de promovê-los como cidadãos, seja em relação a si mesmo, seja em relação à comunidade e à sociedade em geral.

É por esses fatores que a escola busca o trabalho coletivo e cooperativo através da gestão democrática/participativa na construção do Projeto Político Pedagógico que tem o objetivo buscar um encaminhamento mais coerente para todoo processo educativo e pedagógico do trabalho com os alunos da educação Básica, em particular o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos -EJA. A prática educativa tem, nesse sentido, uma ação intencional com sentido explícito e o compromisso com a comunidade escolar.

A escola Estadual Nossa Senhora de Nazaré é, atualmente, é uma instituição imponente em sua estrutura material e educacional. É uma instituição que recebe muitos alunos das mais diversas localidades, destinada à prestação de serviços de ensino à comunidade manacapuruense, prezando sempre pela qualidade no ensino- aprendizado; a realização de projetos sociais; envolvimento da família no processo educativo; o exercício da cidadania e sobretudo de atuar como agentes de mudança, num ambiente participativo, aberto e integrador.

Tipo de Pesquisa

A pesquisa realizada caracteriza-se como exploratório-descritiva, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos” (COLLIS; HUSSEY, 2005), estabelece relações entre as variáveis (GIL, 2002) e possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática (TRIVINÖS, 1990). Tratando-se da abordagem, consiste em uma pesquisa qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análise. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (FONSECA, 1986).

Malhotra (2001), cita que a pesquisa exploratória “é um tipo de pesquisa que tem como principal objetivo o fornecimento de critérios sobre a situação-problema enfrentada pelo pesquisador e sua compreensão”.

Triviños (1987), diz que o pesquisador parte de uma hipótese, aprofunda seu estudo em uma determinada realidade, utilizando precedentes e maiores conhecimentos, para que em seguida possa planejar uma pesquisa descritiva.

Em relação ao método descritivo, Gil (2002, p. 42), afirma que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou,

então, o estabelecimento de relações entrevariáveis”. Para Triviños (1987, p. 110), “o estudo descritivo pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade”, de forma que esse método quando utilizado pelo pesquisador, tem a intenção de conhecer determinada comunidade e suas características.

A pesquisa descritiva, de acordo com Aaker, Kumar & Day (2004), geralmente se caracteriza por utilizar levantamento de dados e hipóteses especulativas que não especificam relações de Enfoque.

Além de ser “um processo adaptado, não padronizado ao objeto de estudo, que possui caráter comunicativo e está inserido no contexto de métodos e técnicas que respaldam um caráter processual e reflexivo”. (MAYRING, 2002 *apud* RODRIGUES; OLIVEIRA; SANTOS, 2021, p. 158).

O uso da estatística descritiva como uma ferramenta para coletar, analisar e apresentar dados. A estatística descritiva é uma disciplina matemática que envolve coleta, organização, análise e interpretação de dados numéricos. Os principais elementos da estatística descritiva incluem medidas de tendência central (como a média), medidas de dispersão (como o desvio-padrão) e representação gráfica (como tabelas e gráficos).

Ao utilizar a estatística descritiva para analisar dados, é possível extrair informações relevantes e úteis a partir de conjuntos de dados numéricos, incluindo opiniões e informações coletadas por

meio de pesquisas. A representação gráfica de dados pode facilitar a compreensão dessas informações, tornando-as mais acessíveis e claras para o público em geral.

2.1.2 Enfoque

O enfoque, trata-se de uma abordagem, qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análises. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (FONSECA, 1986).

O enfoque quantitativo visa coletar fatos concretos: números. Dados quantitativos são estruturados e estatísticos. Eles formam a base para tirar conclusões gerais da sua pesquisa. O enfoque qualitativo coleta informações que não buscam apenas medir um tema, mas descrevê-lo, usando impressões, opiniões e pontos de vista. A pesquisa qualitativa é menos estruturada e busca se aprofundar em um tema para obter informações sobre as motivações, as ideias e as atitudes das pessoas. Embora essa abordagem proporcione uma compreensão mais detalhada das perguntas da pesquisa, ela dificulta a análise dos resultados.

O enfoque, trata-se de uma abordagem, qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análises. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento

qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (FONSECA, 1986).

O enfoque quantitativo visa coletar fatos concretos: números. Dados quantitativos são estruturados e estatísticos. Eles formam a base para tirar conclusões gerais da sua pesquisa. O enfoque qualitativo coleta informações que não buscam apenas medir um tema, mas descrevê-lo, usando impressões, opiniões e pontos de vista. A pesquisa qualitativa é menos estruturada e busca se aprofundar em um tema para obter informações sobre as motivações, as ideias e as atitudes das pessoas. Embora essa abordagem proporcione uma compreensão mais detalhada das perguntas da pesquisa, ela dificulta a análise dos resultados.

O enfoque adotado neste estudo é o qualitativo-quantitativo, que combina elementos de ambas as abordagens. O enfoque qualitativo será utilizado para compreender a percepção e interpretação dos alunos sobre a educação ambiental mediada pelas tecnologias digitais de informação e comunicação, por meio de entrevistas, observações e análise de conteúdo.

A pesquisa qualitativa conforme Minayo (2001) parte da premissa de que a realidade é construída socialmente e que os significados atribuídos às experiências são influenciados pelos valores, crenças e contextos culturais dos indivíduos. Por isso, o objetivo da pesquisa qualitativa é entender como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências, identificando as relações e interações que influenciam suas percepções e comportamentos.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa qualitativa utiliza uma variedade de técnicas de coleta de dados, como entrevistas em profundidade, observação participante, análise documental e grupos

focais. Essas técnicas permitem ao pesquisador obter informações detalhadas sobre as perspectivas e experiências dos participantes da pesquisa, permitindo uma análise mais profunda e rica da realidade estudada.

O objetivo é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações” (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

Já o enfoque quantitativo foi utilizado para coletar dados numéricos sobre o impacto do uso das tecnologias na aprendizagem dos alunos, por meio de questionários, testes e análise estatística. Segundo Gil (2008), a pesquisa quantitativa é aquela que se baseia em dados numéricos e estatísticos para analisar fenômenos sociais. Conforme o autor, esse tipo de pesquisa parte da premissa de que a realidade é objetiva e mensurável, e busca estabelecer relações causais entre variáveis por meio de técnicas estatísticas.

A pesquisa quantitativa utiliza uma amostra representativa da população para coletar dados por meio de questionários estruturados, escalas de medida, testes padronizados e outras técnicas que permitem a análise estatística dos resultados.

Os dados obtidos são analisados com base em métodos estatísticos, como a análise de regressão, correlação e teste de hipóteses, entre outros. (TARTUCE, 2006).

A combinação desses enfoques permite uma compreensão mais completa do fenômeno estudado, possibilitando uma avaliação

crítica da eficácia da abordagem proposta e a identificação de pontos de melhoria para aprimorar a metodologia utilizada.

2.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A definição da amostra da pesquisa se deu por acessibilidade e conveniência da pesquisadora. É o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. E por isso, carece de qualquer rigor estatístico. O pesquisador escolhe os elementos a que tem acesso e admite que esses elementos podem representar de alguma forma o universo. Esse tipo de amostragem é adequado para pesquisas exploratórias e/ou qualitativas que não requerem alta precisão (GIL, 2008).

Município das Escolas Pesquisadas

O município de Manacapuru, localizado na Região Metropolitana de Manaus, no Estado do Amazonas, cidade com o mesmo nome, possui 99.613 habitantes, segundo dados do IBGE de 2021. A sede do município está situada à margem esquerda do rio Solimões, distante 93 quilômetros da capital Manaus por via terrestre, com o principal pela Rodovia Manuel Urbano (AM 070), interligada pela Ponte Jornalista Phelippe Daou (conhecida como Ponte do Rio Negro), sendo fundamental para a integração e o desenvolvimento da região metropolitana.

O povoado foi fundado em 1786, originada por uma aldeia de índios muras, “pacificados” em 1785, que se estabeleceram na margem esquerda do rio Solimões por volta do século XVIII.

Manacapuru é conhecida nacionalmente como a Princesinha do Solimões, apelido que ostenta desde meados do século XIX. Muitos de seus atrativos naturais são conhecidos nacionalmente, assim como sua tradicional festa popular, o Festival de Cirandas de Manacapuru, o que coloca o município entre os mais visitados por turistas na Amazônia. Sua padroeira é Nossa Senhora de Nazaré e a Igreja Matriz, em conjunto com a Escola Nossa Senhora de Nazaré e a Praça da Bandeira formam o principal cartão-postal da cidade.

A cidade de Manacapuru, conhecida como “Princesa do Solimões” tem seu nome originado do tupi derivada de duas expressões: Manacá que significa Flor e Puru que quer dizer matizada. Assim, Manacapuru significa Flor Matizada.

A população originária do município de Manacapuru traz consigo muitos traços da beleza, da determinação e da bravura dos índios Mura, tribos indígenas que ocupavam vastas áreas no complexo hídrico dos rios Madeira, Amazonas e Purus, que falavam até o início do século XX a língua Mura, de um tronco linguístico isolado, e posteriormente passaram a utilizar também a língua geral (Nheengatu) e gradativamente foi sendo substituída pelo português, de acordo com o Instituto Sócio Ambiental.

No município de Manacapuru, o povo mura teve papel importante na fundação do povoado que deu origem à cidade, sendo conhecido como um “povo guerreiro tradicionalmente matizado”.

Universo da Escola Estadual Nossa Senhora de Nazaré

A Escola Estadual Nossa Senhora de Nazaré, trabalha somente com alunos de ensino médio e atende a uma clientela bastante heterogênea de todas as camadas sociais e as atende

indistintamente.

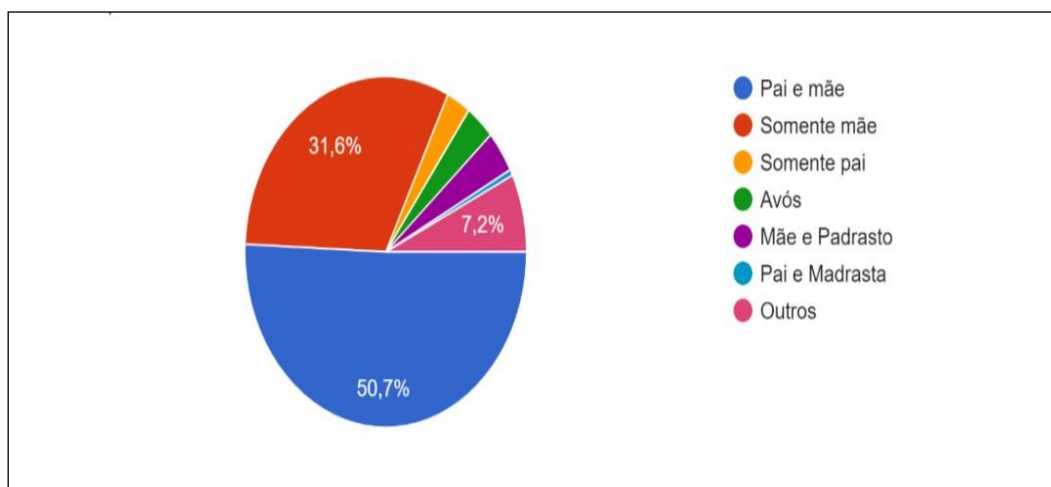
TABELA 01 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR TURNO/ANO/FASE/SÉRIE

Ano/fase/série	Nº de alunos por turnos		
	Matutino	Vespertino	Noturno
1º	200	200	30
2º	200	190	75
3º	200	190	90

Fonte: Dados do SIGEAM

Os responsáveis pelos estudantes na escola apresentam uma realidade diversificada, sendo 50,7% responsabilidade dos pais conjuntamente, 31,6% somente da mãe e 17,7% incluem somente pai, avós, mãe e padrasto, pai e madrasta e outros, podendo caracterizar uma variação nos tipos de famílias ou na condição de vida do estudante.

GRÁFICO 01: RESPONSÁVEIS PELOS ALUNOS DA ESCOLA



Fonte: PPP da Escola Estadual Nossa Senhora do Nazaré (2023)

A Escola Nossa Senhora de Nazaré tem adotado em sua práxis educacional, o desenvolvimento de projetos por área de conhecimento. Em anos anteriores apoiados pelo Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e atualmente, os projetos por área de conhecimento estão propostos pelo Novo Ensino Médio, no componente curricular Projetos Integradores.

Anualmente, vários professores inscrevem seus projetos no Programa Ciência na Escola (PCE) pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

TABELA 02 - PROJETOS DO PROGRAMA CIÊNCIA NA ESCOLA (PCE)

PROJETOS DO PCE	Professor coordenador
Corantes naturais na preparação de tintas de pincéis de quadro branco	Alessandro Couto
copos e Bio Embalagens utilizando as fibras algodonosas e hidroxiapatitas das escamas de peixes como alternativa de substituição das embalagens derivadas do petróleo.	Cosme Carvalho
Missões de educação: monitoramento e mapeamento dos níveis de oxidação no sangue, pressão arterial, frequência cardíaca e temperatura no retorno às atividades semipresenciais na flexibilização do isolamento social	Fernando Coimbra
Membrana interna da casca do ovo de granja na produção de um curativo oclusivo biológico no processo de cicatrização de queimaduras.	Galileu Pires
Monitoramento da COVID-19 no ambiente escolar com Sistema Arduino AC-19	José Victor
Propriedades oleaginosas da semente de seringueira no tratamento do ressecamento da pele do portador de diabetes.	Jesiane Spindola

...ção? A importância das vacinas na vida dos estudantes, dos professores e da comunidade em geral	Sanay Ribeiro
...prender em tempos de pandemia dos alunos da 3ª série do Ensino Médio Noturno	Rosileide Barbosa Magalhães

O universo da pesquisa referente ao docente da escola Estadual Nossa Senhora do Nazaré é composto por 43 professores com formação diversas e distribuídos nos turnos vespertino e noturno.

Universo da Escola Estadual José Seffair

A Escola José Seffair, surgiu com o objetivo de atender à crescente demanda de alunos gerada pelo crescimento populacional do município na década de 80, buscando oferecer aos discentes acesso aos saberes sistematizados e organizados ao longo de todo processo evolutivo da humanidade sem descuidar dos valores éticos, morais e espirituais que devem fundamentar a formação dos homens e mulheres preparando-os para o convívio social consciente, participativo e solidário. A relação escola e comunidade tem sido aperfeiçoada ao longo da história da instituição, a finalidade de fortalecer o panorama educacional de Manacapuru, procurando sempre fazer alusão a assuntos relacionados a realidade do município e do cenário político nacional. No cenário cívico, participou de vários desfiles de Semana da Pátria, no decorrer dos anos, tentando trazer aos seus alunos as noções de civismo e patriotismo, fazendo em determinados períodos as chamadas horas cívicas. Sempre aludindo assuntos relacionados a realidade do município e do cenário político nacional. No cenário social promoveu e fez promover, diversas festas, que refletiam e refletem até os dias de hoje, na tradição da população

manacapuruense, entre elas o Aniversário da Cidade e Festa das Cirandas, além de outras como os festejos do Santo Antônio do Bairro da Terra Preta entre outras.

A Escola conta atualmente com um público de 1.013 alunos, por atender duas modalidades diferentes dentro do ensino médio, e alunos tanto da zona urbana quanto rural do nosso município, há uma mescla sociocultural muito marcante no José Seffair.

Do Corpo Docente: a Escola Estadual José Seffair conta atualmente com 36 professores, sendo, quarenta com especializações nas mais diversas áreas da educação e cinco com graduação em Curso Normal Superior (CNS). A equipe responsável por elaborar, aplicar e avaliar todos os conteúdos necessários à formação integral dos discentes, contextualizando e adequando estes conteúdos à pluralidade cultural da Região.

Do Coordenador Pedagógico: São 01 Pedagogo e 01 Apoio Pedagógico responsáveis pelo acompanhamento dos problemas educacionais oriundos do relacionamento entre alunos, pais, comunitários e funcionários da Escola, como também de planejar, coordenar e avaliar todas as ações e Projetos pedagógicos desenvolvidos na Escola.

O pesquisador selecionou para sua coleta de dados 30 professores de formação diversas que se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa.

Um sujeito humano de pesquisa significa um indivíduo vivo sobre o qual o pesquisador(a) realiza a pesquisa e *obtem dados mediante a intervenção ou interação com o indivíduo, ou informação privada identificável*. Inclui, tanto os procedimentos físicos pelos

quais são recolhidos os dados, como as manipulações do sujeito, ou do entorno do sujeito que se realizam com fins de **pesquisa**. Este tipo de procedimento irá *incluir a comunicação*, ou o contato interpessoal entre o pesquisador e o sujeito. (BRASIL, 2022).

2.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

O instrumento e técnica de coleta de dados será por meio da entrevista em caráter semi-estruturada. A técnica da entrevista é um método de coleta de dados qualitativos que envolve a conversa direta entre um entrevistador e um entrevistado. É uma das técnicas mais utilizadas em pesquisas sociais e pode ser aplicada em diversos campos, como sociologia, psicologia, antropologia, entre outros (GIL, 2019).

A entrevista pode ser estruturada, semiestruturada ou não estruturada. Na entrevista estruturada, as perguntas são padronizadas e o entrevistado deve responder a cada uma delas na mesma ordem. Já na entrevista semiestruturada, o entrevistador tem uma lista de perguntas, mas pode fazer perguntas adicionais ou explorar mais profundamente determinados temas conforme a conversa flui. Na entrevista não estruturada, não há perguntas predefinidas e a conversa é conduzida de forma mais livre (GIL, 2019).

Algumas das vantagens da técnica da entrevista são a possibilidade de obter informações detalhadas e profundas sobre um determinado tema, a oportunidade de explorar perspectivas e experiências pessoais, e a capacidade de adaptação à situação e ao

entrevistado. No entanto, a entrevista também apresenta algumas limitações, como o risco de enviesamento das respostas em função da presença do entrevistador, a subjetividade na interpretação das informações e a possibilidade de que o entrevistado não seja totalmente honesto ou sincero em suas respostas.

Uma entrevista semiestruturada é uma técnica de pesquisa que combina perguntas pré-determinadas com a possibilidade de seguir uma linha de raciocínio não prevista no questionário. Ela permite que o entrevistador tenha um roteiro básico de perguntas, mas com a liberdade de explorar temas ou questões que surgem durante a conversa (GIL, 2019).

Geralmente, a entrevista semiestruturada começa com uma pergunta aberta que permite que o entrevistado se expresse livremente. Depois disso, o entrevistador pode fazer perguntas mais específicas, que são preparadas previamente, mas sem se prender rigidamente ao roteiro, permitindo que a conversa flua naturalmente.

Essa técnica é frequentemente usada em pesquisas qualitativas, já que permite uma abordagem mais flexível e permite que o entrevistador obtenha informações detalhadas e específicas sobre o objeto de estudo. Ela também é usada em entrevistas de emprego, pois permite que o entrevistador avalie não apenas as habilidades técnicas do candidato, mas também sua personalidade, capacidade de comunicação e outras habilidades interpessoais (GIL,

2019).

CAPÍTULO III

ANÁLISE DE RESULTADOS

3 ANÁLISE DE RESULTADOS

3.1 ORGANIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados serão organizados por subtítulos que correspondam aos objetivos específicos definidos. A análise dos objetivos específicos descreverá os resultados que se pretende alcançar a partir da pesquisa. Por isso, serão sempre descritos no plural. Eles são o “como” da pesquisa e o detalhamento do objetivo geral. Assim, será relacionado o objeto estudado com suas particularidades e identificar mais propriamente quais são os resultados desejados. Sendo eles distribuídos sobre três óticas: realidade do docente do Estado do Amazonas, precarização do trabalho docente e melhoria das condições de trabalho ainda referente ao estado citado.

3.1.1 Organização dos Resultados do Primeiro Objetivo Específico

Compreender a realidade do docente em duas escolas Estadual, localizada no Município de Manacapuru-AM/Brasil, no período de 2023-2024;

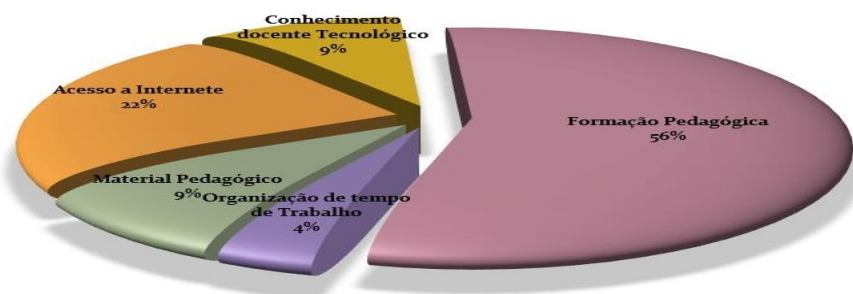
O ensino é um tema de grande relevância na investigação em educação e tem sido examinado sob diversas perspectivas, por exemplo, o ensino como profissão. Formação inicial e avançada professores saberes docentes, identidade profissional, condições de trabalho, adoecimento, mal-estar e incerteza

pedagógicos. Os professores inseridos nas escolas pesquisadas, apresentam-se como profissionais que vem lutando para viabilizar um ensino de maior rentabilidade. As Escolas do Estado do Amazonas enfrentam diversas situações, pois a geografia e logísticas são diversas, principalmente para as escolas rurais. Investir na educação das comunidades da bacia Amazônica representa uma oportunidade para um processo focado no diálogo, no debate e no fortalecimento dos movimentos sociais que lutam pelos direitos das populações privilegiadas e desprivilegiadas à tendência de pensamento que foca nos grupos étnicos.

A preparação dos professores que trabalham no ensino secundário é muitas vezes insuficiente para abranger uma gama mais ampla de conhecimentos, incluindo problemas encontrados na vida cotidiana na sala de aula e a reflexão regular sobre a prática docente. Para que um professor se destaque, ele deve atualizar-se constantemente em busca de novos conhecimentos para superar desafios, melhorar sua prática docente e tornar o processo de ensino e aprendizagem prazeroso com inovações relevantes.

Quando se perguntou quais as maiores dificuldades enfrentadas em sala de aula eles responderam que: Obs: A pergunta foi dirigida aos professores das duas escolas estaduais.

GRÁFICO 02: MAIORES DIFICULDADES DOS PROFESSORES EM DUAS ESCOLAS ESTADUAIS DO AMAZONAS/BRASIL



Fonte: O Pesquisador (2023)

Com comprovado de forma graficada 56% do pesquisados responderam que a falta de formação pedagógica tem se tornado um gargalo no ensino, em meio a uma educação que tem crescido no meio tecnológico de forma frenética, 22% dos entrevistados relataram as dificuldades a acesso à internet principalmente no ambiente escolar no Município de Manacapuru por se tratar de escolas afastadas da zona Urbana, 9% fizeram menção a formação tecnologia que ainda não aconteceu nas escolas, 9% relataram a falta de material pedagógico e 4% alegaram a falta de tempo para organizar o trabalho pedagógico. Dados que apresentam a precarização do trabalho docente em duas escolas estadual.

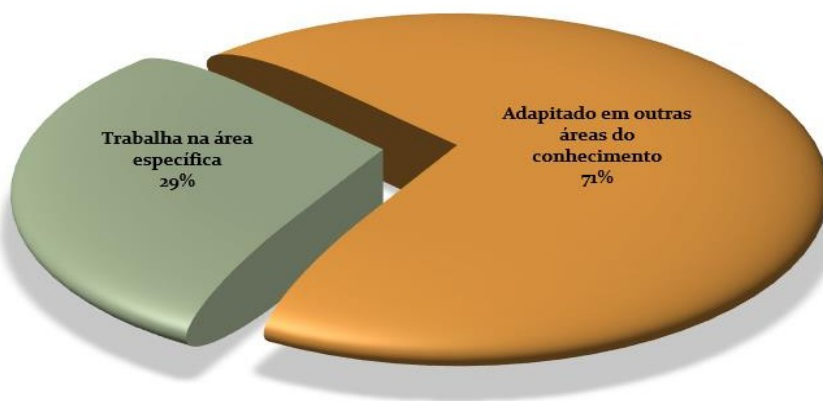
O dicionário Aurélio de Língua Portuguesa traz em seu verbete “Docência”, a seguinte definição: “ato de ensinar; qualidade de docente”. E docente como “relativo a professores; que ensina”. Não há nada de errado, contudo, tais definições não conseguem

dimensionar a complexidade do trabalho docente, que vai além do ato de ministrar aulas. Semelhante ao conceito de docência trazido pelo dicionário, (VEIGA, p. 13, 2008).

Contudo, o ensino precisa ser pois as funções educacionais tradicionais, como o domínio teórico e técnico dos conteúdos alteraram ao longo dos anos e ao longo do tempo, tornando a profissão docente mais intrincada. Além das demandas sociais contemporâneos, o surgimento de novas condições de trabalho nas escolas.

A prática da educação precede em muito o pensamento pedagógico. O pensamento pedagógico emerge da reflexão sobre a prática educativa, como necessidade de sistematizá-la e organizá-la segundo determinados intentos e objetivos. Perguntou-se dos professores das duas escolas estaduais quem trabalha na sua área específica de formação, eles responderam que:

GRÁFICO 02: PROFESSORES QUE TRABALHAM NA SUA ÁREA DE FORMAÇÃO



Fonte: O pesquisador (2023)

Como comprovado apenas 29 % dos entrevistados trabalham na sua área específica de formação, estes dados é um reflexo das duas escolas pesquisadas. Todo o processo de formação docente está atrelado à construção da identidade profissional dos professores. Essa identidade trata dos sentidos e das configurações nas maneiras de ser e de estar na profissão (VEIGA, 2008)¹¹⁷. A identidade profissional está ligada à profissionalidade dos docentes, ou seja, ao desenvolvimento das competências da profissão, buscando uma exitosa postura profissional (profissionalismo). As escolas ganham muito em conhecimento quando o governo em parcerias com as secretárias de educação investe na formação docente dos professores, pois quando se tem especialistas formados em suas áreas ministrando aulas o ensino aprendizagem cresce.

Isto demonstra que o nível de qualificação da força de trabalho na escola, ou até mesmo a avaliação para a preparação e *expertise* dos profissionais é vista pelos professores com um investimento relevante para o andamento do seu trabalho. Sendo assim, ter uma formação de especialização ou mestrado geralmente implica um nível mais elevado de conhecimento e habilidades especializadas em comparação com aqueles com apenas uma formação de graduação.

É importante lembrar que esses números podem variar dependendo da área profissional ou setor em questão, e que a formação acadêmica é apenas uma parte da avaliação do desempenho e competência de um profissional. Experiência prática, habilidades

interpessoais e conhecimento específico do campo de atuação também desempenham papéis importantes na eficácia e sucesso profissional.

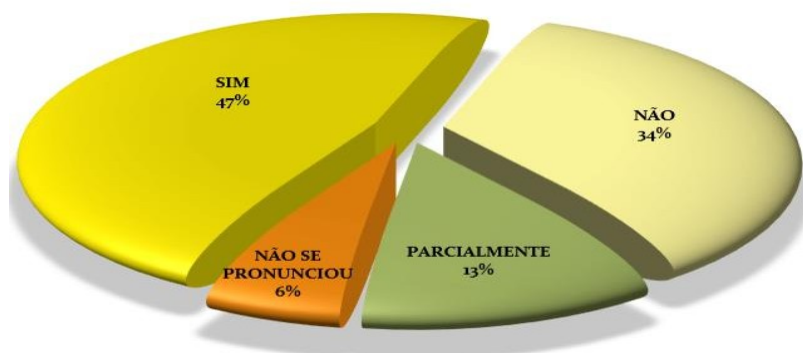
3.1.2 Organização dos Resultados do Segundo Objetivo Específico

Apresentar o que causa a precarização do trabalho do docente com ênfase em duas escolas Estaduais localizadas em Manacapuru-AM/Brasil.

Compreender o trabalho docente e o ensino é uma das chaves para compreender as mudanças atuais na sociedade mundo de trabalho e globalização. Nesse sentido, entendemos que a docência é um importante meio de compreensão das mudanças atuais, ao passo que tais mudanças no espaço social intervêm na esfera econômica e tecnológica e influenciavam a morfologia do trabalho docente. O mundo muda e com ele o homem. Freire (1999, p. 39) define que “o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é”. A escola de hoje requer um docente aberto para essas mudanças, inovador, capaz de promover discussões e estimular o protagonismo. Uma educação em que o professor tenha um novo olhar de como se ensina e como se aprende e tenha a tecnologia como sua aliada, capaz de facilitar o aprendizado. Para Silva e Camargo (2015, p. 262). Quando se perguntou dos educadores das duas escolas estaduais

pesquisadas se o trabalho do professor e a carga horaria estar impactando sua vidacotidiana? Eles responderam que:

GRÁFICO 04: CARGA HORARIA E VIDA COTIDIANA DOS PROFESSORES



Fonte: O pesquisador (2023)

Ficou comprovado 47% dos entrevistados alegam que a carga excessiva de atividades pedagógicas tem influenciado na vida cotidiana do professor, 34% relataram que não, é um trabalho como outro qualquer, tem situações que os professores se difamam no espaço escolar um quer ser mais que outro, mais todos ganham o mesmo valor, que torna o ambiente agradável é fundamental, 13% mencionaram que tem afetado de forma parcial, quando não há uma programação, trabalho é trabalho e compromisso vida familiar é outro processo. E 6% não quiseram se pronunciar. Considerando as mudanças que afetam a educação é verdade que a educação está a passar por um grande processo de transmutação e precisa-se de um ambiente escolar agradável. Contudo, a educação para a

libertação e a transformação exige investimento na qualificação docente.

Ao lidar com a construção da identidade docente de um grupo de professores/as em específico, os/as professores/as do Ensino Médio, abordar-se-á o que caracteriza a identidade comum desse grupo. Para isso, cita-se Lima (2012, p.149-150)¹¹⁸ explicando que

Compreende-se o professor como profissional que se educa e forma-se no decorrer de sua existência, num processo de construção de si próprio como pessoa e na relação com os outros. Como sujeito histórico o professor tem a possibilidade de intervir, mediante seu trabalho, na transformação social, visto que sua profissão tem como objetivo a formação de outros seres humanos, uma atividade complexa para a qual se exige uma formação sólida e qualificada, não apenas inicial, mas contínua, que lhe dê condições de enfrentar os inúmeros desafios que o contexto educacional apresenta diariamente nas escolas. (LIMA, p.149-150, 2012).

Em todos os campos de atuação, os/as profissionais detêm um conjunto de saberes que os/as habilitam para o exercício de sua profissão, não diferente ocorre com os/as profissionais docentes.

A precarização do trabalho docente é uma questão importante e preocupante na educação em muitos lugares. Os números e problemas refletem algumas das principais preocupações dos professores e educadores em relação a essa questão.

Lidar com alunos com diferentes níveis de conhecimento e habilidades pode ser um desafio significativo para os professores.

A heterogeneidade das turmas exige uma adaptação constante do ensino para atender às necessidades de cada estudante, o que pode ser cansativo e complexo.

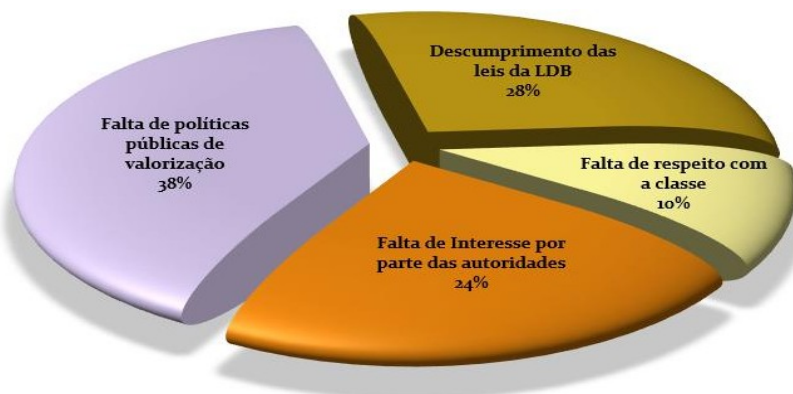
Turmas superlotadas podem tornar mais difícil para os professores oferecer atenção individualizada aos alunos, dificultando o aprendizado. A ausência de recursos estruturais, como materiais didáticos, infraestrutura adequada e equipamentos, pode comprometer a qualidade do ensino. Professores muitas vezes precisam improvisar ou utilizar recursos próprios para suprir essa falta, o que pode ser exaustivo e inadequado. Quando as diretrizes educacionais não são seguidas, os professores podem se sentir desorientados e desmotivados. O não cumprimento das diretrizes pode afetar negativamente a qualidade do ensino e prejudicar a aprendizagem dos alunos.

Os baixos salários são uma preocupação crítica para muitos profissionais da educação. Salários inadequados podem levar a insatisfação, desmotivação e até mesmo a evasão de talentos da carreira docente, o que impacta diretamente a qualidade do ensino.

Esses problemas refletem a necessidade de investimento na educação, tanto em termos de recursos financeiros quanto de políticas educacionais que valorizem os professores e proporcionem condições adequadas para o ensino. A valorização dos docentes e a melhoria das condições de trabalho são fundamentais para garantir uma educação de qualidade e o desenvolvimento adequado das

futuras gerações. Se perguntou dos educadores porque que os professores são menos valorizados de outras profissões? Esses responderam que:

GRÁFICO 05: PORQUE OS PROFESSORES NÃO SÃO VALORIZADOS



Fonte: O pesquisador (2023)

Como comprovado nesta organização dos resultados 38% dos entrevistados alegam que é falta de políticas públicas de valorização do servidor, 28% dos professores alegam que é o descumprimento das leis e 24% relatam que é falta de interesse por parte das autoridades e 10% fizeram menção a falta de respeito ao profissional da educação.

A desvalorização dos professores pode ser um resultado de um processo histórico que ocorre no Brasil. Isso pode incluir fatores como tradições culturais, políticas educacionais passadas, entre outros.

Um número significativo de pessoas atribui a desvalorização dos professores à maior valorização de outras profissões em comparação com a carreira docente. Isso pode estar relacionado à remuneração, *status* social

ou reconhecimento.

Uma parte das respostas aponta para as mudanças na sociedade como uma das razões para a desvalorização dos professores. Essas mudanças podem incluir transformações nas expectativas em relação à educação e aos papéis dos professores na sociedade atual.

Essas respostas sugerem que a percepção de desvalorização dos professores é influenciada por uma combinação de fatores históricos, a valorização de outras profissões e mudanças sociais. É importante observar que as porcentagens indicadas representam a distribuição das respostas das pessoas entrevistadas nessa pesquisa específica.

3.1.3 Organização dos Resultados do Terceiro Objetivo Específico

Identificar a visão dos educadores sobre a importância da qualificação docente, e como os professores tem influenciado tal qualificação;

A preparação adequada de professores provê a base para a criação de escolas, cidadãos e profissionais mais competentes, éticos e humanos. Nas palavras do educador Moasir Gadotti, A educação é um lugar onde toda a nossa sociedade se interroga, se debate e se descobre”.

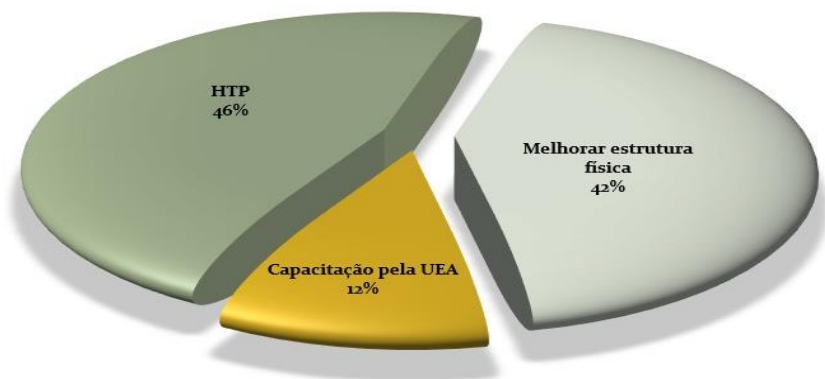
Daí a importância de os professores permanecer sempre bem preparados e comunicados, tanto para avançar questões sobre o mundo como para apresentar soluções sob diferentes perspectivas. E isso só é possível com uma educação de qualidade, que não se limite aos aspectos tecnológicos ou formais.

A educação continuada descreve a busca constante pelo aprimoramento profissional. Isso pode acontecer por meio de métodos e atividades. Várias ferramentas pessoais ou externas. Cursos oferecidos cursos de pós-graduação, palestras, seminários, atividades e mecanismos de avaliação como provas são exemplos de ferramentas de formação continuada para professores. A educação continuada ganhou destaque recentemente por meio de sua inclusão na nova (BNCC) Base Nacional Comum Curricular, onde uma das principais normativas que definem o núcleo de disciplinas é a formação continuada do professor.

Nosso país enfrenta atualmente muitos desafios em todas as áreas da educação. Os professores participantes ativos desse sistema têm se deparado com inúmeras demandas e responsabilidades dos professores quanto ao conteúdo e currículo de sua formação, bem como aos processos que enfrentam no campo educacional, como o fracasso escolar, passamos por muitas dificuldades. Mas o sistema educacional brasileiro não é formado apenas por professores, mas por todos aqueles que compõem a nossa sociedade, tendo como componente fundamental a família que se apresenta como a primeira escola, pois é lá que os alunos aprendem valores morais, sociais e valor emocional e devem incentivar seus filhos a procurar cada vez mais conhecimento, mas na maioria das vezes esses alunos vêm de populações desfavorecidas em nossa sociedade, sendo muitos desses pais vítimas de preconceito e discriminação. Quando

se perguntou dos educadores quais ações poderiam ser benéficas ao servidor? Eles relataram que:

GRÁFICO 05: AÇÕES FUNDAMENTAIS AO SERVIDOR



Fonte: O pesquisador (2023)

No que compete as ações que visam a melhoria da profissão do docente no Estado do Amazonas, os professores das escolas pesquisadas informaram que 46% relataram que precisa-se melhorar o cumprimento do HTP, mais que se cumpre as propostas; em segundo, com 42% estão envolvidos em melhorar a estrutura física, equipamentos e material de apoio; 12% fomentaram a capacitação de profissionais até sugeriram uma pós Graduação UEA. As demais pontuações foram parciais como contestado no gráfico.

Cerca de 46% dos professores estão focados em seguir o cumprimento do HTP. Isso sugere que eles estão comprometidos em cumprir as diretrizes e horários estabelecidos para atividades

pedagógicas e administrativas, o que é fundamental para a organização e eficiência da escola.

Na melhoria da estrutura física, equipamentos e material de apoio, com aproximadamente 42% dos professores estão envolvidos na busca por melhorias na infraestrutura da escola, equipamentos e materiais de apoio. Isso indica uma preocupação com o ambiente de ensino e com os recursos disponíveis para facilitar o aprendizado dos alunos.

Cerca de 12% dos professores estão se dedicando à capacitação profissional, incluindo a busca por pós-graduações oferecidas pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Isso mostra um compromisso com o desenvolvimento pessoal e profissional, o que pode resultar em benefícios significativos para a qualidade do ensino.

Essas diferentes áreas de foco refletem a complexidade da profissão docente e as múltiplas dimensões que os professores podem buscar para melhorar a educação no Estado do Amazonas. Cada uma dessas áreas desempenha um papel importante na promoção de um ambiente de aprendizado mais eficaz e no desenvolvimento profissional dos educadores.

As deficiências no processo de formação dos docentes acabam gerando sérios problemas no que diz respeito aos conteúdos que são aprendidos de forma fragmentada ou a forma como será transmitido, pois estes não tiveram muito contato com o ambiente

escolar, fazendo com que o professor perda o seu material de trabalho que se faz tão importante para seu desenvolvimento intelectual e o dos seus alunos.(OLIVEIRA, p.30, 2022)

Nessa perspectiva, o conhecimento viria de “fora para dentro”, tendo uma dimensão instrumentalizadora do ponto de vista político social. Ao professor, caberia a organização dos processos, de métodos, de modo a garantir a apropriação pelos alunos.

(...) um professor de história ou de matemática; de ciências ou estudos sociais, de comunicação e expressão ou literatura brasileira etc., tem cada um, uma contribuição específica a dar em vista da democratização da sociedade brasileira, do atendimento aos interesses das camadas populares, da transformação estrutural da sociedade. Tal contribuição se consubstancia na instrumentalização, isto é, nas ferramentas de caráter histórico, matemático, científico, literário, etc. que o professor seja capaz de colocar de posse de alunos. (SAVIANI, 1982, apud LELIS, 2001, p. 46).

Entende-se que o papel do professor vai muito além do de mero transmissor do conhecimento, mas tem caráter de educação para a vida em sociedade, vivendo a democracia, sabendo fazer escolhas que tragam benefícios para a vida profissional, intelectual e afetiva. Independentemente das disciplinas que lecionem, todas têm que ser articuladas no cotidiano dos alunos, mas como isso é feito? esses profissionais não possuem formação acadêmica para exercer essas funções que lhes são apresentadas no cotidiano da sala de aula. (OLIVEIRA, p.30, 2022)

A educação deve se voltar à troca constante de conhecimento entre alunos e professores onde um aprende com o outro, não considerando os professores como donos da verdade absoluta que não deve ser questionada, esta troca de experiências ajuda muito na relação professor-aluno e no processo de ensino- aprendizagem, por estes motivos se torna tão importante os contatos dos licenciandos com estas realidades para poderem lidar da melhor forma possível com estes processos.(LELIS, 2001)¹¹⁹

O professor tem o poder de mudar os alunos tanto positiva quanto negativamente, tudo depende da forma como ele trabalha nas aulas dos métodos que utiliza, que incentivam e estimulam o aprendizado. Muitas vezes a própria escola, os diretores acabam desestimulando o interesse dos professores em fazer algo diferente para os alunos como: aulas de campo, aulas audiovisuais, seminários, controvérsias e projetos, estes acabam sendo criticados. (OLIVEIRA, p.35, 2022).

Uma contribuição importante da formação de professores é desenvolver a capacidade dos professores de examinar o ensino do ponto de vista dos alunos que trazem diferentes experiências e citações para a sala de aula.

O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo. Mas, histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade. Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e

se fez velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã (FREIRE, 1996, p. 14)¹²⁰

A formação continuada de professores torna-se uma importante estratégia para contribuir no processo de formação e oferece oportunidades de aprendizagem em metodologias e práticas de ensino realizadas em sala de aula e na sociedade.

O professor crítico está sempre disposto a mudanças, a aceitar o diferente, tendo consciência de que somos seres inacabado em constante transformação, “Somos seres éticos capazes de intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de escolher, capazes de grandes ações, de dignificantes testemunhos, mas capazes também de impensáveis exemplos de baixeza e de indignidade”, o homem ao mesmo tempo que podem ter atos de bondade, de solidariedade, alguns são capazes de atos terríveis provocando guerras, destruindo populações inteiras, devastam e poluem a natureza pensando apenas nos lucros que um sistema capitalista pode proporcionar-lhe, não pensando em como será o futuro, mesmo agindo muitas vezes de forma irracional, os seres humanos trazem em si a esperança de que dias melhores virão e eles podem interferir para que estes sonhos possam ser concretizados.(FREIRE, p.41,1996).

3.2 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Como contestado pelos professores são diversas as formas que impedem a educação ser um marco na história dos amazonenses

com ênfase nas escolas pesquisadas. Ficou comprovado que é necessário melhorar a educação com infraestruturas de qualidade, salários dignos para professores e demais trabalhadores e recursos materiais e tecnológicos básicos que garantem verdadeiramente uma educação de qualidade.

Os autores Lagares e Santos (2022) destacam a relevância crucial da formação inicial dos professores. Isso significa que os professores precisam receber uma educação sólida e abrangente antes de começarem a lecionar. Isso envolve a aquisição de conhecimento teórico e prático que os preparará para enfrentar os desafios da sala de aula.

Além disso, os autores ressaltam a importância da formação continuada, que ocorre ao longo da carreira do professor. Essa formação em curso permite que os professores se atualizem, adquiram novas habilidades e continuem a desenvolver seu conhecimento em resposta às mudanças na educação e na sociedade. Essa formação contínua é fundamental para que os professores possam se adaptar às demandas em constante evolução da sala de aula e da realidade escolar.

O objetivo final desses processos de formação, como apontado pelos autores, é promover transformações significativas nas práticas docentes. Isso significa que os professores devem ser capazes de aplicar efetivamente o que aprenderam em suas formações, adaptando-o às necessidades e desafios específicos de

suas escolas e alunos. A ênfase na base teórica e na conexão com a realidade escolar visa melhorar a qualidade da educação e o desempenho dos alunos (Lagares; Santos, 2022).

Portanto, ressalta a importância da formação inicial e contínua dos professores como um meio de promover mudanças positivas e significativas nas práticas de ensino, capacitando os professores a enfrentar os desafios da educação de forma eficaz e informada.

Gatti et al. (2019) aborda a formação docente como integradora e que proporcione condições para que os licenciados (futuros professores) adquiram conhecimentos e experiências em diversas áreas, incluindo conhecimentos acadêmicos, didático-pedagógicos, formação geral e ético-moral. Além disso, a formação docente deve ampliar os horizontes culturais dos futuros professores e estimulá-los a estar atentos às questões dos direitos humanos, contribuindo para uma educação mais equitativa e inclusiva, especialmente no que diz respeito às diversidades.

Sendo assim, os autores estão enfatizando a importância de uma formação docente que seja abrangente, que vá além dos conhecimentos acadêmicos e inclua aspectos éticos, morais e de consciência social, a fim de preparar os futuros professores para atender às necessidades de uma educação inclusiva e equitativa.

A ideia de que a formação continuada deve partir da reflexão sobre a prática do professor é fundamental para o desenvolvimento

profissional dos educadores. Quando os professores se envolvem em uma análise crítica de suas próprias práticas, têm a oportunidade de identificar as dificuldades e desafios que enfrentam no cotidiano escolar. Essa autoavaliação é o primeiro passo para o aprimoramento de suas competências e o aperfeiçoamento da qualidade do ensino (Gatti et al., 2019).

O processo de formação continuada, conforme destacado por Freire (1996), não deve ser uma imposição externa, mas sim um processo dialógico e participativo. Isso significa que os professores devem ser vistos como sujeitos ativos na construção de sua própria formação. Em vez de receberem um conjunto de diretrizes ou métodos impostos de cima para baixo, eles devem ser incentivados a participar ativamente desse processo, contribuindo com suas experiências, reflexões e necessidades.

O diálogo e a participação ativa dos professores na sua formação continuada permitem que eles se sintam mais engajados e valorizados como profissionais. Isso também torna a formação mais relevante e adaptada às necessidades específicas de cada contexto educacional. Além disso, a formação continuada baseada no diálogo e na reflexão promove uma cultura de aprendizado contínuo, que é essencial para a melhoria constante da qualidade da educação (Gauthier et al., 1998).

Portanto, a formação continuada dos professores deve ser um processo que começa pela reflexão sobre a prática, envolve os

educadores como sujeitos ativos e é orientada pelo diálogo e pela participação. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento profissional dos professores e, por consequência, para a qualidade da educação oferecida aos alunos (Gauthier et al., 1998).

Sendo assim, ensinar pode ser visto como uma carreira no campo do magistério. Isso implica entrar em uma equipe de trabalho, assumir um papel e desempenhar funções específicas, com o objetivo de alcançar metas definidas pela equipe. A principal tese é que o ensino é uma questão de estatuto. O estatuto, neste contexto, não se refere apenas ao *status* legal ou contratual de um professor, mas ao aspecto normativo do papel que desempenha e ao processo de institucionalização que molda esse papel.

O estatuto não é apenas uma questão de direitos e obrigações socialmente determinados, mas também envolve a normatização do papel do professor na sociedade. Isso implica que o ensino não é apenas uma ocupação, mas também uma posição social e culturalmente definida. O estatuto está relacionado ao processo de institucionalização, ou seja, à forma como a sociedade define e molda o papel do professor ao longo do tempo (Tardit; Raymond, 2000).

Em resumo, enfatiza que ensinar não é apenas uma carreira no magistério, mas também uma questão de estatuto, que envolve aspectos normativos e culturais relacionados ao papel do professor

na sociedade. O estatuto não se limita ao aspecto legal ou contratual, mas abrange a forma como a sociedade percebe e define o papel do professor (Tardit; Raymond, 2000).

É verdade que a docência é uma profissão que frequentemente envolve um desgaste intelecto-emocional significativo. Os educadores enfrentam uma série de desafios em seu trabalho, incluindo a responsabilidade de educar e moldar as mentes de seus alunos, lidar com problemas de comportamento, pressão para melhorar o desempenho dos alunos e enfrentar demandas administrativas. Tudo isso pode contribuir para o estresse e o desgaste emocional (Tardit; Raymond, 2000).

Além disso, as condições de trabalho podem variar amplamente, dependendo da instituição de ensino e da região. Muitos professores enfrentam salários baixos, falta de recursos e salas de aula superlotadas, o que pode aumentar ainda mais o estresse e a pressão sobre eles.

O estresse crônico no trabalho, se não for gerenciado adequadamente, pode levar a uma série de problemas de saúde física e mental. Isso inclui condições como ansiedade, depressão, síndrome de *burnout* e outros problemas relacionados ao estresse. Portanto, é fundamental que os educadores tenham acesso a apoio emocional e recursos para lidar com o estresse no trabalho.

Além disso, as políticas educacionais e as instituições de ensino também desempenham um papel importante na promoção

do bem-estar dos docentes. Oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional, criar um ambiente de trabalho saudável e reconhecer e valorizar o trabalho dos professores são passos importantes para ajudar a mitigar o desgaste intelectual-emocional na docência.

De acordo com Santos (2012) é importante reconhecer os desafios enfrentados pelos docentes e tomar medidas para apoiar sua saúde mental e emocional, garantindo assim que eles possam desempenhar seu papel de forma eficaz e saudável. Portanto, a precarização do trabalho docente no Brasil, destacando como essa situação se intensificou a partir dos anos 90, durante a erada globalização e das políticas neoliberais. Várias questões são levantadas:

- 1) A precarização do trabalho docente é contextualizada no período da globalização e das reformas neoliberais. Isso envolve políticas que promovema privatização, a redução do poder sindical e a diluição das fronteiras entre o setor público e o privado;
- 2) A partir dos anos 2000, a organização do trabalho docente se tornou ainda mais precária. Isso inclui a utilização de formas flexíveis de contratação, contratos temporários e efetivos baseados em horas-aula, em detrimento de planos de carreira mais estáveis. Além disso, o uso de bolsas de pesquisa e adicionais por atividades de extensão como forma de remuneração docente tem reduzido o tempo dedicado à pesquisa e extensão
- 3) Concorrência Interna e Individualismo: Há uma ênfase na competição interna entre professores, o que leva ao individualismo e enfraquece a mobilização coletiva. Isso é exemplificado na disputa por recursos

para pesquisa oferecidos por agências de fomento, onde os professores competem entre si em vez de trabalharem como uma unidade acadêmica;

4) Políticas governamentais têm introduzido avaliações técnicas e *rankings* para medir a qualidade das instituições de ensino. Essas medidas aumentam a pressão sobre os professores para produzir resultados e podem levar a problemas de saúde, como o adoecimento e o uso de medicação.

Portanto, descreve um cenário em que os professores universitários no Brasil enfrentam condições de trabalho cada vez mais precárias, com a erosão de direitos e a promoção de uma cultura de competição interna, que tem impactos negativos tanto na qualidade do ensino superior quanto na saúde dos docentes. Essa é uma realidade preocupante que levanta questões sobre a valorização e o apoio aos profissionais da educação no país.

O estudo realizado por Carlotto (2010) investigou a relação entre a síndrome de *burnout*, os níveis de ensino e diversas variáveis laborais em um grupo de 171 professores da região de Porto Alegre e sua região metropolitana. Os principais resultados do estudo são os seguintes:

O estudo avaliou os níveis de *burnout* (exaustão emocional, despersonalização e realização profissional) entre os professores. Os resultados indicaram que os professores do ensino infantil apresentaram menores níveis de exaustão emocional e despersonalização em comparação com os professores dos outros níveis de ensino (fundamental, médio e universitário).

O ensino médio mostrou ter o maior índice de despersonalização em relação ao ensino infantil e universitário. Isso significa que os professores do

ensino médio estavam mais propensos a desenvolver sentimentos de despersonalização em relação aos alunos;

Os resultados mostraram que a realização profissional variou de acordo com os níveis de ensino. Os professores do ensino infantil apresentaram o maior índice de realização profissional, seguidos pelos do ensino fundamental e universitário. Os professores do ensino médio apresentaram o menor índice de realização profissional.

As variáveis laborais (formação, carga horária, tempo de exercício na profissão, tempo de exercício na atual instituição, número de alunos que contatam diariamente) foram avaliadas através da correlação de Pearson. Os resultados mostraram que essas variáveis se associaram de forma diferenciada nos grupos de ensino infantil e médio. No entanto, os níveis de ensino fundamental e universitário não apresentaram associação significativa com as variáveis laborais investigadas.

Com base nesses resultados, o estudo sugere que ações diferenciadas devem ser tomadas em relação ao apoio e intervenções para prevenir ou lidar com a síndrome de burnout entre os professores, dependendo do nível de ensino em que eles atuam. Por exemplo, estratégias específicas podem ser implementadas para abordar a despersonalização observada entre os professores do ensino médio, enquanto medidas diferentes podem ser necessárias para melhorar a realização profissional dos professores em diferentes níveis de ensino.

De acordo com Venco e Rigolon (2014) a desvalorização salarial dos docentes é, de fato, um debate recorrente no Brasil e em muitos outros países ao redor do mundo. Esse problema está relacionado a uma série de fatores complexos e multifacetados. Em

muitos casos, os recursos financeiros são direcionados para outras áreas, como infraestrutura, em detrimento da educação. Isso resulta em salários mais baixos para os professores, que desempenham um papel fundamental na formação da sociedade.

A falta de investimento adequado na educação é um problema crônico no Brasil. Quando os orçamentos para a educação são insuficientes, os professores podem sofrer com salários baixos, falta de recursos didáticos e infraestrutura inadequada. A responsabilidade pela remuneração dos professores é compartilhada entre os governos federal, estaduais e municipais. Muitas vezes, estados e municípios enfrentam dificuldades financeiras, o que pode afetar diretamente os salários dos docentes.

Em alguns casos, a profissão de professor não é valorizada como deveriaser na sociedade. Isso pode levar a uma falta de incentivo para atrair talentos para a carreira docente e, conseqüentemente, resultar em salários menos competitivos. A ausência de planos de carreira bem estruturados para os professores pode limitar suas oportunidades de avanço na profissão e de aumento salarial ao longo do tempo.

Mudanças frequentes nas políticas educacionais, bem como a falta de continuidade nas estratégias de investimento na educação, podem prejudicar a estabilidade e a valorização dos docentes.

A atuação de sindicatos de professores e as negociações

coletivas desempenham um papel importante na determinação dos salários dos docentes. Se esses mecanismos não forem eficazes ou se os professores não tiverem representação adequada, isso pode afetar negativamente a remuneração.

Para resolver o problema da desvalorização salarial dos docentes, é necessário um esforço conjunto de governos, sociedade civil, sindicatos e educadores. Investir na educação, valorizar a profissão docente, estabelecer planos de carreira sólidos e garantir condições de trabalho adequadas são passos fundamentais para melhorar a situação dos professores e, por consequência, a qualidade da educação no país.

A desregulamentação das relações de trabalho pode levar a situações em que os empregadores atrasam os salários dos trabalhadores. Isso pode ocorrer porque, em ambientes menos regulamentados, as empresas podem ter mais liberdade para adiar o pagamento de salários ou não seguir prazos rigorosos de pagamento.

A falta de regulamentação ou a flexibilização excessiva das leis trabalhistas pode criar um ambiente de trabalho instável. Isso ocorre porque os trabalhadores podem se sentir inseguros quanto aos seus empregos, temendo demissões arbitrárias ou mudanças frequentes nas condições de trabalho.

Isto pode criar condições que favoreçam o assédio moral no local de trabalho. A falta de proteção legal sólida pode permitir

que chefes ou colegas de trabalho se envolvam em comportamentos prejudiciais, como intimidação, humilhação ou discriminação, sem consequências claras.

A precariedade da condição objetiva dos trabalhadores se refere às condições materiais de trabalho, como baixos salários, falta de benefícios, falta de segurança no trabalho, entre outros. A precariedade da condição subjetiva se relaciona ao impacto psicológico e emocional dessas condições precárias, como estresse, ansiedade e insatisfação no trabalho.

Portanto, Venco e Rigolon (2014) destaca preocupações sobre como a desregulamentação das relações de trabalho pode contribuir para a deterioração das condições de trabalho e bem-estar dos trabalhadores, criando um ambiente mais precário e potencialmente prejudicial. No entanto, é importante notar que o debate sobre a desregulamentação das relações de trabalho também inclui argumentos a favor, como a flexibilidade para as empresas e a criação de empregos, e as opiniões podem variar dependendo do contexto e das políticas específicas em questão.

A valorização da profissão de professor pode variar significativamente de país para país e até mesmo de região para região dentro de um mesmo país. No entanto, a educação desempenha um papel fundamental na sociedade e é amplamente reconhecida como uma pedra angular do desenvolvimento humano e social. Portanto, a valorização dos professores é essencial para

garantir a qualidade da educação e, conseqüentemente, o progresso da sociedade como um todo.

No futuro, é possível que haja um aumento na valorização da profissão de professor, especialmente à medida que a importância da educação continuar a ser reconhecida e à medida que a sociedade enfrentar desafios educacionais cada vez mais complexos, como a adaptação à tecnologia, a diversidade cultural e as mudanças nas necessidades de habilidades.

No entanto, a valorização dos professores também depende de políticas governamentais, financiamento adequado para a educação, condições de trabalho, incentivos e cultura educacional. Portanto, o futuro da valorização dos professores dependerá, em grande parte, das decisões tomadas pelos governos, das políticas educacionais implementadas e da conscientização da sociedade sobre a importância da educação.

Em suma, é possível que a profissão de professor seja valorizada no futuro, mas isso dependerá de vários fatores, incluindo políticas governamentais e a conscientização da sociedade sobre a importância da educação. É importante que a sociedade como um todo reconheça o papel vital dos professores na formação do futuro e trabalhe para apoiar e valorizar essa profissão. De acordo com Arroyo (2000) a falta de valorização dos professores é uma questão importante e complexa que afeta a educação e a sociedade como um todo.

Muitas vezes, os professores não recebem o reconhecimento merecido pela sua importância na formação dos indivíduos. Eles desempenham um papel fundamental na transmissão de conhecimento e na educação moral das gerações futuras, mas essa importância nem sempre é devidamente valorizada pela sociedade.

A sociedade frequentemente perpetua estereótipos e imagens negativas dos professores, o que pode prejudicar o seu trabalho. Esses estereótipos podem incluir a ideia de que ser professor não é uma profissão importante ou que os professores são mal remunerados e subvalorizados.

Também destaca a ideia de que a autoimagem dos professores pode ser afetada pela maneira como a sociedade percebe. Isso significa que os professores podem começar a acreditar nas imagens negativas que a sociedade projeta sobre eles, o que pode afetar sua motivação e autoestima profissional. Para melhorar a valorização dos professores, é importante reconhecer e celebrar a importância do trabalho que eles realizam. Isso inclui fornecer salários justos, recursos adequados para o ensino, apoio profissional e oportunidades de desenvolvimento. Além disso, é crucial desafiar estereótipos negativos e promover uma visão mais positiva e respeitosa da profissão docente.

A valorização dos professores é essencial para uma sociedade educada e progressista, pois são eles que têm o poder de

moldar o futuro através da educação das gerações mais jovens. Portanto, é fundamental que a sociedade reconheça e honre adequadamente o trabalho valioso dos professores.

O trabalho docente está imbricado de outras tarefas além do ensinar e formar e que vão além da sala de aula, envolve responsabilidades relacionadas a planejamento, gestão escolar, relação família/escola e outras. Além disso, o cenário contemporâneo marcado pela globalização dos mercados, segundo Carvalho (2015), trouxe consequências e exigências para a formação advinda da escola, afetando seus professores, quais sejam:

Esse conjunto de transformações, por sua vez, desencadeou a intensificação das interações econômicas, políticas e culturais, inaugurando um novo modelo de desenvolvimento social que tem reflexos na escola contemporânea. Novos currículos, novos papéis docentes, novas necessidades dos educandos são trazidos à tona. (CARVALHO, 2015, p.118)¹²¹

Com isso, o autor ressalta a necessidade de reflexão, mudanças, continuidade e ruptura no trabalho docente para que o processo escolar seja compatível com a sociedade atual. Mas traz dois problemas que tornam essas medidas fúteis: o extremo conservadorismo de alguns professores, bem como a falta de políticas educacionais que atendam a essa necessidade de mudança.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Ficou comprovado que a “precarização do trabalho docente” refere-se a uma situação em que as condições de trabalho dos professores tornam-se instáveis, precárias e desafiadoras. Isso pode acontecer por uma série de razões e fatores, e é um problema que afeta muitos sistemas educacionais em todo o mundo.

Pode-se observar com esta pesquisa que os professores enfrentam salários baixos em comparação com a quantidade de educação e responsabilidade que seu trabalho envolve. Isso pode levar a dificuldades financeiras e insatisfação profissional.

Além da maior parte trabalhar em contratos temporários, em vez de terem posições permanentes e estáveis. Isso os coloca em uma situação de constante incerteza quanto ao seu emprego futuro. Também uma carga de trabalho excessiva, incluindo longas horas de preparação de aulas, correção de trabalhos e participação em atividades extracurriculares, sem uma devida compensação.

A falta de recursos adequados, como materiais didáticos, equipamentos e apoio administrativo, pode tornar o trabalho docente mais difícil e desafiador. A sociedade muitas vezes subestima a importância do trabalho dos professores, o que pode levar à falta de reconhecimento e respeito pela profissão.

A pressão para melhorar o desempenho dos alunos em testes padronizados pode criar um ambiente de trabalho estressante para os professores, que muitas vezes são responsabilizados por fatores fora de seu controle. Em alguns casos, os professores não têm acesso adequado a programas de formação continuada, o que dificulta a atualização de suas

habilidades e conhecimentos.

A precarização do trabalho docente pode ter sérias consequências para a qualidade da educação, uma vez que professores desmotivados e sobrecarregados podem não ser tão eficazes em sala de aula. Além disso, pode levar à rotatividade de professores, o que prejudica a continuidade e a estabilidade nas escolas.

A formação continuada é essencial para uma boa escola e permite que os professores adquirirem cada vez mais conhecimentos para repassar aos alunos. Para combater a precarização do trabalho docente, é importante que os governos, as instituições educacionais e a sociedade em geral valorizem e apoiem adequadamente os professores. Isso inclui oferecer salários justos, contratos estáveis, acesso a recursos e formação continuada, bem como reconhecimento pelo trabalho árduo que eles desempenham na formação das próximas gerações.

Neste sentido, esta pesquisa foi exitosa, visto que atingiu aos objetivos propostos. Isto porque, primeiro identificou as condições de trabalho do docente amazonense influenciada pela precarização de sua atuação e o impacto na sua qualidade de vida. E, porque compreendeu a realidade do docente no Estado do Amazonas, apresentou estudos que relatam a precarização do trabalho do docente no Estado do Amazonas, e, destacou ações que visam melhoria das condições de trabalho no Estado do Amazonas.

Portanto, espera-se que futuramente os resultados desta pesquisa demonstrem a possibilidade de comparação com outros estudos fundamentais para compreender o modelo econômico neoliberal bem como as formas de atuação do mesmo diante da classe de professores.

RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se que este estudo seja compartilhado com as secretarias de educação para que os professores sejam mais valorizados, suas horas de HTP, sejam de fato uma realidade que os trabalhos e correções escolares sejam realizadas no espaço escolar como de fato, que o governo possa realizar maiores investimentos em infraestrutura das escolas, para que o ambiente escolar seja de fato propício ao ensino, que as leis sejam realmente respeitadas pelas secretarias de ensino, e que o professor seja mais valorizado, pois é o professor que forma as profissões.

Recomenda-se que se tenha uma educação de qualidade, pois haverá mais oportunidades, os conteúdos ministrados pelos professores poderão ser mais inovadores, professores mais interessados em suas metodologias de ensino, que proporcionará um ambiente escolar mais agradável e com qualidade.

Diante do exposto, constata-se que os/as professores/as enfrentam uma realidade complexa, repleta de desafios internos e externos à sala de aula. Como diz Guimarães (2005, p.90 apud LIMA, 2012, p.163)

[...] não é fácil, no Brasil, sobreviver dessa profissão (salários baixos, jornada extensa e condições materiais difíceis) nem, tampouco, sobreviver nessa profissão, considerando o desgaste físico, emocional e cultural (pouco tempo e estímulo para se atualizar) a que os professores são, em geral, expostos em sua trajetória profissional. Essa realidade torna-se bem mais explícita

diante das recorrentes “novas exigências” criadas para cumprimento pelos professores. Nesse contexto, não é fácil ao professor desenvolver uma imagem positiva da profissão docente. Mais difícil ainda se os próprios cursos reforçarem essa imagem negativa do ser professor.

A precarização docente é uma questão importante e complexa que merece uma investigação aprofundada. Portanto, torna-se importante que outros pesquisadores demonstrem as condições de trabalho dos docentes, incluindo carga horária, salários, benefícios, segurança no emprego e a existência de contratos precários, como contratos por hora ou contratos temporários.

Estudar como a precarização afeta as carreiras dos docentes, incluindo oportunidades de promoção, desenvolvimento profissional e estabilidade no emprego. Neste sentido, avaliar como a precarização docente influencia a qualidade do ensino e da aprendizagem. Isso pode incluir a análise de indicadores de desempenho dos alunos, taxas de evasão e satisfação dos estudantes.

Comparar as condições de trabalho dos docentes em diferentes países ou regiões para identificar tendências globais e variações regionais na precarização docente.

Examinar como a precarização afeta os docentes de diferentes gêneros e se há disparidades de gênero na remuneração, promoção e estabilidade no emprego. Sendo assim,

analisar como políticas e reformas educacionais impactam a precarização docente, incluindo a privatização da educação, redução de investimentos públicos e mudanças nas leis trabalhistas.

Estudar as formas de resistência e mobilização dos docentes frente à precarização, como sindicatos, greves e movimentos sociais. Portanto, entrevistar docentes para coletar suas experiências pessoais e narrativas sobre a precarização docente, destacando os desafios que enfrentam e as estratégias que adotam para lidar com esses desafios.

Avaliar o impacto da precarização docente na saúde mental dos professores, incluindo níveis de estresse, *burnout* e esgotamento. Além do mais, proporcionar recomendações baseadas em evidências para abordar a precarização docente, incluindo políticas públicas, práticas institucionais e ações coletivas que possam melhorar as condições de trabalho dos docentes.

Neste sentido, a precarização docente pode variar significativamente de um país para outro e até mesmo entre diferentes instituições educacionais dentro do mesmo país, portanto, é importante adaptar a pesquisa. Além disso, a colaboração com especialistas e docentes atuais pode enriquecer a pesquisa com perspectivas práticas e experiências do mundo real.

Que esta produção seja inspiração para outros estudos científicos, afim deque a precarização do trabalho docente seja de fato, algo do passado, que as politicas publicas direcionadas a educação seja de fato uma realidade nas escolasdo Amazonas e Brasil.

Direciona-se que as duas escolas pesquisadas, explicitas no projeto de pesquisa desta tese de Doutorado sejam amparadas pelo governo estadual do Amazonas, que mais investimentos sejam viabilizados e que os professores sejam de fato valorizados.

REFERÊNCIAS

___ . **A importância do ato de ler**. 26. ed., São Paulo:Cortez/Autores Associados, 1991.

AFONSO, Ana Paula. **Comunidades de aprendizagem**: um modelo para a gestão da

AKOMY, Ana Maria. **Teorias cognitivas da aprendizagem**. Curitiba: Ibpx,2008.

ALTENFELDER, Anna Helena. **Desafios e tendências em formação continuada**. Constr. Psicopedag, 2005.

ALVES, F.C. A (in)satisfação dos professores - **Estudo de opiniões dos professores do ensino secundário do distrito de Bragança**. In A. Nóvoa (Org.), *Viver e construir a profissão docente* (pp.81-115). Porto: Porto Editora, 1997.

ALVES, M. E. P. L. **Leitura no contexto escolar: a importância nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2017. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, Itaporanga, 2017.

ALVES, Nancy Nonato de Lima. **Amor a profissão, dedicação e o resto se aprende**: significados da docência em educação infantil na ambigüidade entre a vocação e a profissionalização. Reunião anual da Anped. v. 29, p. 1-17, 2006.

AMARAL, NELSON CARDOSO. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do **PNE (2014-2024)**? Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 22, n. 71,e227145, 2017

Amparo Caetano de. **Metodologia científica na educação a distância**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

AQUINO, J. G. (org) - **Indisciplina na Escola Alternativas Teóricas**

e Práticas. São Paulo: Summus, 1996.

ARROYO, G. M. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

AZEVEDO, M. L. N. de. **O novo regime fiscal: a retórica da intransigência, o constrangimento da oferta de bens públicos e o comprometimento do pne 2014-2024.** Tópicos Educacionais, Recife, v.22, n.1, jan/jun. 2016

BALL, S. J. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade.** Cadernos de Pesquisa., v. 35, n.126, p.539-564, set./dez. 2005.

BARROS, A. B. **A docência na educação do campo.** Universidade do Estado do Amazonas - UEA / Escola Normal Superior - ENS / Curso de Licenciatura em Pedagogia, 2018.

BATISTA, A. A. G. **Alfabetização, leitura e ensino de português: desafios e perspectivas curriculares.** Revista Contemporânea de Educação N^o 12 - agosto/dezembro de 2011.

Base Nacional Comum Curricular (versão final). 2018.

BESSA, I. **Escolas públicas mais antigas de Manaus são linha do tempo para história da cidade.** G1, 2018.

BORSOI, I. C. F. **Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado.** Convergência, v. 18, n. 55, p. 113-133, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

BRANDÃO, R. J. B.; NERES, R. L. **A importância das relações afetivas no ensinode matemática nos anos iniciais do ensino fundamental.** Pesquisa em Foco, SãoLuís, vol. 23, n. 1, p. 27-42. Jan./Jun. 2018.

BRASIL. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007.** Brasília: MEC/Inep, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - **465 PNE e dá outras providências.** Publicado na Edição Extra do Diário Oficial da União, de 26 de junho de 2014, nº120-A.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB. Brasília, DF, 1996. 2014.

BRENNAND, Eládio José de Góes; Medeiros, José W. de Moraes; Figueiredo, Maria do CAMPOS, M. R. **O Desafio da Profissionalização Docente no Brasil e na América Latina.** Profissão Docente: Novas Perspectivas e Desafios no Contexto do Século XXI. Conselho Nacional de Secretários de Educação, Brasília, p. 1-56, 2007.

CANTO, I. C. M. **Distúrbios musculoesqueléticos nos membros superiores em professores da rede municipal de um município do Médio Solimões no Estado do Amazonas.** Universidade Federal do Amazonas - Relatório Final PIBIC/PAIC 2015-2016.

__. CNE. **Resolução CNE/CP n. 1,** de 15 de maio de 2006.

CARDOSO, S. **Ciclo de carreira docente: o que dizem as pesquisas**

brasileiras? In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017, Curitiba. Anais [...]. Curitiba, PR: EDUCERE, 2017.

CARVALHO, R.Q. e Schmitz, H. **O fordismo está vivo no Brasil.** novos estudos Cebrap, São Paulo, nº 27, 1990.

CARVALHO, Tatiane. **Os impactos da globalização na educação: desafios** da profissão docente. Revista Temporis [ação]. v.15, n.1. p.117-126. Jan./Jun., 2015.

CONCEIÇÃO. C.; SOUSA, O. de. **Ser professor hoje.** O que pensam os professores das suas competências. Revista Lusófona de Educação, 20, 81-98.

COUTINHO, M. C.; DAL MAGRO, M. L. P.; BUDDE, C. **Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários.** Psicologia: teoria e prática, v. 13, n. 2, p. 154-167, 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo emisto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

DAVOLI, A. C.; FERREIRA, M. M.; MORENO, A. L. **Visão estereotipada da Matemática.** Proceeding Series of the Brazilian Society of Applied and Computational Mathematics, v. 6, n. 1, 2018.

DEWEY, John. **Experiência e educação.** 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

ENQUITA, M. F. **A ambiguidade da docência:** entre o profissionalismo e a proletarização. Revista Teoria & Educação, Porto Alegre, n.4, p.41-60, 1991.

ESTEVE, J. M. **Mudanças sociais e função docente.** In: NÓVOA, António (Org.). Profissão professor. Portugal: Porto Editora, 1999. p.93-124.

FERREIRA, JR, A; BITTAR, M. **A Ditadura Militar e a Proletarização dos Professores.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, 2006. FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa.** 25^a.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FIDALGO, Fernando. **Encontro amplia o debate sobre a educação a distância narede privada.** Jornal Extra Classe, Belo Horizonte, SINPRO, n 122, p. 6, ago. 2007.

FINO, C. N. (2008). **Inovação Pedagógica:** Significado e Campo de (Investigação). In: Alice Mendonça & António V. Bento (Orgs.). Educação em Tempo de Mudança (pp. 277-287). Funchal: Grafimadeira.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, M. A. S. **Práticas pedagógicas de ensinar-aprender:** por entre resistências e resignações. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set.2015.

FREIRE, Paulo, pedagogia da autonomia: **Saberes necessários a práticaeducativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à práticaeducativa. SP: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. **Tecnologia, relações sociais e educação.** Revista tempoBrasileiro. Rio de Janeiro. Abril. N^o 222. p. 89, maio 2009.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas.** 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GARCIA, J. Indisciplina na Escola: **uma reflexão sobre a dimensão**

preventiva. R.paran. Desenv., Curitiba, n.95, jan./abr. 1999, p. 101-108.

GATTI, B. A. **Formação de Professores no Brasil:** Características e Problemas. Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010.

GATTI, B. A.; BARRETO E. S. S. Professores do Brasil: **impasses e desafios.** Brasília: UNESCO, 2009.

GATTI, Bernardete A. **Formação de professores:** condições e problemas atuais. Revista internacional de formação de professores, v. 1, n. 2, p. 161-171, 2016.

GHEDIN, Evandro. **Estágio, pesquisa e a produção do conhecimento na formação de professores** (as). São Paulo: Paz e Terra, 2002

GONÇALVES, José Alberto M. **A carreira das professoras do ensino primário.** In:

GONÇALVES, R. M.; CARVALHO, M. C. A. de. **Desafios na educação na/da/para a Amazônia.** Revista Teias v. 21 • n. 61 • abril/junho 2020 -PROPED/UERJ I e- ISSN: 1982-0305.

GUISSO, L. **Desafios no processo de escolarização:** sentidos atribuídos por professores dos anos iniciais do ensino fundamental. 2017. 172 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2017.

HAGEMEYER, R.C.C. **Dilemas e desafios da função docente na sociedade atual: os sentidos da mudança.** In Educare Revista. Curitiba/ PR:Ed. UFPR, n.24, p.67- 85, 2004.

HUBERMAN, Michäel. **O ciclo de vida profissional dos professores.** In: NÓVOA,

A. (Org). Vidas de professores. Lisboa: Porto Editora, 1995.

IDOETA, P. A. **Como Valorizar a Carreira de Professor no Brasil?** BBC Brasil, São Paulo, p. 1-3, 2013.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2018.** - Brasília, DF : Inep, 2018.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** São Paulo: Cortez, 2011.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KUENZER, Acacia; CALDAS, Andrea. Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora; FIDALGO, Nara. (Orgs.) **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade.** Campinas, SP: papyrus, 2009. p. 19-48.

LABAREE, D. F. Poder, conocimiento y racionalización de la enseñanza: genealogia del movimiento por la profesionalidad docente. In: PEREZ, A; BARQUIN, J.; **Desarrollo profesional del docente: Política,** investigación y práctica. Madrid:Akal, 1999.

LANCMAN, S. **O mundo do trabalho e a psicodinâmica do trabalho.** In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Org.). Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Brasília, DF: Paralelo, 2008. p. 25-36.

LELIS, I. A. Do Ensino de Conteúdos aos Saberes do Professor: **Mudança de Idioma Pedagógico?** Educação e Sociedade, Rio de Janeiro, n. 74, p. 43-58, 2001.

LELIS, Isabel Alice. **Do ensino de conteúdos aos saberes do professor: mudança de idioma pedagógico?** Educação e Sociedade,

Campinas: CEDES, v. 22, n. 74, abr.2001.

____. LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o plano nacional de educação - pne e dá outras providências.**

LEONE, N. M.; LEITE, Y. U. F. **O início da carreira docente: implicações à formação inicial de professores.** Revista Eletrônica Pesquiseduca, Santos, v. 3, n. 6, p. 236 - 259, jul./dez. 2011

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: **políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2. ed. São Paulo, SP:

Cortez, 2013. LIMA, E. G. DCNs: **O Que São Diretrizes**

Curriculares Nacionais? Curso

Formação de Professores. Formação Contínua Qualidade da Educação, Rio de Janeiro, p. 1-7, 2012.

LIMA, K. E. F. de. **Docência nos anos iniciais do ensino fundamental:** primeiras experiências profissionais. 61 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

LIMA, Vanda Moreira Machado. **A complexidade da docência nos anos iniciais na escola pública.** Nuances: estudos sobre educação. Presidente Prudente, SP, v. 22, n. 23, p. 148-166, maio/ago. 2012.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Heloísa Lück. - Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LUCYK, Viviana Patricia Kozlowski; GRAUPMANN, Edilene Hatschbach. **Breve discussão sobre a desvalorização do trabalho**

docente. In: Congresso Nacional de Educação, 12, 2015, Curitiba.

LYRA, Gabriela Franco Dias et al **A relação entre professores com sofrimento psíquico e crianças escolares com problemas de comportamento.** Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 435-444, 2013.

MAIESKI, S. et al. **Motivação de alunos do ensino fundamental: estudo de duas realidades culturais.** Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 21, Número 3, setembro/Dezembro de 2017: 601-608.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Pesquisa Científica.** 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Pós-Graduação e formação de Professores para 03º Grau.** São Paulo: 1994 (mimeo).

MAUÉS, O.; SOUZA, M. **Precarização do trabalho docente da educação superior e os impactos na formação.** Em Aberto, v. 29, n. 97, 2016.

MELO, B. de C.; SANT'ANA, G. A prática da Metodologia Ativa: **compreensão dos discentes enquanto autores do processo ensino-aprendizagem.** Comun. ciênc. saúde, Brasília, v. 23, n. 4, p. 327-339, 2016.

MENDES, Ana Magnólia et al. Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento - ITRA: **instrumento auxiliar de diagnóstico de indicadores críticos no trabalho.** In: MENDES, Ana Magnólia (org.). Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MINOZZI. JR, E. **A Educação Brasileira na Era Vargas: As Reformas e os Grupos Escolares Paulistanos.** IV. Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, São Paulo, p. 01-110, 2007.

MUHLSTEDT, Alexandro; HAGEMAYER, Regina Cely de Campos. **Escolha da profissão e trajetórias de vida do professor**. Cadernos de Pedagogia. São Carlos, ano 8 v.8 n.16, p. 28-39, jan-jun 2015.

NOGUEIRA, J. D. **O Prolongamento da Jornada de Trabalho e a Dupla Subordinação Contemporânea, Estudo Junto aos Trabalhadores da Iniciativa Privada em Educação da Cidade de Pelotas, RS**. Doutorado em Serviço Social, Porto Alegre, p. 1-131, 2007

NOVOA, A. (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa. Publicação Dom Quixote, 1992.

NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. Lisboa: Porto Editora, 1995.

NÓVOA, Antônio. Escola nova. **A revista do Professor**. Ed. Abril. Ano. 2002, p,23.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e a sua Formação**. (Org.). Lisboa: Publicações Dom Quixote. Instituto de Inovação Educacional, 1997.

NUNES, Claudio Pinto; CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro (org.). **Formação para a docência profissional: saber e práticas pedagógicas**. Brasília: Liber Livro, 2014. p. 39-59.

OLIVEIRA, D. A. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização Educação & Sociedade, Campinas**, v. 25, n. 89, p. 1127- 1144, 2004.

OLIVEIRA, D. A. **Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 44,p. 209-227, 2006.

OLIVEIRA, Leandro Pedro de. O ingresso na carreira de professores de

educação física na prefeitura de São Paulo: **Currículo e atuação docente**, São Paulo, p. 01- 110, 2007.

PASCHOALINOVA, J. B. Q. **A Complexidade do Trabalho Docente na Atualidade**. Mestre em Educação - UFMG, 2009.

PEREIRA, M. G. G. R. **O percurso curricular alternativo**, um desafio à inovação pedagógica? : uma abordagem etnográfica aos cenários de aprendizagem de uma turma de 5º ano com proposta de PCA. 405f. (Tese - Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade da Madeira, 2014.

PERRENOUD, Philippe. **A ambiguidade dos saberes e da relação com o saber na profissão de professor**. In: Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza, do mesmo autor. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 135-193.

PIMENTA, S. G. Formação de Professores - **saberes da docência e identidade doprofessor**. Revista Faculdade de Educação, São Paulo, v22, nº2, p72-89, jul/dez 1996.

PIMENTA, S. G. Professor Reflexivo: construindo uma crítica. In PIMENTA, S. G.; GHEDIN, Evandro (Org.). Professor reflexivo no Brasil: **gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTEL, Edna Furukawa. A epistemologia e a formação docente: reflexões preliminares. In: RAMALHO, Betânia Leite; NUNES, Claudio Pinto; CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro (org.). **Formação para a docência profissional**: saber e práticas pedagógicas. Brasília: Liber Livro, 2014. p. 15-38

PINTO, E. et al. **A malversação do reconhecimento no trabalho docente precarizado e intensificado**. Trabalho (En) Cena, v. 3, n. 2, p. 03-16, 2018.

PUNTES, Roberto Valdés; AQUINO, Orlando Fernández; NETO, Armindo Quillici. Profissionalização dos professores: **conhecimentos, saberes e competências necessários à docência**.

Educar, Curitiba, n. 34, p. 169-184, 2009.

REIS, E. J. F. B. DOS . et al.. **Docência e exaustão emocional**. Educação & Sociedade, v. 27, n. 94, p. 229-253, jan. 2006.

Revista Faculdade de Educação, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 72-89, jul./dez. 1996.

ROCHA, N. S. **Desafios e possibilidades de intervenção pedagógica para a consolidação do processo de alfabetização em turmas de 4º e 5º ano em escolas do município de Ibititá - Bahia**. 2018. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3 ed. rev. e atual. Curitiba: Ibpex, 2007.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e Profissionalização docente**. Curitiba: Ibpex, 2007. LOIOLA, Rita. Formação continuada. Revista nova escola. São Paulo: Editora Abril. nº: 222.p.89, maio 2009.

SACRISTÁN, J. G. **Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores**. In NÓVOA, Antônio (org.). Profissão professor. Portugal: Porto Editora, 1999. p.63-92.

SAMPAIO, A. A. et al. **Perspectivas de realização e desenvolvimento pessoal e profissional em licenciandos**. Pensar a Prática, Goiânia, v. 20, n. 3, jul./set. 2017.

SANTOS, H. M. D. **Reflexões sobre a educação no interior do Amazonas/Brasil**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.4, p. 38498-38513 apr 2021.

SANTOS, Westerley A. **Uma reflexão necessária sobre a profissão docente no Brasil, a partir dos cinco tipos de desvalorização do**

professor. Sapere Aude - Belo Horizonte, v.6 - n.11, p.349-358 - 2º sem. 2015.

SAVIANI, D. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** Análise do Projeto do MEC. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, 2007

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores:** aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, abr. 2009.

SCHEIBE, L. **Valorização e formação dos professores para a Educação Básica:** questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul./set. 2010.

SCHULTHEISZ, T. S. V.; APRILE, M. R. **Autoestima, conceitos correlatos e avaliação.** Revista Equilíbrio Corporal e Saúde, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 36-48, 2013.

SENA, Adailson dos Santos. **Pós-graduado em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER).** Licenciado Pleno em História pela Faculdade de Itaituba/PA e Professor de História na mesma Instituição e Professor de ensino Médio. -Pós-Graduado em Docência do Magistério no ensino superior pela Faculdade de Itaituba.

SILVA, Camila Carla Rocha da.; COSTA, Brunna Crislayne Câmara da.; ALBINO, Giovana Gomes. **Docência: conhecimentos necessários ao exercício da profissão.** In: IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências - IX ENPEC, 2013, Águas de Lindóia, SP. Atas... Águas de Lindóia, SP, 2013, p. 02-08.

SILVA. JR, S. P. **A Remuneração dos Educadores do Estado de Pernambuco eo Descumprimento da Lei Nº 11.738/2008.** Bacharelado em Direito, Caruaru, p. 1-75,2012,

SINPROMINAS. Programa Extra-classe 91 - Especial Danielle Miterrand - **Desafios da profissão docente** - 2ª parte. 2010.

SIQUEIRA, Denise de Cássia Trevisan. relação professor- aluno : **uma revista crítica**. Disponível em: conteúdo escola. Acesso em 14 de março de 2005.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros / Magda Soares - 2.ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 128p.

SOUSA, S. K. L. de. **O lúdico no ensino da matemática nos anos iniciais**. 2017. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SOUZA, A. S.; BARROS, C. C. A.; DUTRA, F. D.; GUSMÃO, R. S. C.; CARDOSO, B. L. C. **Precarização do trabalho docente: reflexões em tempos de pandemia epós-pandemia**. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2021.

TANURI, L. M. **História da formação de professores**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, nº. 14, p. 61-88, maio/agosto. 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, M.; LESSARD, C. O trabalho docente: **elementos para uma teoria de docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

TARTUCE, Gisela Lobo B. P.; NUNES, Marina M. R.; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. Alunos do Ensino Médio e atratividade da carreira docente no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.140, p.445-477, maio/ago.

2010.

TEIXEIRA, I. A. C. Da condição docente: primeiras aproximações teóricas. Educação & Sociedade. Campinas, vol. 28, n. 99, p. 426-443, maio/ago. 2007.

VEIGA, I. P. A. **A profissionalização docente: uma construção histórica e ética.** In: VEIGA, I. P. A.; ARAÚJO, J. C. S.; KAPUZINIÁK, C. Docência: uma construção ético-profissional. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2005.

VEIGA, Ilma P. **Docência como atividade profissional.** In: VEIGA, Ilma P.; D'Ávila, Cristina. (Orgs.) Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas, SP: Papyrus, 2008. p. 13-2274.

VERDUM, Priscila. **Prática Pedagógica: o que é? O que envolve?** Revista Educação por Escrito - PUCRS, v.4, n.1, jul. 2013.

VIEIRA, Marina Helena Pereira et al. **Produtivismo na pós-graduação na perspectiva da ergonomia da atividade.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 46, e220223, 2020.

VILELA, E. F.; GARCIA, F. C.; VIEIRA, A. **Vivências de prazer-sofrimento no trabalho do professor universitário: estudo de caso em uma instituição pública.** Revista Eletrônica de Administração, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 517-540, 2013.

WEIL, A. G.; DIÓGENES, A. M. R.; SCHEWEICKARDT, K. H. S. C. **Dimensões de precarização do trabalho docente em Paritins-AM.** Rev. ARETÉ | Manaus | v.10 | n.21 | p.199-207 | Número especial | 2017. Revista Amazônica de Ensino de Ciências | ISSN: 1984-7505.

WESTBROOK, Robert B. John Dewey. Recife, PE: **Fundação Joaquim Nabuco**: Massangana, 2010.

XAVIER, A. R. C.; TOTI, M. C. S.; AZEVEDO, M. A. R. de. **Institucionalização**

da formação docente: análise de um programa de desenvolvimento profissional. Rev. bras. Estud.pedagog., Brasília, v. 98, n. 249, p. 332-346, maio/ago. 2017.

ANEXO E APÊNDICE

CARTA DE ESCLARECIMENTO DE PESQUISA E TERMO DE CONSENTIMENTO DO GESTOR ESCOLA

Sr. (a) Gestor (a)

Venho pelo presente, solicitar sua anuência para aplicar questionário junto aos professores desta escola. O presente questionário é parte integrante da Dissertação de Mestrado em Ciência da Educação na Universidad de la Integración de las Américas - UNIDA, que será realizado com professores que tem por objetivo: Analisar a visão dos educadores em duas Escolas Estadual sobre a precarização do seu trabalho e interferência em sua qualidade de vida, na escola Estadual José Seffair, localizada no Município de Manacapuru-AM/Brasil, no período de 2023-2024.

Julgo necessário esclarecer que as informações obtidas serão utilizadas para fins científicos, resguardados toda a identidade da escola, dos alunos e dos professores participantes e, desde já, comprometo-me em dissolvê-las em cópias impressas e/ou divulgar durante as reuniões de pedagógicas. Ressalta-se que os dados relativos à identificação dos professores e alunos serão mantidos em sigilo.

Sua colaboração é imprescindível ao sucesso desta dissertação de mestrado.

Coloco-me à disposição para quaisquer outras informações que se fizerem necessária.

Atenciosamente,

APÊNDICE

**PESQUISA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO:
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE A
REALIDADE DE DUAS ESCOLAS NO ESTADO DO AMAZONAS,
UMAPESQUISA REALIZADA NO PERÍODO DE 2023-2024**

Prezado(a) professor(a),

O presente questionário está enquadrado em uma investigação de dissertação de Mestrado em Educação, realizada pela Universidad de La Integración de Las Américas - UNIDA, situada em Ciudad Del Este, Paraguai.

Os resultados alcançados nesta pesquisa serão utilizados somente para fins acadêmicos. Dessa forma, o questionário é anônimo, ou seja, não é necessário colocar identificação ou assinar nenhuma das folhas. Dessa forma solicitamos que responda de maneira sincera, pois não existe resposta certa ou errada nesse questionário.

Obrigada pela sua colaboração.

1. Qual sua formação acadêmica?

2. Há quanto tempo você atua na docência?

Você possui especialização? Se sim, qual(is)?

3. Você Trabalha na sua área de formação?

() Sim;

() Não.

4. Você se considera um professor atualizado sobre as práticas pedagógicas da atualidade?

() Sim

() Não

5. A carga horária tem escolar, tem impactado em sua vida cotidiana?

	Semanalmente	Algumas vezes pormês	uma vez pormês	Uma vezpor bimestre	nunca
A escola que você trabalha oferece cursos de formação continuada para professores	A	B	C	D	E
Você pesquisa sobre as novas tendências educacionais da atualidade	A	B	C	D	E
Você incorpora as novas tecnologias e tendências na sala de aula;	A	B	C	D	E
Você muda o método para resolver uma	A	B	C	D	E

7. Quais são as maiores dificuldades encontradas no ambiente escolar?

8. Na sua opinião porque os professores são menos valorizados?

9. Quais ações podem ser benéficas ao servidor?

ÍNDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem, 14

Ação, 47

Adaptação, 40

Adequação, 77

Adequadas, 14

Administração, 30

Administrar, 45

Administrativos, 68

Admitidos, 45

Adquirido, 49

Adversário, 87

Agradável, 110

Alcançado, 99

Aluno, 14, 130

Alunos, 14, 110

Ambiente, 39, 99

Ambientes, 17

Amplificadas, 90

Amplos, 26

Analfabetismo, 55, 68

Analfabetos, 67

Analisada, 52

Antiga, 52

Apadrinhamento, 57

Apregoado, 58

Aprender, 101

Aprendizagem, 19, 100

Apresentada, 121

Apresentadas, 128

Apresentar, 113

Aprofundando, 103

Aspirações, 45

Assegura, 26

Assegurado, 107

Atenção, 57

Atendimento, 32, 74

Atividades, 18

Atraso, 72

Atribuições, 17, 41

Atuação, 19, 40, 101

Ausência, 28

Autêntica, 73

Autonomamente, 98

Autonomia, 16, 70

Autônomo, 120

Avaliação, 86, 116

Avaliações, 86

B

Bairro, 53

Baixos, 83

Brasil, 58

Brasileiro, 118

Buscar, 129

C

Calendário, 39

Caminha, 114

Caminhos, 98

Capacidade, 33, 37

Capítulo, 26

Características, 16, 43

Caracterizada, 17

Carrega, 17

Ceará, 53, 58, 89

Centralismo, 37

Cidadania, 19, 37, 38, 130

Cidadania, 14

Cidadão, 50

Civilizados, 46

Clientelismo, 56

Comissão, 57

Competências, 33

Completo, 49

Complicado, 40

Comportamentos, 17

Compreender, 16, 33, 79, 100

Compreensões, 48

Compromisso, 18

Comunidade, 39, 42, 85, 121,
125

Comunista, 62

Comunitária, 91

Concebidas, 115

Conceitos, 19, 104

Concretiza, 44

Condição, 37

Condução, 46

Conferido, 120

Conhecimento, 14

Conhecimentos, 95

Conjunto, 26

Conquista, 27, 46

Conquistas, 27

Consciência, 130

Consecutivamente, 42

Conselho, 38

Consenso, 44

Considera, 31, 87

Considerar, 46, 66

Consolidação, 32

Constituição, 26

Constituir, 128

Construção, 109
Construtivismo, 120
Construtivista, 120
Contemporâneas, 48
Contemporaneidade, 45
Contemporâneo, 113
Conteúdos, 127
Contexto, 16, 32
Continente, 32
Contingentes, 91
Contribuição, 128
Contribuído, 14
Contribuir, 58, 117
Cooperação, 16, 41, 115
Coordenador, 55
Coordenadores, 18, 96
Cotidiano, 105
Cotidiano, 14
Crescimento, 114
Criação, 53
Criações, 46
Crianças, 68
Criativa, 43
Crítica, 20
Críticas, 27
Críticos, 14
Cruzeiros, 55
Culturais, 50
Currículo, 53, 58

D

Daquele, 54
Dasafiadora, 110
Decisões, 16
Deficiência, 90
Definidas, 86
Definitiva, 52

Demanda, 36

Democrático, 128

Denominados, 55

Dentre, 58

Dependências, 90

Desamparos, 45

Desaprovação, 29

Descartava, 61

Descrito, 58

Desenvolvimentista, 58

Desenvolvimento, 32, 55, 87, 98

Desenvolvimento, 78

Desigualdades, 55

Desmotivamos, 80

Destaque, 47

Destinadas, 26

Detectava, 67

Determinações, 75

Determinadas, 44

Determinando, 111

Determinantes, 91

Determinar, 14, 16

Deveres, 14

Diferenciada, 82

Diferente, 48, 114

Diferentes, 102, 103

Dimensão, 49

Dimensões, 49

Dinamizador, 116

Direito, 49

Direitos, 14, 19, 26, 27, 49, 50

Diretor, 39

Disciplinas, 82, 103

Discorde, 124

Discurso, 19, 117

Discursos, 16

Dissociadas, 32

Distante, 50

Diversos, 72

Divulgada, 16

Documento, 65

Dominantes, 130

E

Econômica, 119

Econômico, 49, 100

Editado, 101

Educação, 16, 26, 35, 56, 57, 58,
72, 124

Educação, 67, 124

Educacionais, 16, 58, 85

Educacional, 16

Educador, 20

Educadores, 54

Educandos, 84

Educativa, 93

Educativo, 32

Eficiência, 29

Elaboração, 41

Elaboradores, 55

Eleitor, 49

Elemento, 45

Emergentes, 33

Empenho, 17

Engajamento, 112

Ensino, 28, 41

Entender, 93

Entrevistas, 18

Envolvidos, 67, 112

Equidade, 32

Equipamentos, 67

Erradicação, 55

Escola, 98

Escolar, 14, 39, 76

Escolares, 94

Escolarizada, 33

Especialização, 104

Essencial, 122

Estabelecer, 73

Estabeleceria, 128

Estabelecimento, 97

Estado, 14, 28, 29, 58

Estaduais, 66

Estadual, 14, 16

Estimular, 116

Estratégia, 30

Estruturas, 65

Estudantes, 63

Excludente, 118

Exemplo, 60, 120

Exemplos, 28

Exercício, 31, 49

Exercidos, 50

Existência, 31, 44

Existido, 46

Expansão, 52

Experiência, 27, 82

Exposição, 32

Externada, 127

F

Família, 106

Familiar, 46, 113

Famílias, 17

Fatores, 113

Fazia, 54

Federal, 65

Filhos, 91

Finalidade, 115

Financeiros, 127

Flexibilidade, 32, 81

Força, 48

Forma, 75

Formação, 19, 98, 107

Formando, 14

Formas, 42

Fortaleza, 52, 53

Fraternidade, 44

Função, 37

Funcionamento, 14

Fundação, 53

Fundamental, 112

G

Garantir, 49

Gestão, 42, 129

Gigantismo, 27

Golpe, 55

Governo, 46

Governo, 52

Governos, 36, 126

Gratuidade, 91

Gravidez, 113

Grupo, 14, 16

H

Habilidade, 34

Habilidades, 32, 82, 87

Herança, 49

Heterogeneidade, 111

Hierárquica, 30

História, 63

Homem, 45, 46

Humana, 93

Humanos, 125

I

Idade, 46

Ideais, 14

Idealizadores, 54

Ideia, 124

Ideológica, 43

Ignorâncias, 45

Igualdade, 44

Implantação, 38

Implementação, 17

Implementada, 16

Implementar, 78

Importância, 27

Importante, 66, 87, 100

Importantes, 66

Impregnada, 56

Inchamento, 35

Incompetentes, 118

Incorreremos, 43

Incumbência, 17, 114

Individuais, 28

Individual, 49

Indivíduos, 16, 47, 48

Industrialização, 56

Ineficiência, 29

Ineficiente, 29

Inferiores, 37

Informações, 34

Ingresso, 57

Inovadora, 55

Inserção, 32

Inserida, 93

Inseridos, 14

Insistentes, 16

Inspirar, 43

Inspirou, 69

Instaladas, 74

Instaurar, 114

Institucional, 35, 41

Institucionalização, 50

Instituição, 14, 109

Instituições, 29, 114

Instrução, 121

Instruções, 90

Instrumento, 56

Integração, 68

Integrada, 82

Integrar, 82

Intensificação, 45

Interdisciplinaridade, 101

Internacionais, 70

Interventor, 53

Intolerância, 113

Intrapessoal, 87

Intuito, 52

Invadir, 42

Investimento, 21, 31, 124

Inviável, 55

Irmã, 61

J

Jovens, 98, 111

Justiça, 49

L

Lançado, 70

Liberdade, 31, 44, 49

Linguagem, 16

Livro, 14, 101

Localidades, 84

Lugar, 92

Lutar, 121

Lutas, 119

M

Má, 129

Maior, 43

Maioria, 95, 114

Maneira, 16, 32

Máquina, 57

Matemática, 87

Material, 60

Materialização, 98

Matriculados, 55

Mecanismos, 30

Medida, 45, 48

Melhor, 120

Membros, 42

Mencionada, 77

Menos, 126

Mente, 47

Mercado, 27

Merenda, 17

Métodos, 120

Militar, 57

Modernização, 57

Modifica, 19

Momento, 52, 84, 108

Momentos, 105

Moradores, 38

Mudanças, 17

Mudando, 91

Muitas, 31

Muitos, 17

Municipal, 52

Município, 68, 89

Municípios, 37

N

Não, 46

Necessária, 116

Necessário, 17, 49, 93

Necessidade, 125

Necessidades, 16, 27, 114

Neoliberais, 126

Neoliberal, 120

Nível, 78

Notáveis, 58

O

Objetivo, 14

Objetivos, 58

Obrigações, 20, 49

Observa, 30

Observação, 112

Obter, 84

Ocorrido, 75

Organização, 46

Organizado, 26

Organizar, 34

Orientador, 116

Origem, 46

P

Pais, 107

Paradigmas, 81

Pareceria, 89

Participação, 16

Participar, 109

Participativo, 14, 120

Partícipes, 14, 16

Particulares, 49

Particularista, 30

Pauta, 91

Peculiaridades, 32

Pedagógica, 18

Pedagógico, 93, 112

Pedagógicos, 87

Pensamento, 26, 45, 59

Período, 52, 129

Perpassando, 32

Perseguição, 53

Personalidades, 53

Pessoa, 30

Pessoal, 40

Pessoas, 125

Planejamento, 100, 108

Pluralidade, 44

Poder, 47

Poeta, 62

Política, 37, 44

Políticas, 16, 26

População, 30, 89

Populares, 16

Porém, 105

Portuguesa, 87

Posição, 46

Positivos, 78

Possibilidade, 26, 79

Possibilidades, 26, 82

Prática, 14, 116

Preferências, 49

Preparação, 82, 86

Prerrogativas, 111

Presença, 56

Presente, 26, 92

Presentes, 57

Previdência, 26

Primeiro, 29

Principal, 52

Princípio, 49

Princípios, 30

Prioridade, 31

Privilégio, 64

Privilégios, 129

Problemas, 56, 129

Processo, 14, 17, 55, 99, 114, 119

Processos, 93

Professor, 54

Professoras, 14, 90
Professores, 41, 54, 58, 77, 108
Profissionais, 83
Profissional, 73
Profissionalizante, 58
Profundamente, 30
Profundidade, 34
Programas, 66
Projeto, 17, 55, 58, 96
Promotora, 55
Promovendo, 92
Propostas, 43, 66
Própria, 18, 52
Próprio, 14
Prosseguir, 109
Protagonismo, 99
Proteção, 26
Pública, 14, 43

Público, 28

Q

Qualidade, 16, 55, 66, 125, 129

Qualificação, 56

Qualificada, 37

Questão, 85

Questionamentos, 103

Questionar, 117

Questões, 124, 130

R

Racional, 120

Racionalidade, 32

Realidade, 33, 35, 43, 92, 104,
105

Realizações, 52

Realizada, 17

Realizado, 69

Realizados, 91

Reconhecer, 117

Reconhecimento, 14, 16

Recursos, 87, 121, 130

Redimensionamento, 29

Referência, 45

Referida, 59

Reflexão, 105, 115

Reflexões, 43

Região, 89

Regime, 90

Regimentos, 86

Relatório, 101

Religião, 20, 49

Reorganização, 107

Representava, 53

Reservados, 85

Resguardava, 55

Residência, 52

Responder, 100

Responsabilidade, 21, 76

Responsabilidades, 41

Responsáveis, 16

Responsável, 62

Romancista, 62

S

Sabino, 127

Saída, 89

Satisfatória, 116

Satisfatório, 84

Satisfazer, 117

Secundário, 52

Selecionar, 34

Serviço, 125

Serviços, 28, 37

Servidores, 83

Setor, 52

Sexo, 46, 49

Significa, 49

Significados, 114

Situação, 118

Sobrevivência, 30

Sociais, 32, 50

Sociedade, 19, 30, 50, 73, 91, 96

Sociocultural, 82

Sufrimentos, 45

Subordinada, 89

Sugestões, 18

Superficiais, 34

Superlotadas, 36

Suporte, 116

Suposta, 129

T

Taxas, 53

Tecnologias, 32

Teoria, 95

Teoria, 14

Teórico, 47

Teóricos, 87

Terceira, 130

Tipo, 14

Titulares, 47

Totalmente, 86

Trabalho, 80

Transformações, 17, 57

Transformar, 111

Transmitir, 14

Transporte, 89

Turma, 107

U

Unanimidade, 86

Unidade, 84

Universais, 30

Universalização, 91

Universidade, 54

Universo, 93

Usufruir, 46

V

Valores, 42

Várias, 67

Veiculado, 16

Veiculados, 124

Verniz, 81

Viabilizar, 42

Vida, 48

Visão, 119

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE
AREALIDADE DE DUAS ESCOLAS NO ESTADO DO AMAZONAS,
UMA PESQUISA REALIZADA NO PERÍODO DE 2023-2024**

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.
São Paulo- SP.
Telefone: +55(11) 5107- 0941
<https://periodicorease.pro.br>
contato@periodicorease.pro.br

TSD



9786560541160